



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

JOÃO GUTENBERG NOBRE SIMPLÍCIO

**AS JUVENTUDES E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CEARÁ: UM ESTUDO
DE CASO NA EEEP PRESIDENTE ROOSEVELT**

FORTALEZA - CEARÁ
2019

JOÃO GUTEMBERG NOBRE SIMPLÍCIO

AS JUVENTUDES E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CEARÁ: UM ESTUDO DE
CASO NA EEEP PRESIDENTE ROOSEVELT

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e políticas públicas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Jeannette
Filomeno Pouchain Ramos

FORTALEZA -CEARÁ

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Simplicio, João Gutemberg Nobre .

As juventudes e a educação profissional no Ceará:
um estudo de caso na EEEP Presidente Roosevelt
[recurso eletrônico] / João Gutemberg Nobre
Simplicio. - 2019.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do
trabalho acadêmico com 134 folhas, acondicionado em
caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm) .

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade
Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais
Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e
Políticas Públicas, Fortaleza, 2019.

Área de concentração: Planejamento e Políticas
Públicas.

Orientação: Prof.ª Dra. Jeannette Filomeno
Pouchain Ramos.

1. Ensino Médio. 2. Educação Profissional. 3.
Educação Integral. 4. Juventudes. I. Título.

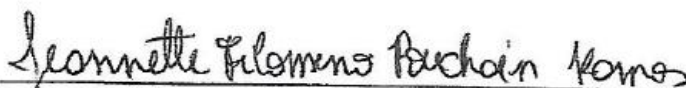
JOÃO GUTEMBERG NOBRE SIMPLÍCIO

AS JUVENTUDES E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CEARÁ: UM
ESTUDO DE CASO NA EEEP PRESIDENTE ROOSEVELT

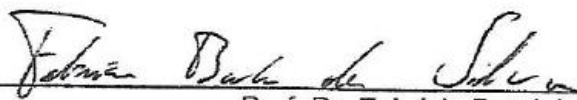
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 28/08/2019

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Jeannette Filomeno Pouchain Ramos (Orientadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB



Prof. Dr. Fabrício Bandeira da Silva
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE



Prof. Dr. Kamilo Karol Ribeiro e Silva
Secretaria de Educação do Estado do Ceará - SEDUC

AGRADECIMENTOS

À minha amada esposa Ana Socorro, pela parceria, incentivo e paciência ao aturar-me e manter-se firme nos momentos difíceis.

Às minhas queridas filhas Nefertiti e Nefertari, por estarem sempre ao meu lado, perguntando se já estava perto de concluir.

À minha mãe, pela força e amabilidade.

À minha família, pela torcida, em especial, ao meu querido sobrinho Franzé, por se preocupar e emanar energias positivas sempre.

À minha orientadora, Prof. Dra. Jeannette Filomeno, por aceitar este desafio com serenidade, dispensando parte do seu tempo para que esse projeto fosse possível.

Aos Professores Dr. Fabrício Bandeira e Prof. e Dr. Kamillo Karol Ribeiro e Silva pelo apoio nas contribuições dadas para o desenvolvimento desta pesquisa.

À professora Ms. Cintia Sombra, pelo apoio sistemático, orientações extras e energias dispensadas a mim neste processo.

À professora Patrícia Veras, pela ajuda ímpar na sistematização do projeto, organização dos slides de apresentação e torcida constante.

Ao professor Godofredo Jefferson, por todo o apoio na construção dos questionários e tabulação dos resultados.

Aos parceiros e parceiras, Cherida Feitosa, Roney Holanda, Pedro Rafahel e Lucilene Gomes, pela força e compreensão das ausências nos momentos cruciais da pesquisa.

Aos todos os jovens estudantes da EEEP Presidente Roosevelt, por serem constantemente o nosso desafio profissional e por inspirarem esse trabalho

Ao corpo docente e funcionários da EEEP Presidente Roosevelt, pelo incentivo.

Enfim, a todos os amigos e as amigas que, de uma forma ou de outra, se tornaram-se fundamentais para a conclusão desta etapa da minha vida profissional e acadêmica.

Meus sinceros agradecimentos

“Todos vós, que amais o trabalho
desenfreado (...), o vosso labor é
maldição e desejo de esquecerdes quem
sois.”

(Friedrich Nietzsche)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender a formação educacional de tempo integral como Política Pública, no Estado do Ceará, em uma das EEEPs, e as experiências das juventudes, enquanto cidadãos e agentes sociais ativos no processo de formação educacional. Nesse sentido, entendemos ser pertinente analisar o percurso da Educação profissional no Brasil, destacando os antagonismos entre a formação propedêutica, voltada para os filhos das elites, e profissionalizante, voltada para os filhos dos trabalhadores. Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizamos o método qualitativo, pois compreendemos que esse possibilita o seu desenvolvimento de forma mais aprofundada e humanizada. Empregamos o método do estudo de Caso, tendo como lócus de análise a EEEP Presidente Roosevelt. No decorrer da pesquisa, os instrumentos utilizados para a análise apoiou-se em documentos oficiais, questionário estruturado e entrevista semiestruturada. Os sujeitos deste estudo foram os jovens que cursaram o Ensino Médio no período de 2016 a 2018, na escola pesquisada. Para embasamento teórico acerca do Ensino Médio, Educação Profissional e políticas públicas de juventude, seguimos as análises de Mésários (2008), Tonet (2012), Manacorda (2007), Moura (2007, 2013, 2015, 2016), Frigotto (2001, 2002, 2005, 2006, 2011), Lima (2014), Moreira (2017), Melo (2015), Monteiro (2015), Alencar (2015, 2018), entre outros. A pesquisa apontou que os jovens percebem a qualidade do ensino na EEEP Presidente Roosevelt, concebendo uma formação para além da técnica. Embora envoltos em mais uma crise estrutural do Sistema Capitalista, em que a situação do desemprego atinge os trabalhadores e reestrutura as relações trabalhistas, os jovens buscam afirmar-se e encontrar caminhos para conquistarem o seu espaço. A escola, na óptica desses jovens, desempenha um papel fundamental no processo.

Palavras-chave: Ensino Médio. Educação Profissional. Educação Integral. Juventudes

ABSTRACT

The present study aims to understand the full-time educational formation as a Public Policy in one of the EEEPs located in the State of Ceará, together with the experiences of the youth, who are seen as citizens and active social agents in the educational formation process. In this sense, it is pertinent to scrutinize the path of vocational training in Brazil by highlighting the antagonisms between the propaedeutic education, which is aimed at the children of the elites, and the technical education, aimed at the children of workers. A qualitative approach was used for the development of this research, which allows for a thorough and humanized method. The Case study method used in this study considered the EEEP Presidente Roosevelt as its *locus* of analysis. The instruments utilized for the research data analysis relied on official documents, structured questionnaire, and semi-structured interview. The subjects of this study were students who attended high school at the aforementioned institution from 2016 to 2018. For theoretical background on High School, Vocational Education, and Youth Public Policies, we follow the analyzes developed by Mésários (2008), Tonet (2012), Manacorda (2007), Moura (2007, 2013, 2015, 2016), Frigotto (2001, 2002, 2005, 2006, 2011), Lima (2014), Moreira (2017), Melo (2015), Monteiro (2015), Alencar (2015, 2018), among others. The research points out, therefore, that young people perceive and acknowledge the quality of education at the EEEP Presidente Roosevelt. In addition, they conceive the idea of *education beyond the technique*. Although involved in yet another structural crisis of the Capitalist System, in which the unemployment scenario strikes workers and restructures labor relations, young people seek to both assert themselves and find ways to conquer their space in society. The school, from the perspective of this young population, plays a fundamental role in the process.

Keywords: High School. Vocational education. Full-time education. Youth.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Desenvolvimento da Educação Profissional no Ceará, de 2008 a 2019.....	36
Tabela 2 -	Quadro das EEEPs por tipo de prédio.....	41
Tabela 3 -	Quadro dos programas ministeriais voltados para juventudes no governo de FHC.....	49
Tabela 4 -	Escala de notas padronizadas e metas do IDEB para o Estado.....	54
Tabela 5 -	Tabela de metas e notas do IDEB da EEEP Presidente Roosevelt.....	59
Tabela 6 -	Tabela de inserção no Ensino Superior e mercado de trabalho na EEEP Presidente Roosevelt em 2018.....	85

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Localidades de origem dos jovens que estudam na EEEP Presidente Roosevelt.....	67
Gráfico 2 -	Divisão de estudantes por gênero entre os alunos pesquisados.....	70
Gráfico 3 -	Distribuição de estudantes por idade na EEEP Presidente Roosevelt.....	71
Gráfico 4 -	Escolaridade dos pais dos alunos da pesquisa.....	71
Gráfico 5 -	Ocupação dos pais dos alunos da pesquisa.....	73
Gráfico 6 -	Motivação para ingressar na EEEP Presidente Roosevelt...	76
Gráfico 7 -	As razões da escolha do curso no momento da matrícula..	78
Gráfico 8 -	Avaliação do nível de satisfação com a escola.....	83
Gráfico 9 -	O que representa este modelo de educação para os jovens pesquisados.....	87
Gráfico 10 -	O diferencial na formação.....	90
Gráfico 11 -	Percepção acerca da formação.....	94
Gráfico 12 -	Avaliação do estágio para a formação.....	103
Gráfico 13 -	Nível de satisfação acerca das expectativas sobre o ciclo de formação.....	104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEE	Centro de Ensino Experimental
COEDP	Coordenadoria da Educação Profissional
CONJUV	Conselho Nacional de Juventude
CREDE	Coordenadoria Regional de Educação
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EEEP	Escola Estadual de Educação Profissional
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Programa de Financiamento Estudantil
FUNDEB	Fundo de Manutenção da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação
ICE	Instituto de Corresponsabilidade pela Educação
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Pesquisa Anízio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PPP	Projeto Político e Pedagógico
PROCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
SEDUC	Secretaria de Educação do Estado do Ceará
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SPAECE	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará
TESE	Tecnologia Sócio Educacional
URSS	União da Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	PROBLEMA E OBJETIVOS.....	13
1.2	METODOLOGIA.....	18
1.3	DA ESTRUTURA DO TEXTO.....	21
2	A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA DE ESTADO NO BRASIL, NO CEARÁ E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE.....	23
2.1	PERCURSO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL.....	23
2.2	A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CEARÁ.....	33
2.3	TÓPICOS DE POLÍTICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL E CEARÁ.....	43
3	A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA EEEP PRESIDENTE ROOSEVELT..	54
3.1	PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA EEEP PRESIDENTE ROOSEVELT.....	54
3.2	OS JOVENS QUE CHEGAM AO ENSINO MÉDIO NA EEEP PRESIDENTE ROOSEVELT.....	64
4	A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA EEEP PRESIDENTE ROOSEVELT SOB O OLHAR DOS JOVENS.....	74
4.1	ESTUDAR NUMA ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, POR QUÊ?.....	74
4.2	OS JOVENS E A ESCOLA: OS SENTIDOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	80
4.3	A PERCEPÇÃO DOS JOVENS ACERCA DO SEU ITINERÁRIO FORMATIVO NA EEEP PRESIDENTE ROOSEVELT.....	88
4.4	A FORMAÇÃO NA EEEP PRESIDENTE ROOSEVELT: A VISÃO DOS JOVENS APÓS A CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO.....	98
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
	REFERÊNCIAS.....	113
	ANEXOS.....	123
	ANEXO A– QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ESTUDANTES.....	124
	ANEXO B – ENTREVISTAS.....	131
	ANEXO C – MAPAS DE IMPLANTAÇÃO DAS EEEP’S.....	132

1 INTRODUÇÃO

A Educação no Brasil passa por mais um ciclo de mudanças que afetará diretamente a organização das escolas e a prática dos profissionais da educação, bem como, os jovens discentes, que experimentarão um novo percurso educativo a ser implementado a partir de 2020, com a Reforma do Ensino Médio. A referida Reforma vem sendo discutida desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, que preconiza no seu artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p. 123.)

A Constituição estabelece, ainda, no artigo 22, parágrafo XXIV, que, à União, cabe a competência de legislar sobre as diretrizes de bases da educação nacional (BRASIL, 1988). Contudo é a partir da aprovação da Lei 99394/96, em que se estabelecem as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, que o movimento para a reformulação da Educação Básica e, em especial, do Ensino Médio ganha força, culminando com a sanção da Lei nº 13.415/17, que altera a LDB, propondo a mais recente Reforma do Ensino Médio, pelo então Presidente Michel Temer.

Embora a Reforma busque uma reestruturação do Ensino Médio no Brasil, implantando uma base nacional comum a todos os entes federados e alguns itinerários formativos para, segundo a lei, flexibilizar a oferta desta etapa da Educação Básica, a formação profissional é colocada como um itinerário obrigatório dentro deste processo de mudanças, reforçando ainda mais a qualificação para o trabalho, disposto no artigo 205 da Constituição Federal.

Apesar da atual demanda Federal pela inserção da profissionalização da juventude como itinerário formativo a partir do Novo Ensino Médio, o Estado do Ceará já contempla essa formação em parte das escolas da rede pública estadual desde 2008, quando se iniciou a implantação das Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEP. Compreendemos, nesse sentido, que as EEEPs apresentam características bastantes similares às dispostas na referida Lei, tornando a

Educação do Estado do Ceará num campo fértil para a sua implantação sem grandes rupturas. Questão que poderá ser analisada em estudos posteriores.

1.1 PROBLEMA E OBJETIVOS

A Política de Educação Profissional no Estado do Ceará completou 10 anos em 2018 e, durante este período, algumas gerações de jovens frequentaram essas escolas, conquistando, ao fim do ciclo de formação do Ensino Médio, a certificação de técnicos em um dos 52 cursos ofertados por esta Rede de Ensino. Nessa trajetória, conheceremos um pouco deste modelo de Educação, inaugurado no Estado pelo então governador Cid Gomes, como demonstraremos mais adiante, a partir de um estudo de caso realizado na EEEP Presidente Roosevelt com jovens que completaram o seu ciclo de formação no Ensino Médio entre os anos de 2016 a 2018.

Assim, o que propomos na presente pesquisa é ampliar a discussão acerca da Política de Educação Profissional, desenvolvida pelo Governo do Ceará, tendo como objetos e agentes ativos jovens que experimentam o Ensino Médio nesta modalidade de ensino.

A Educação Profissional no Brasil tem se caracterizado desde os seus primórdios como uma modalidade educacional voltada para os pobres despossuídos dos meios de produção. Essa característica podemos notar como germe na educação Jesuítica, confessional e voltada para a domesticação do nativo, passando pelas primeiras menções em documentos oficiais como, por exemplo, a prescrição da responsabilidade do Estado, com esta modalidade de Ensino, a partir do processo de industrialização do País e da necessidade de qualificação da mão-de-obra na Constituição de 1934 (BARBOSA; ALCOFORADO, 2017); o que foi logo suprimido na Constituição de 1937, como veremos mais adiante.

O período imediatamente posterior a entrada do Brasil na Segunda Guerra, ao lado dos Aliados, marca o início das contradições da Era Vargas, caracterizado por um Estado Autoritário no âmbito interno e lutando contra os totalitarismos no âmbito externo. Após 1945, com a saída de Vargas do poder e a instalação de uma experiência democrática, marcada por instabilidades e disputas na política até culminar com o Golpe Militar de 1964, pouco ou nenhum avanço foi

sentido com o intuito de ampliar a discussão acerca da Educação, como um caminho de emancipação e formação do trabalhador, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Durante o Regime Militar (1964-1985), o que assistimos foi a intensificação do dualismo educacional brasileiro, a que os filhos das elites era reservada uma escola propedêutica, preparando-os para o ingresso no ensino superior e aos filhos dos trabalhadores uma formação técnica e profissional, voltada para o mercado e submissão da classe trabalhadora à lógica do sistema (MOURA, 2007). Nesse período, o Governo instituiu uma reforma do ensino através da Lei 5692/71, o então segundo grau passa a ser profissionalizante de forma compulsória, revogado posteriormente pela Lei 7044/82. (RAMOS, 2017). Este momento é marcado por uma formação precária nos sistemas públicos, onde os filhos dos trabalhadores estudavam, enquanto a rede privada de ensino, voltada para aqueles que dispunham de condições para pagar pelo serviço de educação, continua com a preparação dos seus estudantes para os exames de vestibular em uma clara intenção de delimitação dos espaços de cada grupo no mundo capitalista.

Com o fim da Ditadura Militar e a consequente promulgação da Constituição de 1988, o Estado Brasileiro passa a organizar-se a partir da lógica de direitos constitucionais e da ampliação da cidadania, porém sem romper com os interesses das elites em atrelar a nossa economia ao mercado externo. No caso da Educação, essa passa cada vez mais a ser o grande instrumento de formação dentro das exigências do sistema capitalista, neste momento, neoliberal. Esta foi a tônica dos Governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso.

As discussões acerca da Educação deram-se através dos debates em torno da nova Lei de Diretrizes e Bases; o projeto aprovado responde aos interesses do momento, mantendo a dualidade educacional, bem como a submissão da educação brasileira aos interesses do capitalismo externo.

A educação profissional é organizada neste período a partir dos decretos 2208/97, e, posteriormente, 5154/2004. O primeiro foi aprovado no final do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso e caracteriza-se pela retomada do dualismo histórico da educação brasileira com a formação em nível médio, separada em propedêutico e técnico. Já o segundo, aprovado na metade do primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva, não rompe com o dualismo histórico da educação nacional,

porém permite um grande avanço quando determina o retorno a integração entre o ensino médio e a educação profissional em moldes diferentes daquele implantado na década de 1970, assim como assinala Ramos (2017)

(...)a experiência anterior, realizada sob a égide da lei nº 5.692/1971, integrava, formalmente, em um mesmo currículo, ambos os tipos de formação, mas sua determinação economicista, orientada pela Teoria do capital Humano e pela concepção pedagógica tecnicista, não convergia com a concepção da educação politécnica e a de formação omnilateral. (RAMOS, 2017, p.30-31)

Ainda no Governo Lula, é lançado, no final de 2007, o Programa Brasil Profissionalizado¹, que garantia ajuda financeira para os entes federados que aderissem ao programa e implantassem, no âmbito dos seus sistemas, a educação profissional. É nesse contexto que o Estado do Ceará lança o seu plano integrado de educação profissional e tecnológica, possibilitando a criação, através da Lei 14.273/2008, das Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEP.

A partir do ano de 2008, iniciam-se as atividades educacionais nas primeiras 25 EEEPs do Estado do Ceará, instaladas na Capital e nas cidades sedes das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação – CREDEs, no interior do estado, para atender as juventudes oriundas do 9º ano do Ensino Fundamental, com a proposta de proporcionar a integração do Ensino Médio à Educação Profissional.

Quando nos referimos às juventudes, geralmente direcionamos o olhar para uma determinada fase do desenvolvimento humano e convencionamos delimitá-la a partir de certa faixa etária, ou seja, idade ou tempo de vida. Nesse sentido, costumamos definir a fase da juventude como um momento que vai do

¹(...) o Brasil Profissionalizado busca o fortalecimento do ensino médio integrado à educação profissional nas redes estaduais de ensino. Instituído no ano de 2007, foi criado por meio do Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro daquele ano.

O Programa atua no fomento de ações que visam à expansão, à ampliação e à modernização das escolas das redes estaduais de Educação Profissional e Tecnológica, com a finalidade de expandir e ampliar a oferta de cursos técnicos de nível médio, principalmente do ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica.

Os recursos do Brasil Profissionalizado são repassados para os estados por meio de Termos de Compromissos - desde que o programa passou a fazer parte do Plano de Ações Articuladas (PAR) - para construção, reforma e modernização de escolas técnicas, estruturação de laboratórios, além do financiamento de recursos pedagógicos e de formação e qualificação dos profissionais da educação. (<http://portal.mec.gov.br/brasil-profissionalizado>)

início da puberdade às responsabilidades da vida adulta. Sendo uma divisão etária definida por seres humanos, temos que perceber as nuances destas determinações, mesmo porque essas variam de cultura para cultura, de sociedade para sociedade.

É certo que o termo juventude é considerado novo no que se refere à História da Humanidade, sendo desenvolvido a partir do advento da modernidade industrial, onde a categoria juventude tem ganhado expressões e interpretações das mais diversas e pela sua própria diversidade. Não podemos, contudo, caracterizar essa fase da vida com simplismo ou reducionismo. O ser jovem parece acompanhado de uma certa mutabilidade, característica dos tempos modernos.

Assim, a juventude é muito mais uma condição do que uma fase, pois pode se levar, para o resto da vida, os sonhos e as aspirações juvenis. Mesmo diante dos mais diversos estereótipos, como rebeldia, agressividade, irresponsabilidade ou preguiça, os jovens da atualidade tendem a buscar a atuação e a participação nas lutas pelas verdades nas quais acredita.

A partir da criação da Secretaria Nacional de Políticas da Juventude e do Conselho Nacional de Juventude, a fase que define o ser jovem no Brasil compreende a população que vai de 15 a 29 anos de idade. Isso se deve a mudanças no que tange à escolarização, bem como à entrada no mercado de trabalho, cada vez mais retardada, seja por opção ou por falta de oportunidades, na maioria dos casos. Assim, uma grande parcela de jovens nesta faixa etária permanece morando com os pais por um longo período, demandando, assim, uma maior atenção por parte do Estado devido à grande vulnerabilidade a qual estão expostos estes jovens das mais diversas regiões do país.

Porém não podemos nos deter a uma delimitação tão reducionista, mesmo por que

(...) juventude por definição é uma construção social, uma produção de uma determinada sociedade, relacionada com formas de ver os jovens, inclusive por estereótipos, momentos históricos, referências diversificadas e situações de classe, gênero, raça, grupo, contexto histórico entre outras. Ressalta-se que o emprego do termo juventudes no plural, antes de patrocinar uma perspectiva fracionada, na qual aparecem modelos de jovens separados, sinaliza a existência de elementos comuns ao conjunto dos jovens. (ABRAMOVAY; CASTRO, 2015, p. 14)

É nesse sentido que compreendemos o ser jovem, possuído por uma grande multiplicidade e diversidade em formas de ser e viver este momento da vida.

Sem definir um padrão, uma definição ou um modelo, percebemos que a juventude é plural, não como partes de uma mesma categoria e sim como manifestações das mesmas juventudes.

A partir dessa perspectiva, entendemos que as juventudes devem ser valorizadas, em seu contexto social, a partir de políticas de governo que as perceba como agentes atuantes no processo de socialização. Assim, é preciso romper com conceitos estereotipados e encarar esta categoria com mais atenção, ressaltando as suas identidades e as suas expressões de vida.

Nesse sentido, as políticas públicas que sustentam as EEEPs no Ceará, ao longo dos últimos dez anos, têm despertado o interesse de diversos pesquisadores. Aqui, buscaremos entender como os estudantes que concluíram o Ensino Médio, na EEEP Presidente Roosevelt, experimentam e reinventam as suas vivências no decorrer de um ciclo de formação no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, sendo a escola um espaço de vivências e de construção de identidades que as juventudes carregam para toda a vida.

Assim, este trabalho de pesquisa buscou entender as relações sócio educacionais que as escolas profissionalizantes podem proporcionar para os jovens que nela se formam, completando o ciclo de formação básica, de maneira específica, os que estudam na EEEP Presidente Roosevelt, localizada em um bairro caracterizado como classe média em Fortaleza, momento em que os jovens estão em plena descoberta do mundo e das próprias questões de juventude.

Desta forma, propomos as seguintes questões para nortear esse estudo: Quem são estes jovens que chegam ao Ensino Médio no Ceará e quais as suas perspectivas no âmbito educacional? Como a Escola de Ensino Médio Integral e Profissional pode contribuir para a formação destes jovens, na perspectiva da não submissão à realidade de exploração da classe trabalhadora? Como este modelo de Educação Escolar é percebido pelos jovens, enquanto caminho de formação e emancipação social?

Como objetivo geral deste estudo, procuramos compreender a formação educacional de tempo integral como Política Pública no Estado do Ceará, em uma das EEEPs, e as experiências das juventudes, enquanto cidadãos e agentes sociais ativos no processo de formação educacional. Os objetivos específicos aqui apresentados buscaram compreender o percurso de implantação e os sentidos da

Educação Profissional para o Governo do Estado e para as juventudes da EEEP pesquisada; atestar até que ponto acontece a formação integral do jovem estudante na EEEP Presidente Roosevelt; investigar as experiências da formação de tempo integral em nível médio nesta Unidade Escolar, buscando compreender as expectativas e projetos das juventudes.

Com essa investigação discutimos a partir das falas de uma parcela das juventudes da EEEP Presidente Roosevelt, o que estes jovens buscam ao ingressar em uma EEEP e quais as suas expectativas quanto à proposta educacional oferecida por estas escolas para as juventudes do Estado do Ceará.

1.2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta pesquisa, pensamos ser mais coerente utilizar abordagem qualitativa na perspectiva de tomar uma escola dentre as 122 EEEPs que estão em pleno funcionamento no Estado do Ceará. Segundo Goldenberg (2004),

A pesquisa qualitativa, através da observação participante e entrevistas em profundidade, combate o perigo de bias, porque torna difícil para o pesquisado a produção de dados que fundamentem de modo uniforme uma conclusão equivocada, e torna difícil para o pesquisador restringir suas observações de maneira a ver apenas o que sustenta seus preconceitos e expectativas. (GOLDENBERG, 2004 p. 47)

A autora defende, que a abordagem qualitativa possibilita ao pesquisador uma maior amplitude durante a análise subjetiva dos dados, evitando assim, as possíveis distorções ou conclusões superficiais por parte do pesquisador no decorrer do trabalho de pesquisa. Isso não significa que os dados quantitativos sejam relegados, muito pelo contrário, estes podem embasar mais ainda um trabalho de cunho qualitativo.

Ainda segundo Goldenberg,

A quantidade é, então, substituída pela intensidade, pela imersão profunda - através da observação participante por um período longo de tempo, das entrevistas em profundidade, da análise de diferentes fontes que possam ser cruzadas - que atinge níveis de compreensão que não podem ser alcançados através de uma pesquisa quantitativa. O pesquisador qualitativo buscará casos exemplares que possam ser reveladores da cultura em que estão inseridos. O número de pessoas é menos importante do que a

teimosia em enxergar a questão sob várias perspectivas.(GOLDENBERG, 2004, p. 50)

É nesse contexto que denotamos preferência pela abordagem qualitativa, pois, como percebemos nas proposições da autora, a análise qualitativa, sem a preocupação apenas com a quantidade de dados, e com a percepção das questões por várias perspectivas, possibilita-nos a compreensão dos fenômenos e das coisas para além dos dados. Temos aqui, os meios para sentir o cheiro, perceber as cores, os gestos e os universos construídos pelos entrevistados de forma mais aprofundada e humanizada.

Uma vez que compreender a amplitude da política de Educação Profissional no Estado do Ceará a partir das percepções de uma parcela de estudantes da EEEP escolhida, limitando ao ciclo de formação situado entre os anos de 2016-2018, como uma impressão dos seus dez anos de funcionamento iniciado no ano de 2009, a presente investigação tratou-se de um estudo de caso que, segundo Triviños, “é uma categoria de pesquisa, cujo objeto é uma unidade que se analisa aprofundadamente”(TRIVIÑOS, 1987, p. 133). Ainda segundo o mesmo autor,

O importante é lembrar que no Estudo de Caso qualitativo, onde nem as hipóteses nem os esquemas de inquirição estão aprioristicamente estabelecidos, a complexidade do exame aumenta à medida que se aprofunda no assunto. (TRIVIÑOS, 1987, p. 134)

Neste sentido, o que se deseja é perceber os fenômenos que envolvem os agentes sociais, no caso as juventudes, que são o objeto deste estudo, onde aplicamos um questionário para 110 alunos, realizamos 12 entrevistas, acompanhamos o percurso de formação e observamos diretamente as vivências e experiências destes jovens no seu percurso de formação e preparação para a saída da escola, que se defrontaram com os desafios que a sociedade lhes impõe, tanto do ponto de vista de prosseguimento nos estudos, como, também, na inserção no mercado de trabalho ou simplesmente na ociosidade pós Ensino Médio. Portanto, o que a abordagem qualitativa pode nos proporcionar neste estudo é uma maior profundidade, revelando certas especificidades que um estudo de cunho quantitativo não nos possibilitaria perceber.

Como delimitado acima, para o desenvolvimento desta pesquisa, elegemos como fontes principais a análise e as percepções dos jovens que cursaram o Ensino Médio no período de 2016 a 2018, na EEEP Presidente Roosevelt, localizada em Fortaleza, acerca das suas vivências educacionais. O nosso intuito é contribuir para a avaliação desta Política Pública de Governo, tendo como atores principais os jovens e suas perspectivas, assim como sonhos e projetos de vida construídos neste momento de sua formação básica.

Além de coletar dados através dos instrumentos citados, apoiamo-la em documentos oficiais referentes à Educação e à Educação Profissional, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, que estabelece a definição e a regulamentação da Educação Nacional; o Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio, que orienta as ações de integração da educação média e técnica; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de nível técnico, que definem as diretrizes curriculares para o Ensino Técnico; o Decreto 2.208/1997, que normatiza a Educação Profissional como uma modalidade separada da Educação Básica; o Decreto Nº 5.154/2004, que institui a integração da Educação Profissional com o Ensino Médio; o plano integrado de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Ceará, que estabelece as metas e o planejamento para a implantação da rede de escolas de Educação Profissional no Estado; a Lei estadual Nº 14.273/2008, que cria as escolas estaduais de Educação Profissional no Estado; e o Relatório de Gestão 2008-2014, que faz um balanço teórico/histórico do processo de implantação das EEEPs no Ceará.

Apoiamo-nos, ainda, nos estudos de Gaudêncio Frigotto, Maria Carla Corracho, Maria Ciavatta Franco, Marise N. Ramos, Dante Henrique Moura, Acácia Zeneida Keunzer, Ana Carolina Veras do Nascimento, Ana Maria Falsarella, Nora Krawczyk, Marta Wolak Grosbaum, Francisco Carlos Groppo, Geraldo Magela Pereira Leão, Juarez Tarcísio Dayrell, Paulo César Rodrigues Carrano, Juliana Batista dos Reis, Mírian Abramovay, Wívian Weller, na discussão sobre juventude, Ensino Médio e Educação profissional; Ivo Tonet, István Mészáros, Mario Alighiero Manacorda, para embasamento teórico das condições da educação e trabalho dentro do sistema capitalista; e Antonio Idilvan Lima de Alencar, Dagmar L.M. Zibas,

Sofia Lecher Vieira, Ana Léa Bastos Lima, Maria Alves de Melo, para aprofundarmos os estudos sobre educação profissional no Ceará, dentre outros autores.

Estudar as juventudes na Educação Profissional, sob a ótica desses jovens, é ouvir aqueles que são o público alvo desta política e que, na maioria dos estudos, são tratados como os agentes sociais desta política sem, contudo, serem ouvidos.

1.3 DA ESTRUTURA DO TEXTO

O presente documento é uma sistematização da análise realizada para fins de defesa do curso de Mestrado em Políticas Públicas. O texto é constituído desta introdução, por mais nove seções, além de referências e anexo.

Na primeira seção, apresentamos uma síntese do percurso da Educação profissional no Brasil buscando compreender o dualismo histórico que envolve esta modalidade de ensino em nosso país.

Logo em seguida, discutimos as condições de instalação do modelo de Educação Profissional no Estado do Ceará e a sua ligação com as demandas das políticas de educação, inauguradas com a aprovação pelo então Presidente Luís Inácio Lula da Silva do decreto 5254/2004, que restabeleceu a integração do Ensino Médio com a Educação Profissional. Posteriormente, o Governo Federal lança o programa Brasil Profissionalizado, que oportuniza os entes federados a criarem Escolas de Educação Profissional no âmbito dos seus Sistemas de Ensino. O Ceará inicia a implantação da sua rede de EEPS no governo de Cid Ferreira Gomes.

Fechando o segundo capítulo, apresentamos um pequeno apanhado acerca das políticas públicas de juventude que se fortaleceram no limiar dos anos de 1990, principalmente no Governo de Fernando Henrique Cardoso e as condições para a ampliação destas políticas no Governo de Luís Inácio Lula da Silva. Neste governo, destacamos as políticas voltadas para os jovens no âmbito da educação.

Com a implantação das Escolas Estaduais de Educação Profissional em agosto de 2008, discutimos o processo de implantação na EEEP Presidente Roosevelt com vistas na relação educação e trabalho tendo em vista a construção de um modelo de formação para os jovens filhos dos trabalhadores, assim como a organização da escola para atender esta categoria social.

Completando o terceiro capítulo, fazemos uma discussão sobre as representações do jovem enquanto categoria social buscando caracterizar os que chegam para estudar o Ensino Médio na EEEP Presidente Roosevelt e suas motivações, composição de gênero, perfis de escolaridade e de ocupação dos pais. Procuramos aqui, identificar as situações socioeconômica dos jovens pesquisados.

No capítulo quarto, compondo as últimas seções, iniciamos apresentando as razões dos jovens ao optarem por estudar numa EEEP na perspectiva de perceber as suas expectativas relacionadas ao itinerário formativo escolhido.

Na seção seguinte buscamos apreender, a partir das declarações dos jovens, um maior entendimento sobre os sentidos que estes elaboram sobre a experiência de estudar numa EEEP, bem como as suas impressões acerca da contribuição desse modelo de escola para a formação das juventudes.

Completando a seção anterior, buscamos compreender o que os jovens pensam sobre o itinerário formativo que escolheram, as suas experiências pessoais e o significado para as suas vidas, a partir das dificuldades enfrentadas, as fragilidades percebidas nas escolas que dificultaram a sua formação e o papel da escola na construção dos seus projetos de vida.

Por fim, concluímos o capítulo, analisando a formação profissional na EEEP Presidente Roosevelt na visão dos jovens pesquisados após a conclusão do Ensino Médio, procurando apreender, nas suas falas, o que entendem por formação integral. Nessa seção, os jovens avaliam o estágio obrigatório ao final do curso e a compreensão que construíram sobre a educação integral desenvolvida na escola.

2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA DE ESTADO NO BRASIL, NO CEARÁ E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

2.1 PERCURSO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Diante deste momento de incertezas acerca das atenções voltadas pelo estado brasileiro à Educação nesse início de 2019, quando se inaugura um novo governo após as eleições de 2018 e ciente de que este é um tema que desperta muita discussão por parte dos especialistas e dos profissionais da educação, propomo-nos contribuir com o debate, ampliando a discussão sobre Educação Profissional no limiar do século XXI.

Passados quase trinta anos do fim do Socialismo real, com a derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS e nos demais países do Leste Europeu, este momento em que vivemos pode ser caracterizado pela vitória do Capitalismo com o acirramento das relações de exploração do trabalho pelos donos dos meios de produção.

Em uma sociedade cada vez mais desigual, onde a hegemonia do capital se faz presente com toda a sua intensidade na vida dos trabalhadores e nas suas relações com o trabalho, consideramos a importância da escola neste processo de formação do jovem que busca concluir o Ensino Médio ingressando no mercado de trabalho, no Ensino Superior ou simplesmente indo para o enfrentamento aos desafios que a sociedade impõe aos recém egressos desta etapa da Educação Básica, nesta fase do mercado exigente de mão de obra qualificada frente às novas tecnologias, alinhadas ao perfil de trabalhador numa fase de acumulação flexível.

Nesta direção, Kunzer e Grabowsk salientam que

A partir do momento em que a produção e o consumo na acumulação flexível passam a demandar uma relação com o conhecimento sistematizado, ou seja, de natureza teórica, mediada pelo domínio de competências cognitivas complexas, com destaque para as competências comunicativas e para o domínio da lógica formal, há um processo crescente de intelectualização das competências, contrariamente ao que ocorria no taylorismo/fordismo, cuja concepção de conhecimento fundava-se na dimensão tácita: resolver situações pouco complexas através de ações aprendidas através da experiência. (KUENZER; GRABOWSK, 2016, p. 26)

Os autores apresentam um aspecto relevante para a formação dos trabalhadores nesta fase de acumulação flexível, em que, ao trabalhador, é exigida

uma qualificação que vai além da mera reprodução mecânica de atividades, assim como exigiam em tempos de preponderância do taylorismo² e do fordismo³. Agora, o trabalhador precisa apresentar certo conhecimento intelectual e cognitivo para ser útil ao mercado.

Contudo, se o

(...) Capitalismo continua sendo ainda a forma social predominante. Portanto, Marx continua sendo não apenas uma referência válida, mas a principal referência para compreendermos a situação atual. Faz, pois, todo o sentido levá-lo em conta no nosso esforço em compreender radicalmente a problemática educacional da nossa época. (MANACORDA, 2007, p. 20)

Embora fracassadas as experiências reais da chamada Revolução Comunista, não podemos, neste sentido, deixar de considerar a atualidade do pensamento de Marx e dos marxistas como Manacorda, Gramsci, dentre outros, na compreensão das relações de exploração produzidas pelo capital e a consequente luta pela emancipação humana.

Assim, ao tratar da Educação Profissional vislumbramos traçar um breve percurso desta modalidade de Ensino, percebendo as ações e contradições nas políticas do estado voltadas para a formação do trabalhador, bem como as intencionalidades para mantê-lo dominado sob a lógica expropriadora do Capital.

No Brasil, esta organização se faz presente desde os primeiros tempos da sua formação econômica e social, onde as estruturas se fundamentaram a partir do processo de colonização portuguesa que manteve como característica básica a monocultura, ancorada no trabalho escravo. A educação era voltada apenas para garantir a formação dos filhos das elites dirigentes, não existindo até o século XIX, nenhuma ação voltada para a formação do trabalhador, o que mantinha a dominação das classes proprietárias de terras, riquezas e escravos. Nesse sentido, as primeiras ações voltadas para o povo, se dão a partir da criação de casas de

² Taylor comparou o corpo humano a uma máquina e realizou estudos de tempo e movimento a fim de determinar o modo mais eficiente de utilizá-lo. O Taylorismo esteve estreitamente relacionado ao desenvolvimento da produção em massa, em especial às linhas de montagem em fábrica introduzidas por Henry Ford, o fabricante americano de automóveis. (Dicionário de Sociologia)

³ O que veio a ser conhecido como fordismo separava os operários uns dos outros e dividia o processo de produção em uma série fragmentada de tarefas que podiam ser controladas com maior facilidade por supervisores e pela administração. (Dicionário de Sociologia)

instrução, de cunho assistencialista, para atender aos órfãos e demais desvalidos em meados de 1840 (MOURA, 2007). Segundo o autor,

Essa lógica assistencialista com que surge a educação profissional é perfeitamente coerente com uma sociedade escravocrata originada de forma dependente da coroa portuguesa, que passou pelo domínio holandês e recebeu a influência de povos franceses, italianos, poloneses, africanos e indígenas, resultando em uma ampla diversidade cultural e de condições de vida ao longo da história - uma marca concreta nas condições sociais dos descendentes de cada um destes segmentos. (MOURA, 2007, p. 6)

No tocante à educação, esta lógica vai ao encontro à idílica ideia da democracia racial, defendida por Gilberto Freyre, no seu estudo intitulado *Casa Grande e Senzala*. No Brasil, as ações governamentais, seja na Colônia, Império ou República, sempre foram voltadas para a manutenção do *status quo* e, conseqüentemente, para a supremacia das elites sobre a imensa maioria da população, cuja origem social determina o seu lugar na sociedade.

Passados os períodos do Império e início da República, destacamos que a educação no Brasil ganha uma conotação de política de Estado apenas na Era Vargas, com a criação do Ministério de Educação. Aqui, o termo Política de Estado relaciona-se muito mais ao incremento no processo industrial, desenvolvido pelo governo com o intuito de romper com a economia agrária, abrindo-se a um processo de industrialização, fazendo com que sejam demandadas reformas para atender aos interesses vigentes. (MOURA, 2007).

Segundo Pereira e Ramos,

A formação dos trabalhadores no início dos anos 1930, mesmo constituindo uma necessidade do capitalismo emergente, foi tratada à parte da política Educacional por exemplo, na reforma educacional implementada por Francisco Campos, em 1931, cuja normatividade foi consagrada pela constituição de 1934, o governo federal comprometeu-se com o ensino secundário, dando-lhe conteúdo e seriação próprios. (...) No momento em que a ideologia do desenvolvimento começava a ocupar o espaço na vida econômica e política do país, ainda não havia preocupação consistente com o ensino técnico, científico e profissional, oficializando-se, desde esse período, o dualismo configurado por um segmento enciclopédico e preparatório para o ensino superior e outro profissional, independente e restrito em termos da configuração produtiva e ocupacional. (PEREIRA; RAMOS, 2006, p. 69)

É assim que se institucionaliza o processo que culmina com o dualismo histórico na educação brasileira, caracterizado pela nítida separação entre um

modelo de educação voltado para os filhos das elites, pautado numa formação geral e científica, e outra, para os filhos dos trabalhadores de cunho técnico e profissional. Podemos perceber, nos dias atuais, que essa concepção ainda persiste, embora tenhamos uma organização do ensino público no Estado do Ceará focado nos resultados de aprendizagem, voltando-se para a valorização do ingresso dos jovens no Ensino Superior.

Segundo Moura (2007), embora a carta constitucional de 1937 sistematize o ensino técnico industrial, essa exime o Estado da incumbência em desenvolvê-lo, delegando as responsabilidades para a iniciativa privada. Assim, preconizado no seu art. 129, deixa-se claro que é “dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados” (PORTO, 2012, p. 84). A nosso ver, esta carta torna clara a intenção do Estado brasileiro em manter a educação e, conseqüentemente, a formação dos trabalhadores sob absoluto controle, não possibilitando alternativas para a construção de uma formação que levasse a sua autonomia política e intelectual.

No contexto de construção da Educação Nacional,

(...) essa visão dual ou fragmentada expressa-se, historicamente, desde a Colônia, pela reprodução das relações de desigualdade entre as classes sociais, na separação entre a educação geral, como preparação para os estudos superiores, e a preparação imediata para o mercado de trabalho, funcional às exigências produtivas. (CIAVATTA; RAMOS, 2011, p. 28)

Historicamente o governo de Getúlio Vargas é responsável pela gênese do desenvolvimento industrial capitalista no País. Não que a economia brasileira não estivesse atrelada ao capitalismo internacional, muito pelo contrário. Acontece que foi nos idos da década de 1940 que o país passa a vivenciar este o desenvolvimento econômico que foi ampliado consideravelmente no governo de Juscelino Kubitschek, atravessando uma nova etapa durante a Ditadura Militar (1964-1985), no que se convencionou chamar de Milagre Econômico. Nesse contexto, a Educação Profissional passa a receber dos órgãos governamentais uma maior atenção, haja vista a grande necessidade de mão de obra qualificada que respondesse aos interesse do Capital, neste momento de expansão econômica que caracteriza os anos de 1970 (BEZERRA, 2017)

Neste período, as orientações acerca dos modelos da Educação Brasileira mantiveram esta concepção dúbia do processo, bem como políticas desenvolvidas pelo Estado embasaram ainda mais a construção de uma concepção dual de educação geral e Educação Profissional no Brasil. Teríamos, assim, uma Educação propedêutica voltada para as ciências e os seus beneficiários logo teriam condições de acesso ao ensino superior e uma educação técnica, limitada e desconectada do ensino das ciências, voltada para as populações menos favorecidas e que seriam absorvidas ou não pelo mercado de trabalho.

Como apresentado anteriormente, em termos de conjuntura econômica, o Brasil passava por um período desenvolvimentista, onde a economia nacional abria-se cada vez mais ao capital estrangeiro, em especial norte-americano. Em termos educacionais, vale destacar as mudanças implementadas pela Lei de Nº 5692/71⁴, que surge como uma tentativa de estruturação da educação brasileira, tornando o ensino profissionalizante público obrigatório a todos (MOURA, 2007). Nessa perspectiva, a educação passa a ser encarada de forma mais utilitarista, em que, aos filhos dos trabalhadores, era oferecida apenas a formação técnica, negando-lhes o direito a uma formação científica e dificultando a continuidade nos estudos com ingresso ao ensino superior. Essa lógica voltada para uma concepção capitalista de sociedade segrega e fragmenta a formação, impossibilitando uma transformação social consistente, relegando aos jovens estudantes, filhos de trabalhadores, a uma formação incompleta.

Com a abertura política e, conseqüentemente, com o fim da ditadura militar, os ares da democratização da sociedade também ganham espaço na construção de um novo modelo de educação para o País. Esses debates se tornam mais latentes com a Promulgação da nova Constituição Federal em 1988, bem como a conseqüente aprovação da LEI 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, que deu os nortes para a democratização e universalização do ensino no

⁴A Lei 5692/71 surgiu, então, com um duplo propósito: o de atender à demanda por técnicos de nível médio e o de conter a pressão sobre o ensino superior. O discurso utilizado para sustentar o caráter manifesto de formar técnicos construiu-se sob o argumento da "escassez de técnicos" no mercado e pela necessidade de evitar a "frustração de jovens" que não ingressavam nas universidades nem no mercado por não apresentarem uma habilitação profissional. Isto seria solucionado pela "terminalidade" do ensino técnico. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012 p.33)

Brasil, embora ainda mantenha o dualismo histórico entre educação geral e a educação profissional, consolidando de forma explícita esta dualidade (MOURA,2007), como destaca o artigo 39, destinado à educação profissional:

Art. 39. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.
Parágrafo Único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional. (BRASIL, 1996, p. 14)

A LDB 9394/96 responde aos anseios da elite nacional ao propor, neste trecho que trata da formação profissional, a ideia de que a tríade educação, trabalho e ciência possibilitaria aos brasileiros o permanente desenvolvimento para a vida produtiva, não se importando em constituir uma formação integral aos jovens cidadãos que ressentiam um olhar diferenciado do estado para o desenvolvimento de políticas públicas que enfrentassem os desafios dessa fase da vida, encarada àquela altura como sinônimo de problema.

Em 1997, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso aprova o decreto 2208/97, que dá as bases para a organização da educação profissional, separando-a da formação secundária e, neste sentido, impossibilitando a integração técnica e científica na formação dos trabalhadores. Isto fica claro logo no seu artigo 1º onde se definem os seus objetivos:

I – promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas;
II – proporcionar a formação de profissionais, aptos a exercerem atividades específicas no trabalho, com escolaridade correspondente aos níveis médio, superior e de pós-graduação;
III – especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalhador em seus conhecimentos tecnológicos;
IV – qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores com qualquer nível de escolaridade, visando sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho (BRASIL, 1997, p. 1).

Assim, o decreto reforça a concepção de uma educação profissional como reflexo dos interesses do grande Capital, comungando com a ideia de que o potencial de inserção do trabalhador no mercado depende do nível de formação que este vai adquirir ao longo de sua trajetória educacional e profissional. Nessa

perspectiva, a Educação Profissional no Brasil é definida sob o escopo da dualidade entre formação intelectual e formação para o trabalho, respondendo às máximas do Sistema.

Tanto a LDB quanto o decreto 2208/97 representam para o empresariado brasileiro uma possibilidade se construir uma rede de ensino mais abrangente, tirando o país do marasmo educacional e garantindo a qualificação dos jovens, como também, o incremento na qualificação técnica e profissional para aqueles que apresentassem pouca ou nenhuma instrução. A ideia era modernizar a produção, investindo na qualidade e na competitividade, aumentando a pressão sobre o governo para que novas políticas educacionais garantissem a qualidade da Educação Básica (RAMOS, 2012). Isso representaria o fortalecimento da Teoria do Capital Humano⁵, bem como disseminação do conceito de empregabilidade⁶.

Contudo, destacamos que as discussões e políticas sobre Educação/Educação Profissional passam por significativa mudança a partir de 2002, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência do Brasil, que “tinha o compromisso com os educadores progressistas de revogar o Decreto n. 2.208/97” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012 p.27). Na verdade, o referido decreto não foi revogado de imediato, porém ampliou o debate em torno da regulamentação Educação Profissional e Tecnológica. Ainda, segundo os autores, no âmbito desse processo, foi elaborado um documento para subsidiar a discussão da Lei para a Educação profissional que se orienta a partir do entendimento de ser necessária para

(...) corrigir distorções de conceitos e de práticas decorrentes de medidas adotadas pelo governo anterior, que de maneira explícita dissociaram a educação profissional da educação básica, aligeiraram a formação técnica em módulos dissociados e estanques, dando um cunho de treinamento

⁵Trata-se de uma teoria que vem das ciências econômicas, a Economia da Educação, mas que se mostrou como ideológica, baseada na linearidade da relação entre nível de escolaridade e classificação social das pessoas; e entre o nível de escolaridade da população de um país e o seu desenvolvimento econômico. o caráter ideológico da Teoria do capital Humano orientou as políticas de educação da classe trabalhadora no Brasil dos anos 1950 aos 1970. (RAMOS, 2017, p.27)

⁶A empregabilidade, de um modo geral, pode ser conceituada como o ato de conseguir um emprego e ter a capacidade de manter-se nele, colocando em prática suas habilidades no campo profissional. Em síntese, é adequar-se às necessidades requeridas pelo mercado, adaptando-se às novas tecnologias, economia e a globalização. (STRYHALSKI; GESSER; FISCHER, 2016, p.26-27)

superficial à formação profissional e tecnológica de jovens e adultos trabalhadores. (BRASIL, 2004, p. 02.)

O novo governo, dessa maneira, reafirma o compromisso de transformar a política de Educação Profissional no intuito de reorganizar essa modalidade de Ensino no Brasil. Embora o novo governo não representasse uma ruptura total ao modelo econômico do governo anterior, a sua política voltada à Educação Profissional apresenta-se bem mais assentada nos princípios de uma educação integral sem, contudo, romper com a dualidade histórica.

Ainda segundo o mesmo documento:

A educação profissional e tecnológica busca compreender a tecnologia como categoria histórica e socialmente construída; incorporar o saber do trabalhador a fim de informá-lo sobre seu papel como agente de transformação da produção e do trabalho, disponibilizando o acesso às informações sobre os avanços científicos e tecnológicos. Essa modalidade da educação deverá atentar também para os compromissos com a redução das desigualdades sociais, com o desenvolvimento econômico participativo e com a educação básica como um direito assegurado pela escola pública e gratuita. (BRASIL, 2004, p.04).

Ao pensar a Educação Profissional como um compromisso para diminuir as desigualdades sociais e assegurar a gratuidade da formação do trabalhador, o governo finca as bases para a construção de um modelo de formação profissional que se apresentasse como um avanço, no sentido de integrar os conhecimentos científicos aos técnicos, e que possibilitassem uma educação geral aos jovens filhos de trabalhadores, pelo menos no âmbito do discurso apresentado pelos documentos oficiais.

Assim, o novo governo revoga o Decreto nº 2.208/97, como resultado de amplo debate desenvolvido pelos grupos de intelectuais, que estavam à frente do projeto educacional elaborado no decorrer da campanha eleitoral, bem como em diversos seminários sobre o ensino médio e sua relação com a Educação Profissional. (MOURA, 2012). Havia um sentimento de grande parte da intelectualidade de que a partir daquele momento o país passaria por uma transformação social, que mudaria os rumos da nação e esse processo seria possível através dos esforços do governo em empreender maiores energias na reestruturação da educação brasileira.

Já em julho de 2004, um ano e meio após o início do governo, é aprovado o decreto 5154/04⁷, que aponta novo direcionamento para a Educação Profissional, privilegiando uma formação mais ampla e, conseqüentemente, retomando a sua integração ao Ensino Médio nos moldes diferentes da antiga integração da década de 1970. Daí uma Educação Profissional de cunho técnico e científico, que contemple uma formação integral do jovem neste ciclo de formação básica.

O Decreto nº 5154/04, define no seu Artigo 4 a nova concepção de Educação Profissional:

A educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no § 2º do art. 36, art. 40 e parágrafo único do art. 41 da Lei nº 9.394, de 1996, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, observados:

- I - os objetivos contidos nas diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação;
- II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; e
- III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.

§ 1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

- I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;
- II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:
 - a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
 - b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou
 - c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de Inter complementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;
- III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio. (BRASIL, 2004, p. 3)

A retomada da integração da educação profissional ao ensino médio foi a grande novidade do decreto. Fazendo uma análise superficial, podemos constatar que faltou ao novo governo um esforço maior para romper definitivamente com o

⁷Decreto n. 5.154/2004, (...) é a consolidação da base unitária do ensino médio, que comporte a diversidade própria da realidade brasileira, inclusive possibilitando a ampliação de seus objetivos, como a formação específica para o exercício de profissões técnicas. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012 p.37)

modelo e estrutura montados no governo anterior. Sem a pretensão de fazer comparações, percebemos nitidamente que muito do antigo decreto permanece travestido de novo, por exemplo, as modalidades de formação profissional concomitante e subsequente permanecem e respondem aos interesses do mercado, principalmente da iniciativa privada interessada nessa fatia do bolo.

Contudo o decreto em si já representa um avanço em oferecer uma nova concepção de formação profissional ao integrar o Ensino Médio ao Técnico, possibilitando aos jovens conquistarem uma formação técnica e ao mesmo tempo em nível médio integrado, onde ciência, tecnologia e trabalho interajam neste novo percurso de formação, embora a lógica ainda seja a de formar os jovens trabalhadores para o mercado, respondendo aos desígnios do sistema capitalista na atualidade.

Segundo Kuenzer e Grabowsk,

(...) torna-se necessário substituir a formação especializada adquirida em cursos profissionalizantes voltados para ocupações parciais, pela formação geral adquirida através de escolarização ampliada, que abranja no mínimo a educação básica, a ser disponibilizada para todos os trabalhadores. (KUENZER; GRABOWSK, 2016, p. 25)

Nesse sentido, percebemos que as propostas relativas à educação profissional, embora resultado de grandes debates dos setores progressistas, trazem em seu bojo e essência as exigências atuais do mercado. Contudo consideramos importante destacar que o decreto 5154/04, que regulamentou as bases para a Educação Profissional, e o Decreto 6302/07, que instituiu o Programa Brasil Profissionalizado, no qual “o governo federal repassa recursos para os estados investirem nas escolas técnicas” (NASCIMENTO; MOURA; DAMASCENA, 2017, p. 201), abriu caminhos para que os entes federados pudessem organizar, dentro dos seus sistemas, uma oferta de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio.

É nesse contexto que, em meados de 2008, o Estado do Ceará, durante a Gestão do então Governador Cid Ferreira Gomes, anuncia o seu plano de Educação Profissional e Tecnológica, são lançadas as bases para a criação das ETEPs oportunamente em resposta ao Programa Brasil Profissionalizado do Governo Federal, que tinha como objetivo principal fomentar a integração entre a Educação Profissional ao Ensino Médio no âmbito dos sistemas estaduais de educação.

Iniciando as suas atividades ainda ano de 2008, as EEEPs foram propostas pelo Estado do Ceará como uma Política Pública Educacional que possibilitasse aos jovens oriundos do 9º ano do Ensino Fundamental uma Educação de inclusão social e tecnológica. Segundo o Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Ceará, lançado em março de 2008, essa proposta tinha em “vista a construção de soluções sustentáveis para as demais políticas públicas, em especial as sociais “(CEARÁ, 2008, p.11). Assim, quando a Secretaria de Educação do Estado do Ceará – SEDUC iniciou o programa foram implantadas de início 25 EEEPs. Além da Capital, outros 19 municípios, sedes das Coordenadorias Regionais de Educação – CREDE foram escolhidos para sediar estas primeiras unidades.

Embora a integração da Educação Profissional com o Ensino Médio tenha resultado das discussões a nível nacional, que culminou com a aprovação do decreto 5154/04, entendemos que aqui, no Ceará, a implantação da Política deu-se por decisão governamental para responder ao Programa Brasil Profissionalizado, tendo como objetivo elevar os “índices do Estado nas avaliações externas” (LIMA, 2014, p. 36) e aumentar a matrícula na rede estadual de ensino, definindo como foco a formação integral do aluno e a habilitação profissional em nível técnico.

As EEEPS, nesse sentido, foram apresentadas inicialmente como uma alternativa, no âmbito da Rede Estadual de Ensino, para os jovens que desejassem concluir o Ensino Médio e obter uma habilitação profissional.

2.2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CEARÁ

O Governo do Estado do Ceará, aproveitando o momento oportunizado no contexto de mudanças trazidas pelo Decreto 5154/04 e pelo programa Brasil Profissionalizado, lança, em meados de 2008, o Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica. O plano faz um pequeno balanço da Educação Profissional no mundo, no Brasil e no Ceará, destacando as características educacionais e econômicas do Estado (CEARÁ, 2008). Este plano se fazia necessário diante da celebração da adesão do Estado do Ceará ao Programa Brasil Profissionalizado para, assim, ser contemplado com aporte financeiro para a materialização de sua política de Educação Profissional.

No seu marco conceitual, esse documento apresenta o trabalho como princípio educati⁸ e, neste sentido, propõe que este não deve se limitar basicamente à preparação de mão-de-obra para o mercado, mesmo porque, segundo o mesmo documento, a educação não deve se restringir ao preparo para as atividades produtivas(CEARÁ,2008). Seria a construção de uma escola que possibilitasse uma formação para além da mera instrumentalização para o trabalho, numa perspectiva de emancipação social das juventudes cearenses.

Segundo Manacorda,

(...) é tipicamente gramsciano o modo como a sua proposta de trabalho como princípio e fundamento da escola elementar emana da análise do conteúdo educativo do ensino de base, à conclusão de um discurso que parte da diferenciação de dois elementos educativos fundamentais: as primeiras noções de ciências naturais e as noções de direitos e deveres do cidadão. (MANACORDA, 2007, p.136)

Abarcar o trabalho como princípio educativo é levar em consideração a máxima marxiana de que a humanidade se fez pelo trabalho, humanizando a natureza em favor de todos os cidadãos. Gramsci aprofunda a perspectiva de Marx ao direcionar o trabalho para a formação do homem integral, onde a escola seria um espaço por excelência e a classe trabalhadora tomaria de maneira sistematizada a consciência de classe, motor para a transformação da sociedade. (MANACORDA, 2007)

Nesse sentido, a educação passa a ter um papel de suma importância para a sociedade quando, por sua vez, possibilita a construção da ideia de que o ser humano vive do trabalho para através do trabalho construir uma sociedade em que todos possam comungar dos sabores do mesmo, evitando a formação de indivíduos que vivam da exploração do trabalho dos demais. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005)

O plano lançado para atender às exigências do Ministério da Educação logo possibilitou, a partir do segundo semestre de 2008, a instalação das primeiras Unidades de Educação Profissional no Estado. Essas Unidades chamaram-se, num

⁸ O conceito de trabalho como princípio educativo foi desenvolvido pelo filósofo italiano Antônio Gramsci. Portanto, para Gramsci, o processo de trabalho como princípio educativo é imprescindível na formação de novos intelectuais orgânicos para a classe trabalhadora que, organizada, concretize o ideal de uma sociedade emancipadora, onde tanto o trabalho material quanto o trabalho imaterial absorva uma visão crítica da realidade, uma visão coerente e unitária, que leve em conta a racionalidade, a totalidade e a historicidade das relações sociais. (NASCIMENTO; SBARDELOTTO, 2008, p.289)

primeiro momento, de Centros Educacionais para a Juventude – CEJOVEM, sendo denominadas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) a partir da publicação da Lei Estadual de Nº 14.273/08. (Ceará, 2014). Foram 25 as unidades escolares escolhidas para abrigarem a nova política de educação do Estado do Ceará, sendo seis na capital e outras dezenove nas cidades do Interior, que sediavam as Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação – CREDE. Como critérios para esta escolha, estavam o fato de a escola estar em área de vulnerabilidade social, os baixos indicadores de desempenho e a escassez de matrícula. (CEARÁ, 2014).

Na proposta do Governo do Estado, a Educação Profissional no sistema de ensino do Ceará foi instituída a partir da premissa de educação em tempo Integral, onde as escolas se organizam em períodos diários das 7h às 17h sendo servidas aos alunos três alimentações diárias em um ciclo de formação organizado em três anos.

Como organização curricular, a Secretaria de Educação propõe uma matriz, na qual as disciplinas são divididas em três eixos, distribuídas em 9 horas-aulas diárias e compostas: a) por uma formação geral, onde são contempladas as disciplinas de cunho matemático, científico, linguístico e histórico-filosófico, com vistas a possibilitar aos educandos uma maior compreensão dos processos e mecanismos que compõem a sociedade; b) por uma base técnica, onde o conhecimento técnico é apresentado de acordo com o curso ofertado e c) por uma base diversificada que compreende disciplinas como Formação para a Cidadania, Empreendedorismo, Mundo do Trabalho, Projeto de Vida, Oficina de Redação, Hora de Estudo e Projetos Interdisciplinares, com o objetivo de situar os educandos na sociedade em que vivem. Esses componentes fazem parte das matrizes curriculares da Educação Profissional atualmente. Por fim, nos últimos meses de formação, parte final do 3º ano, os alunos ainda cumprem uma carga horária de estágio, estabelecida em 600 horas para o eixo saúde e ambiente e 300 horas para os demais eixos. Ainda são acrescentadas 100h de projeto social para os cursos de menor carga horária de estágio.

Assim, a proposta foi implantada em 2008, inicialmente com 25 unidades e, 11 anos depois, a rede conta com 122EEEPs em pleno funcionamento, espalhadas por 98 municípios do Estado, atendendo pouco mais de 54 mil jovens,

que são admitidos através de seleção pelas melhores notas do Ensino Fundamental, da qual 80% das vagas são destinadas a alunos oriundos dos sistemas públicos (Estadual e/ou Municipal) de Ensino e 20% a alunos oriundos do sistema privado de ensino. Esse percentual se dá por recomendação do Ministério Público do Estado e está em vigor desde 2010 (CEARÁ, 2018).

Segue abaixo a linha histórica da implantação da Política de Educação profissional do Estado do Ceará.

Tabela 6 - Desenvolvimento da Educação Profissional no Ceará, de 2008 a 2019

Ano	Escolas em funcionamento (Nº)	Municípios (Nº)	Cursos (Nº)	Matrícula Inicial (1ª, 2ª e 3ª)
2008	25	20	4	4.091
2009	52	39	13	11.116
2010	59	42	18	17.290
2011	77	57	43	23.465
2012	92	71	51	29.618
2013	97	74	51	35.734
2014	106	82	53	40.654
2015	111	88	52	43.811
2016	115	90	53	47.823
2017	117	93	53	49.627
2018	119	95	52	52.571
2019	122	98	52	54.229
Progressão (%)	488%	490%	1.300%	1.325%

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da Secretaria da Educação do Ceará/Coordenadoria de Educação Profissional / Sistema de Gestão Escolar.

Como podemos perceber, a implantação das EEEPs estendeu-se ao longo destes 11anos, abrangendo pouco mais da metade de todos os municípios do Estado, ampliando o atendimento de 4.091 jovens, em 2008, para 54.229 mil, em 2019, o que representa um aumento de 1.325% nas matrículas.

Segundo relatório de Gestão 2008 – 2014,

(...) os investimentos realizados pela SEDUC para viabilizar a integração do Ensino Médio à Educação Profissional, teve, e tem como base, a concepção educacional, política e ética de que a garantia do acesso à educação e o exercício pleno da cidadania, necessariamente, passam pela ampliação da possibilidade de inserção dos jovens no mundo do trabalho, destacando àqueles em situação de vulnerabilidade social, configurando a relevância individual e coletiva do processo educacional. (CEARÁ, 2014, p. 21).

As EEEPs, nesse sentido, apresentam-se como a política de Educação que se alinharia às ações governamentais no campo da economia, no qual essas escolas seriam um incremento social e econômico para alavancar o desenvolvimento dos municípios onde essas escolas estão instaladas. Os primeiros cursos foram escolhidos a partir do incremento econômico nas áreas do turismo, da

construção civil e da tecnologia. Posteriormente, adotou-se como critério para a escolha dos novos cursos às “características socioeconômicas dos municípios inicialmente contemplados em diálogo com os projetos estratégicos do Governo Estadual, no que se refere ao desenvolvimento econômico e produtivo do Ceará” (CEARÁ, 2014, p.28). Assim, a EEEP cumpriria o seu papel social e econômico na região onde está inserida, embora não exista um estudo sistemático que corrobore com esta função atribuída às EEEPS.

Como modelo de gestão no processo de implantação das EEEPs, a Secretaria de Educação do Estado do Ceará – SEDUC – adotou a Tecnologia Empresarial Sócio - Educacional –TESE, que foi resultado de uma adaptação da Tecnologia Empresarial Odebrecht e reestruturada para a realidade de nosso Estado, a partir da parceria com o Governo de Pernambuco e o Instituto de Corresponsabilização pela Educação – ICE, em que se fundamentam as bases filosóficas desse modelo educacional Integral e Profissional.(NASCIMENTO, 2016)

Em linhas gerais, a TESE apresenta-se como uma tecnologia de gestão, e, a palavra tecnologia com todos os seus significados apontam a direção em que a escola deve seguir, que direciona o trabalho escolar na busca de obtenção de resultados através do incremento de um espírito empresarial.

Segundo as suas premissas, a TESE propõe, através desse espírito empresarial, que o grande negócio da escola é a qualidade no desenvolvimento de suas atividades, ou seja, o aprimoramento das atividades educacionais com vistas à qualidade na educação.

Segundo Nascimento (2016), a

concepção de educação presente na TESE e concretizada nas EEEPs é voltada a um projeto de integração de forte cunho empresarial, que transpõe o modelo de conceitos do mundo produtivo empresarial atual para o interior da escola. Com esse modelo baseado em resultados, eficiência, eficácia e racionalidade acreditam que irão solucionar os problemas da educação. Não consideram a situação da educação em sua totalidade, ou seja, inserida no contexto social, apresentam apenas uma visão unilateral da situação. (NASCIMENTO, 2016, p.156)

Assim, a escola pública passa a ser orientada por um modelo empresarial onde os professores e funcionários são tratados como parceiros no negócio da educação do jovens. Dentre os elementos que mais são valorizados está a premissa de que a escola tem a missão de gerar uma maior satisfação à comunidade em que

está inserida, apresentando resultados que possam contemplar a tríade comunidade, educadores e alunos.

Para o acompanhamento e sucesso desse processo, a TESE propõe a aplicação do ciclo empresarial PDCA⁹. Aqui percebemos os sentidos e o direcionamento que a TESE impunha às escolas, pois o ciclo criado pelo físico Walter A. Shewhart, na década de 1920, tinha o objetivo de aprimorar os processos de qualidade das empresas, sendo agora adaptado para melhorar os índices de qualidade da educação pública. (LIMA, 2014)

A TESE passa a orientar, nos primeiros momentos, a gestão das EEEPs no Estado do Ceará, possibilitando a criação de um ambiente empresarial nesse modelo de escola, sendo os objetivos principais a melhoria dos índices educacionais, a sustentabilidade do projeto e o aprimoramento na eficácia e na eficiência do ensino e da aprendizagem. Desta feita, a escola passa a ser tratada como um protótipo de empresa que tem na comunidade atendida, como a sua clientela. O gestores são vistos como gerentes, aos moldes de uma empresa que requer a satisfação dos clientes, tudo isso com apoio dos chamados investidores sociais, que são os parceiros empresariais (SANTOS; MENDES; MENDES SEGUNDO, 2016).

Este modelo de gestão foi adotado pela SEDUC a partir da experiência pernambucana, como revela o relatório de Gestão elaborado pela equipe da Coordenadoria de Educação Profissional – COEDP:

Entre as particularidades que influenciaram o movimento da educação profissional no Ceará, destaca-se a inspiração no Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental – PROCENTRO - implementado no Estado de Pernambuco. Os Centros de Ensino Experimental (CEE), também conhecidos como ginásios experimentais, eram escolas modelo que tinham como ideia força o ensino em modalidade integral para alunos de Ensino Médio desde o ano de 2003, naquele Estado,

⁹O ciclo PDCA foi criado pelo físico norte-americano Walter Andrew Shewart na década de 1920. Ganhou notoriedade nos anos de 1950, através de William Edwards Deming, que ganhou reconhecimento pelo seu trabalho em favor do aperfeiçoamento dos processos produtivos. Cada letra representa uma etapa no processo de controle de qualidade, assim temos: Plan: Planejar; Do: Fazer ou executar; Check: Checar, analisar, conferir; Action: Agir, no sentido de corrigir as falhas no processo. Os objetivos do ciclo é melhorar a qualidade nos processos através de um controle rigoroso de qualidade. (<https://blog.egestor.com.br/ciclo-pdca-o-que-e-e-como-funciona/>)

em parceria com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação – ICE. (CEARÁ, 2014, p. 18)

Com o intuito de fortalecer a implantação deste modelo de Gestão, a Secretaria de Educação empreendeu, a partir da parceria com o ICE, um ciclo de formação para os primeiros gestores, que, posteriormente, passam a replicar para os demais que assumiriam as novas escolas a partir de 2011, estendendo-se até o ano de 2013. Após esse período, não mais aconteceram as formações acerca desta tecnologia de gestão e, atualmente, todas as escolas da Rede Estadual foram inseridas no acompanhamento dos processos educacionais pelo Circuito de Gestão do Instituto Unibanco. Este é um modelo de gestão similar à TESE e que abrange não somente as EEEPs, mas toda a rede de ensino do estado do Ceará.

Dessa forma, as EEEPs contam com um número considerável de gestores que nunca passaram por formação específica em TESE, ocasionando assim, nos encontros de gestores uma discussão acerca da retomada das formações e a consequente organização inicial e integração entre as primeiras escolas e gestores. Contudo, a influência que a TESE exerceu nos primeiros tempos de funcionamento das EEEPs, ainda reflete nos processos de funcionamento interno de algumas escolas. É inegável a insatisfação de alguns gestores acerca do atual processo de seleção de professores para as EEEPs, por exemplo, caracterizado, no início da implantação da política, por um maior controle por parte da gestão da escola, pois o professor, além de passar por uma formação em TESE, deveria assinar o termo de adesão aos moldes de funcionamento da escola, e submeter-se a uma entrevista, fazendo com que as EEEPs fossem composta basicamente por professores contratados temporariamente, o que mantinham um maior controle do corpo docente submetidos aos princípios da TESE. Em contrapartida, as últimas greves fortaleceram consideravelmente a categoria de professores, no sentido de abrir uma maior valorização nos seus direitos como profissionais da educação pública e interessados na qualidade do ensino, sendo estabelecidos em 2017 novos critérios de seleção, privilegiando os professores concursados sem a necessidade de uma entrevista, o que, para alguns, enfraquece e desconfigura o modelo preconizado pela TESE.

ATESE trouxe para as EEEPs um espírito de gestão empresarial, no qual a educação e a aprendizagem são tratadas como produto. Neste sentido, a partir da chegada de diversos gestores que não passaram por formação em TESE e a

presença de outros que se mantiveram bastante críticos às suas premissas, percebemos que na EEEP pesquisada (Não me detive a verificar outras realidades), atualmente, pouco do que se faz tem relação direta com os princípios dessa filosofia, principalmente, após os escândalos de corrupção em que estavam envolvidos os donos da Odebrecht. O Circuito de Gestão do Instituto Unibanco é atualmente apresentado aos gestores escolares como a nova tecnologia que os auxilia na administração pedagógica da escola, o que não extrai os princípios empresariais voltados para a educação pública.

Nesse sentido, entendemos que um modelo empresarial para a educação dos filhos de trabalhadores se apresenta um tanto quanto contraditório, no sentido de que a tecnologia se aplica mais num sentido de domesticação dos jovens a um padrão de comportamento que seria aceitável e comum apenas dentro dos quadros funcionais das empresas (MOREIRA, 2017) que receberiam estes profissionais, não levando em consideração a diversidade a que os jovens se apresentam para o mundo e para a escola em especial.

À revelia dessas questões, consideramos de fundamental importância que a escola pública se mantenha pública e democrática, pautando-se nos princípios de qualidade para que possa oferecer aos filhos dos trabalhadores uma Escola inclusiva, humanizadora e que forme para a autonomia.

Para a instalação das EEEPs, a Secretaria da Educação – SEDUC precisou adaptar as estruturas das escolas, sendo necessário maior investimento nas unidades que não apresentavam condições adequadas para receber os alunos para um dia inteiro de atividades pedagógicas. Em outras, como os Liceus, não foram necessários tantos investimentos. A partir de 2011 passaram a funcionar as primeiras 18 unidades, chamadas padrão MEC¹⁰, construídas especialmente para o funcionamento das EEEPs. Depois de 11 anos de Educação Profissional, a rede conta com 48 escolas adaptadas, todas necessitando de reformas estruturais para atender aos alunos de maneira mais qualitativa e 74 escolas padrão MEC. Nesta perspectiva, podemos perceber grande disparidade de condições de trabalho e

¹⁰ No plano do Governo do Estado do Ceará, estava previsto a construção de escolas padrão que ficaram conhecidas como escolas padrão MEC-Ministério da Educação. São escolas totalmente novas, que foram construídas exclusivamente para funcionar EEEPs. Estas escolas contam com 12 salas de aula amplas e climatizadas; auditório; biblioteca; área administrativo-pedagógica; seis laboratórios básicos; laboratórios técnicos, cozinha e refeitório; ginásio poliesportivo completo. Essas escolas são planejadas para uma capacidade de 540 alunos (CEARÁ, 2014).

ambiente de aprendizagem entre algumas escolas adaptadas e as escolas padrão MEC.

A seguir, o quadro de implantação das EEEPs neste circuito de 11 anos, com as quantidades de escolas adaptadas e padrão MEC.

Tabela 7 - Quadro das EEEPs por tipo de prédio

ANO	QTD EEEP	TIPO DE PRÉDIO	
		ADAPTADA	PADRÃO MEC
2008	25	25	0
2009	51	51	0
2010	59	59	0
2011	77	59	18
2012	92	59	33
2013	97	59	38
2014	106	58	48
2015	113	51	62
2016	115	51	64
2017	117	50	67
2018	119	48	71
2019	122	48	74

Fonte: Secretaria da Educação do Ceará/Coordenadoria de Educação Profissional / Sistema de Gestão Escolar

A EEEP Presidente Roosevelt encontra-se entre as 48 escolas profissionais adaptadas e, dentre essas, apenas a EEEP Marwin, localizada no Grande Pirambu, está em fase de reconstrução para substituição do antigo equipamento por um novo. As demais permanecem nos velhos prédios à espera de maiores investimentos para reformas estruturais.

Conforme Kuenzer e Grabowski,

(...) a educação profissional, no que estabelece a LDB (BRASIL, 1996d), por se desenvolver de forma sistematizada em instituições próprias ao ensino, inscreve-se no âmbito da educação escolar e articula-se à formação básica que deve ser comum a todos os brasileiros e brasileiras, de modo a assegurar-lhes a formação indispensável ao exercício da cidadania, à efetiva participação nos processos sociais e produtivos e à continuidade dos estudos, na perspectiva da educação ao longo da vida. (KUENZER; GRABOWSKI, 2006, p. 298)

Os autores delineiam, de forma bastante clara, qual deve ser a função da escola e da educação profissional, no sentido de formar as juventudes para o exercício da cidadania, a participação nos processos produtivos e, principalmente, a continuidade nos estudos, rompendo, assim, a histórica dualidade entre a educação

geral e a educação profissional no Brasil, possibilitando aos filhos dos trabalhadores alcançarem níveis mais elevados de formação.

Passados onze anos da implantação das Escolas de Educação Profissional no Estado do Ceará, percebemos que esse modelo, propagandeado pelo governo do Estado como único no Brasil, tem apresentado resultados bastante animadores quanto à qualidade da Educação e à participação nas avaliações externas, como o Exame Nacional do Ensino Médio, por exemplo, se comparadas a outras escolas da rede. Isso faz com que a procura por esta modalidade de ensino seja cada vez maior, tanto por famílias oriundas do sistema público estadual e municipal de ensino, como do privado.

No entanto, pensamos ser necessário buscar um maior entendimento sobre as juventudes que procuram matrícula nessa modalidade de ensino. Seguimos alguns indícios de que a procura se dá por alguns fatores, não sistematizados ainda, como, por exemplo, o fato de ser integral, o que faz com que os pais se sintam seguros com seus filhos o dia inteiro na escola ou a possibilidade de aprender uma profissão, mesmo que esta não seja a sonhada pelo(a) jovem, o que nos coloca sob a hipótese de vontade maior dos pais do que dos próprios jovens.

É nesse sentido que, a partir do atual contexto social, econômico e político do nosso País e em uma perspectiva de muitas incertezas no Capitalismo mundial, faz-se necessário discutir qual o lugar dos jovens e das juventudes nesta sociedade e, conseqüentemente, no mundo do trabalho, construindo uma percepção das próprias juventudes acerca dos desafios a serem enfrentados e das perspectivas de formação e construção de seus projetos de vida.

Com a análise dos dados de matrícula, sabemos que os jovens que ingressam no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Ceará se encontram, na sua imensa maioria, em uma faixa etária que varia de 14 a 18 anos, pelo menos de uma forma geral. Esses jovens, por serem, em grande parte, oriundos das camadas mais baixas da sociedade, muitos assistidos por programas do governo, como Bolsa-Família (Programa de transferência de renda capitaneado pelo Governo Federal) encontram-se em uma situação de vulnerabilidade social.

Concordando que o

(...) Ensino Médio é uma etapa de formação não apenas intelectual-cognitiva, mas também um momento de construção de identidades e de pertencimentos a grupos distintos, de elaboração de projetos de vida, ainda que as condições e os percursos dos jovens sejam bastante distintos. É uma fase de ruptura e de reconstrução. (WELLER, 2014, p. 149)

A escola, nesse sentido, passa a ter um papel de suma importância na transformação social destes jovens, pois assume, junto às famílias, a missão de formá-los, contribuindo para que possam construir os seus próprios projetos de vida.

Com esse entendimento, optamos por investigar as impressões dos jovens que estudaram em uma EEEP, a EEEP Presidente Roosevelt, localizada à Avenida Bezerra de Menezes, 435, Farias Brito, Fortaleza, procurando, antes de tudo, ampliar a discussão acerca da Educação Profissional no estado do Ceará, na perspectiva dos jovens que estudam nesta Escola.

A seguir, analisaremos um pouco o desenvolvimento de políticas de juventude no Brasil que estão ligadas à área da educação, fazendo uma relação com a especificidade das políticas de Educação do Estado do Ceará.

2.3 TÓPICOS DE POLÍTICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL E CEARÁ

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o Brasil possui aproximadamente 52 milhões de jovens entre 15 e 29 anos (Brasil, 2010). Isso representa pelo menos um quarto de toda a população do país, tornando os desafios, no que diz respeito a políticas voltadas aos jovens, bastante significativas e urgentes.

Contudo as atenções dispensadas aos jovens ressentem, ainda, de um esforço redobrado das instituições para que tenhamos uma Política Pública de juventude consistente e que tenha uma conotação mais abrangente, atendendo às diversidades que caracterizam essa categoria. Partimos do pressuposto de que as Políticas Públicas compõem diversas ações que se articulam dentro de uma organização, envolvendo atores e aportes financeiros capazes de englobar programas que possam, dentro de um tempo previamente determinado, resultar em impactos positivos nos âmbitos social, cultural e humano àqueles do qual a política está especialmente voltada. Não podemos reduzir essas ações a simples prestação de serviços, haja vista que esta deve englobar projetos que possam articular os diversos níveis das relações entre o estado e a Sociedade Civil, no momento da sua constituição (SPOSITO; CARRANO, 2003). Em se tratando de políticas públicas de

juventude, parece ser este o caminho para se pensar as futuras gerações e, com isso, construir uma sociedade cada vez mais equânime e inclusiva.

É importante destacarmos que uma Política Pública deve ser concebida como Política de Estado, tendo, assim, uma maior amplitude e continuidade nas suas ações e programas. Essa perspectiva possibilita a obtenção de resultados mais eficazes e consistentes, o que se dá a longo prazo. Sem essa continuidade, tal política se torna apenas uma Política de Governo, em que as ações são abandonadas pelo simples fato de haver uma eventual ruptura após o resultado de uma eleição. Isso nos faz refletir sobre as mudanças que, por ventura, estão na tônica dos discursos do novo governo, que assumiu o país após o último e conturbado processo eleitoral.

O Estado brasileiro, desde meados do século passado, inicia os debates em torno da educação e inserção do adolescente e de jovens brasileiros nos padrões de sociedade ora vigente. Neste momento, a tônica pautava-se na perspectiva de mantê-los sob o controle do Estado e longe da delinquência juvenil, característica comumente atribuída aos jovens no decorrer da História do Brasil.

Conforme salienta Silva e Silva,

No Brasil, é possível considerar o Código de Menores, sancionado em 12 de outubro de 1927, pelo Decreto nº 17 943, como o marco legal que deu início à ação do Estado em políticas para a juventude. Sob a inspiração desse Código, foram criados, em 1941, o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) e, em 1964, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), responsável pela Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM). A concepção político-social implícita nessa lei era de um instrumento de controle social da infância e da adolescência, vítima de omissão e transgressão da família, da sociedade e do Estado em seus direitos básicos. (SILVA; SILVA, 2011. p. 666)

Os autores deixam claras as características do modelo de políticas de juventude a ser implantado pelo Estado Brasileiro, se é que podemos, assim, referir-nos. A partir dessas perspectivas, o Estado partia do pressuposto de que o jovem era suscetível à transgressão da ordem e dos bons costumes e, por isso, demandaria uma maior intervenção por parte dos órgãos de governo. Vemos aqui que a intenção do governo não é garantir direitos e sim controlar as juventudes e mantê-las distantes de qualquer comportamento que fuja à ordem estabelecida.

As políticas voltadas para as juventudes, a partir daí, apresentarão as mesmas características. Assim, foi durante os governos de Vargas, que a

intervenção apresentava um caráter assistencialista e controlador, sendo a preparação para o trabalho o caminho encontrado para disciplinar as classes trabalhadoras.

Durante a Ditadura Militar, podemos apresentar duas formas básicas de tratamento dispensado aos jovens. De um lado, estavam aqueles que precisavam do amparo e controle do Estado, estes eram inseridos nos programas do governo voltados, principalmente, para a formação para o trabalho, nas escolas de Ensino Médio; isso sem mencionar os jovens das camadas mais abastadas, que eram mantidos, por suas famílias, em escolas particulares e/ou Liceus, que os preparavam para a continuidade nos estudos em nível superior. Do outro lado, a repressão se fez presente de maneira categórica a jovens de classe média, que se empenharam em combater o regime dos militares nas fileiras dos grupos de guerrilha urbana, muito atuantes durante o período.

O reconhecimento da criança e do adolescente e, posteriormente dos jovens, como uma prioridade a ser tomada pelo Estado dá-se mesmo a partir dos movimentos sociais iniciados na década de 1980 (SILVA; SILVA, 2011), no bojo da campanha para as Diretas já¹¹, como também na construção do novo momento político que se inaugurava. Foi somente com a Constituição de 1988, no seu artigo 227, que crianças e adolescentes passam a ser encarados como sujeitos. Os jovens são inseridos posteriormente, como veremos mais à frente.

Dois anos após a promulgação da nova Constituição Federal, a partir da aprovação da lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que estabeleceu o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, foi dado o pontapé inicial para uma série de avanços consideráveis no campo do direito, fossem possíveis a crianças, adolescentes e jovens principalmente. Porém reconhecemos que ainda há muito a ser feito para que esta categoria seja plenamente atendida por políticas públicas desenvolvidas pelo Estado e que garantam ainda mais os seus direitos e sua dignidade.

¹¹Após um longo período de Ditadura Militar, sem o povo brasileiro votar para presidente, inicia uma campanha em favor das “eleições diretas para presidente e, com este objetivo, fora apresentada uma emenda constitucional pelo deputado do PMDB Dante de Oliveira, em março de 1983. Embora na época tivesse chamado atenção relativamente pequena, os líderes peemedebistas perceberam que a ideia estava recebendo apoio popular cada vez mais forte. Em abril de 1983 o Cardeal Arns e Dom Ivo Lorscheiter (secretário geral da CNBB) apoiaram o movimento. Em junho, a direção nacional do PMDB lançou uma campanha nacional que começou com um comício em Goiânia, com a presença de 5.000 pessoas” (SKIDMORE, 1991 p.392). A partir daí, a campanha ganha a força das ruas com adesão da classe política, sindicatos, artistas e uma grande massa de anônimos.

Em meados dos anos 90, pouco antes da aprovação do ECA, o Brasil passa a ser governado por Fernando Collor de Melo, o primeiro Presidente Eleito por voto direto na recém inaugurada Nova República. Dois anos mais tarde, assume a presidência o mineiro Itamar Franco, após o processo de impeachment sofrido pelo seu antecessor. Porém foi no Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) que diversas ações do governo voltadas para o segmento jovem foram implementadas.

Neste período,

problemas reais, identificados principalmente na área da saúde, da segurança pública, do trabalho e do emprego, dão a materialidade imediata para se pensar as políticas de juventude sob a égide dos problemas sociais a serem combatidos. Nesse processo é possível reconhecer que, em muitas formulações, a própria condição juvenil se apresenta como um elemento problemático em si mesmo, requerendo, portanto, estratégias de enfrentamento dos “problemas da juventude”. Isso se expressa, por exemplo, na criação de programas esportivos, culturais e de trabalho orientados para o controle social do tempo livre dos jovens, destinados especialmente aos moradores dos bairros periféricos das grandes cidades brasileiras.(SPOSITO; CARRANO, 2003, p. 21)

Como bem afirmam os autores, as estratégias políticas voltadas para as juventudes brasileiras passam por uma série de ações, que tiveram como base a ideia de que os jovens precisavam ser controlados e, ao mesmo tempo, contemplados com algumas atividades que possibilitassem uma maior integração social controlada, livrando-os dos males que assolam a sociedade, como a violência e a delinquência, salvaguardando o Estado e os cidadãos de forma mais intensa.

Assim, percebemos que no decorrer deste processo, as juventudes do Brasil foram comumente caracterizadas como uma fase bastante problemática, sendo necessário um grande esforço do poder público no combate à violência juvenil e a inserção destes nas estruturas sociais vigentes. Ao que tudo indica, a ideia era reconhecer a situação de vulnerabilidade que a maioria das juventudes brasileiras estavam inseridas, envolvidas com a violência, tráfico de drogas, desestrutura familiar e por estarem submetidas a um processo de crescente dificuldade para entrar e manter-se no mercado de trabalho e, assim, usufruírem de condições dignas de vida e sobrevivência.

Foi a partir do governo de FHC que as juventudes foram inseridas na agenda de políticas públicas do estado Brasileiro, pelo menos até o momento, pois vemos crescer no país uma onda de recrudescimento político sem precedentes. Contudo os avanços não podem e nem devem sofrer com estas ideias de atraso,

embora os prognósticos não sejam nada animadores, haja vista o alinhamento do novo governo com as pautas neoliberais de submissão aos organismos internacionais de maneira intensa e direta.

Apesar deste cenário desanimador, o Brasil ainda se destaca no âmbito internacional por possuir uma legislação bastante avançada em se tratando de jovens e adolescentes, sendo exemplo desta expressão, a inclusão da palavra jovem na Constituição Federal através da emenda constitucional 65/2010¹². Isso fez com que fossem garantidos direitos aos jovens, já assegurados a outras categorias, ampliando ainda mais as demandas do Estado no desenvolvimento de políticas de juventude.

Em um país, onde a violência urbana é uma crescente, onde o poder do tráfico de drogas tem-se ampliado cada vez mais, é de fundamental importância a implantação de políticas públicas que possam assistir às juventudes, possibilitando a construção de uma cidadania plena, buscando ainda, ultrapassar os conceitos comumente relacionados aos jovens como, por exemplo: problema, indefinição, passagem, transição, etc. É preciso tratar as juventudes em todas as suas nuances, em todas as suas diferenças e em todas as suas potencialidades.

Segundo Dayrell e Carrano,

Enxergar o jovem pela ótica dos problemas é reduzir a complexidade desse momento da vida. É preciso cuidar para não transformar a juventude em idade problemática, confundindo-a com as dificuldades que possam afligi-la. É preciso dizer que muitos dos problemas que consideramos próprios dessa fase, não foram produzidos por jovens. Esses já existiam antes mesmo de o indivíduo chegar à idade da juventude. Pensemos, por exemplo, na violência policial, que faz de suas vítimas prioritárias os jovens negros, das periferias de nossas cidades. (DAYVRELL; CARRANO, 2014. p. 107)

Destarte, as juventudes precisam ser compreendidas em toda a sua complexidade, percebendo os desafios que esse momento da vida apresenta de forma propositiva e assertiva, pois, como bem destaca os autores, os diversos problemas que geralmente são associados a esta fase da vida não foram criados

¹²O Congresso Nacional promulgou no dia 13 de julho, dia do aniversário de 20 anos do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), a emenda 65 que insere os jovens no capítulo 227 da Constituição Federal que trata dos interesses da família, da criança, do adolescente e do idoso. A lei estabelece o Estatuto da juventude e o plano nacional de juventude. (<https://mprr.jusbrasil.com.br/noticias/2282848/constituicao-federal-jovens-sao-inseridos-no-capitulo-que-trata-dos-interesses-da-familia-da-crianca-do-adolescente-e-do-idoso>)

pelos jovens, existem desde muito tempo como resultados das relações sociais, econômicas e políticas da sociedade brasileira ao longo de sua História.

Pensando as novas realidades em que estão inseridos os jovens neste mundo, onde as tecnologias têm dominado o sistema produtivo e as relações sociais, esses passam a ser incluídos nas agendas políticas de diversos países, incluindo o Brasil, haja vista que esta parcela da população é a mais atingida por estas transformações, principalmente no que se refere ao mundo do trabalho.

Além dessas questões, ainda podemos constatar, através de noticiários, a constante violência que aflige uma parcela significativa de jovens, geralmente, oriundos das camadas mais pobres e, assim, mais propícios à situação de vulnerabilidade social.

Assim, a intensificação, embora tímida, de políticas públicas voltadas para a juventude, podem ser localizadas de maneira mais sistemática, embora dispersa, nos idos da década de 1990. Segundo Sposito e Carrano, no

tratamento do tema da juventude, no plano das políticas federais, é preciso recompor um desenho de ações que emerge do reconhecimento de que alguns problemas afetam expressiva parcela da população jovem, sobretudo a partir da década de 1990, e a lançam numa condição que se tornou usual conceituar como sendo de risco social. (SPOSITO; CARRANO, 2003. p. 21)

Os programas voltados para a juventude são pautados, neste período, a partir da ideia de que os jovens, por estarem em uma fase de transição, encontravam-se em constantes riscos, esses, sempre relacionados à rebeldia e à criminalidade, em se tratando das camadas mais pobres da sociedade.

Nesse sentido, os autores conseguem identificar os programas desenvolvidos pelo Estado Brasileiro, no então governo FHC, e constatarem que não representam uma totalidade consistente no que diz respeito ao foco principal, que é o jovem em toda a sua complexidade (SPOSITO; CARRANO, 2003).

Como bem destacam Sposito e Carrano, ao analisarem os programas no setor, as evidências em relação ao foco de cada grupo de programas são

fortes, médios ou de fraca intensidade, sendo distribuídos da seguinte forma: a) o foco dirige-se explicitamente a adolescentes e/ou jovens (18 programas ou projetos); b) o foco é difuso entre crianças e adolescentes ou jovens e adultos (10 programas); e c) o foco dirige-se à população jovem apenas de modo incidental (cinco programas). (SPOSITO; CARRANO, 2003. p. 23)

Não havendo, segundo os autores, uma política consistente, abrangente e que responda às demandas das juventudes brasileiras, o que se percebe é uma grande desconexão, descontinuidade e falta de integração no âmbito dos conjuntos de programas analisados pelos autores. Estes elencam, ainda, alguns programas que consideram como de intensidade forte, focados nos adolescentes e jovens distribuídos em alguns ministérios. Sendo relacionados por Sposito e Carrano (2003), a partir dos ministérios do qual são vinculados, conforme tabela a seguir:

Tabela 8 - Quadro dos programas ministeriais voltados para juventudes no governo de FHC

(continua)

Ministério	Programa	Característica
Educação	Estudantes em convênio de graduação	Destinado a jovens estrangeiros com ensino médio completo e que, preferencialmente, participem de programas de desenvolvimento nos países de origem e que mantinham acordos diplomáticos com Brasil; Projeto Escola Jovem: tendo como objetivo principal a ampliação das vagas no Ensino Médio para jovens de baixo rendimento escolar. Objetivo de incentivar e despertar novos talentos para o esporte;
	Jogos da juventude	Com o objetivo de fomentar o desporto escolar e, também, revelar novos talentos;
Esporte e do Turismo	Olimpíadas colegiais	Voltado a adolescentes residentes em comunidades ribeirinhas e tinha como principal objetivo a democratização dos esportes náuticos.
	Navegar	Visando à preparação dos jovens para o mercado de trabalho e cidadania;
Justiça	Serviço civil voluntário	Voltado para assistir aos jovens em conflito com a lei que estavam cumprindo medidas socioeducativas;
	Reinserção social do adolescente em conflito com a lei	O objetivo desta ação foi proteger e eliminar este tipo de violência contra as jovens em situação de vulnerabilidade.
Saúde	Promoção de direitos de mulheres jovens vulneráveis ao abuso sexual e à exploração sexual comercial no Brasil	Remontando do final da década de 80 as iniciativas na área da saúde intensificam-se em 1999 com intuito de integrar as ações numa política de âmbito nacional.
	Saúde do adolescente e do jovem	Este programa foi criado no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso e visava à capacitação profissional de jovens e o incentivo para a abertura do próprio negócio. Teve desempenho nulo por falta de recursos financeiros para a execução dos projetos.
Trabalho e do Emprego	Jovem empreendedor	Concebidos para serem de responsabilidade dos governos locais, estes centros dispuseram de recurso federal, porém, sem dados de sua efetividade;
Assistência e Previdência Social	Centros de Juventude	Tinha o objetivo de formar lideranças jovens nas áreas da educação, cultura, esporte, meio ambiente, turismo, cidadania e saúde.
	Agente jovem de desenvolvimento social e humano	Prêmio que remonta do início da década de 80 e tem como objetivo central incentivar novos talentos em se tratando de pesquisas que solucionem alguns problemas nacionais;
Ciência e da Tecnologia	Prêmio Jovem Cientista	Criado em 1999, está voltado para estudantes do ensino médio, incentivando-os a pesquisa.
	Prêmio jovem cientista do futuro	

Tabela 3 - Quadro dos programas ministeriais voltados para juventudes no governo de FHC

(conclusão)

Ministério	Programa	Característica
Presidência da República	Comunidade solidária	Pensado como uma política social do governo, visava à criação e à geração de emprego e renda a jovens e adolescentes no Brasil. Apesar de não ter logrado grandes resultados, representou uma ação de combate à pobreza; A ideia era a capacitação profissional de jovens entre 16 e 21 anos, nas regiões metropolitanas; Com objetivo de conectar jovens em situação de vulnerabilidade à rede de comunicação, este programa teve pouca participação do poder público.
	Programa capacitação solidária	
	Rede Jovem	
Planejamento, Orçamento e Gestão	Brasil em ação	Criado em 2000, objetivava a integração de diversos órgãos em ações voltadas para o atendimento da juventude; foi comprometido pelas limitações de integração e participação no processo de programação financeira.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Sposito e Carrano, 2003.

Assim, percebemos que os autores deixam claras as dificuldades de uma política de juventude sólida e que consiga abranger a diversidade dos jovens no Brasil. Pensando na perspectiva de que as juventudes são vistas como suscetíveis à violência e à criminalidade, a questão da juventude como problema permeia e orienta as ações que, na sua grande maioria tende a priorizar paliativos que pudessem frear o ímpeto da suposta periculosidade do jovem e das juventudes. Desta forma, ser jovem no Brasil é estar constantemente em busca de afirmação de identidades e direitos que há muito lhes foi negado.

Após os oito anos do governo de Fernando Henrique Cardoso, um novo momento político é inaugurado com a chegada de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República. A partir de então, os debates acerca da questão das juventudes ganha um novopatamar de discussão. Neste contexto, mesmo com todos os limites dos programas nesse setor, desenvolvidos no governo anterior, o novo governo encontra um terreno bastante fértil para a ampliação das Políticas de Juventude e, conseqüentemente, a sua sistematização enquanto política de estado.

O ano de 2003 e o 1º semestre de 2004 foram marcados por momentos importantes, talvez motivados pelos “ares” de otimismo que predominavam no início do governo. O debate sobre as políticas públicas para a juventude obteve alcance nacional, com a realização da Semana Nacional da Juventude pela Câmara dos Deputados, a elaboração de relatório preliminar da Comissão Especial de Políticas Públicas para Juventude (Cejuvent), destinada a acompanhar e a estudar propostas para o segmento, bem como a criação de um grupo interministerial encarregado das políticas para a

juventude, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República. (TELES; FREITAS, 2008, p.195)

Como podemos perceber, o início do novo governo foi de muito otimismo no que diz respeito ao avanço dos debates em torno da questão das juventudes no Brasil. A semana da juventude, que foi realizada pela Câmara dos deputados expressou o caráter nacional das discussões, bem como as ações propostas vieram a culminar com o projeto de Lei 4.530/2004, que estabeleceu o Plano Nacional de Juventude, indicando que, dentre outras ações, as Políticas Públicas de Juventude devem ser atribuições dos Estados e não dos governos, mesmo sendo de esfera Federal, Estadual e Municipal.

Na esteira destes eventos, que perpassam todo o primeiro governo de Lula, consideramos como um momento marcante para a redefinição dos programas e políticas públicas voltados para as juventudes, a aprovação da Lei 11.129/2005, que cria o Conselho Nacional da Juventude (Conjuve), órgão que passa a ser responsável pela formulação e encaminhamento de ações do governo com o fim de atender às juventudes.

A partir de então, e até mesmo um pouco antes, vemos que diversos esforços foram dispensados em torno do desenvolvimento de políticas e programas para atender diretamente esta parcela da população. Dando continuidade e/ou estabelecendo novos programas, o governo definiu novas políticas que envolvem diretamente o universo de interesse deste trabalho, que é a Educação, dos quais podemos destacar:

- O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem): caracteriza-se por ser um programa de juventude que atendia aos jovens excluídos da escola e da formação profissional;
- O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec): tem por finalidade oferecer cursos profissionalizantes gratuitos aos jovens de escolas públicas; trabalhadores e beneficiários dos programas de transferência de renda;
- O Sistema de Seleção Unificada (SISU): é o sistema informatizado, gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), pelo qual instituições públicas de educação superior oferecem vagas a candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM);

- Programa Universidade para Todos (ProUni): é uma iniciativa do governo federal para facilitar o acesso de alunos carentes ao ensino superior. Criado em 2004, oferece bolsas de estudos de 50% ou 100% da mensalidade em faculdades particulares.

Além destas, ainda podemos mencionar o fortalecimento do Programa de Financiamento Estudantil - FIES, criado em 1999, que se propõe a financiar jovens carentes a cursar formação de nível superior em faculdades e universidades privadas, espalhadas pelo Brasil. O FIES, durante os Governos de Lula e Dilma Roussef, foi ampliado e reformulado a ponto de possibilitar a flexibilização das regras para facilitar a aprovação do cadastro dos estudantes que necessitassem do programa.

Esses programas, até os dias atuais, atendem a uma grande parcela das juventudes. Ao analisar essa categoria, comungamos com a premissa de que se constroem a partir das experiências vividas, reinventando os contextos sociais dos quais estão inseridas. Assim,

(...) O jovem constrói-se como sujeito social por meio de interações com grupos dos quais faz parte, ao longo de sua vida. Nesse processo, mais do que ser, ele se configura por um (in) constante ir sendo jovem, de modo que, num jogo de aproximações e distanciamentos a grupos, pessoas, instituições etc., ele constrói sua própria identidade, dá sentido à sua vida e, enfim, constrói significados às mais diversas experiências pelas quais passa. (SILVA; PELISSARI; STEIMBACH, 2013, p. 408)

O Jovem, enquanto ser social, age e posiciona-se ativamente frente às questões que permeiam a sociedade que o cerca. Aquela ideia de jovem enquanto adulto em formação não cabe mais nestes tempos em que as distâncias se encurtam e a interação via rede mundial de computadores torna as trocas de conhecimentos e experiências bem mais rápidas e fluidas. O que nos interessa, neste sentido, é pensar o jovem enquanto ser ativo na construção neste percurso de consolidação da plena cidadania.

Perpassando a todas as questões que envolvem as juventudes, o campo da educação parece-nos, ainda, o melhor caminho de integração dos jovens na vida ativa do País. Os debates intensificados, a partir do fim dos anos 80, em torno desta temática, têm-se mantido ora com avanços progressistas ora, como atualmente, com tonalidade bastante conservadora.

O Ensino Médio, como última etapa da Educação Básica, tem estado no centro dos debates nos últimos anos, a fim de atender, de maneira satisfatória e significativa, aos jovens que chegam a esta etapa, a partir de 14 anos de idade, como podemos atestar no movimento de matrículas na EEEP Presidente Roosevelt, nosso lócus de pesquisa. Compreendemos, assim, que as idades de conclusão desta etapa da educação Básica podem variar entre 17 e 20 anos de idade.

No Ceará, as políticas voltadas para o Ensino Médio têm-se intensificado nos últimos anos, transformando esta etapa da Educação Básica no destaque das políticas do governo, em que se estabelecem metas por escola, a fim de aumentar, também, os índices de proficiência no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB¹³, do Ministério da Educação, e o aumento no ingresso ao Ensino Superior.

Segundo Alencar e Lima,

(...) a rede pública estadual de ensino do Ceará oferece o ensino médio nas modalidades: 1. Educação profissional integrada ao ensino regular; 2. Educação em tempo integral regular; 3. Ensino médio regular; 4. Educação de jovens e adultos, além da oferta de idiomas de inglês e espanhol em seus 13 Centros Cearenses de Idiomas. A intenção é flexibilizar as modalidades e ofertas, de maneira a atender às especificidades e anseios de cada cidadão, conforme suas possibilidades de acesso ao ensino médio, de modo a garantir a equidade de atendimento nessa etapa da educação básica. (ALENCAR; LIMA, 2018, p. 130)

Nesse contexto, a Política de Educação Profissional, que completou dez anos em 2018, tem se afirmado como uma política de Educação, que tem gerado bons resultados nas avaliações externas e ENEM. Contudo o que move este trabalho é a percepção das juventudes sobre a eficácia e a pertinência deste modelo no seu processo formativo durante os três anos que compõem o Ensino Médio.

¹³Ideb é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. Funciona como um indicador nacional, que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população por meio de dados concretos, com o qual a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias. Para tanto, o Ideb é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente. (<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=2439816>)

3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA EEEP PRESIDENTE ROOSEVELT

3.1 PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA EEEP PRESIDENTE ROOSEVELT

A Educação Pública no Ceará tem apresentado números expressivos do ponto de vista de avanços quando comparada a outros Estados da Federação, se tomarmos por base os resultados do IDEB. No ano de 2017, o Ceará salta da 12ª para a 4ª colocação no ranking nacional, após a divulgação dos dados deste indicador de qualidade da educação. Não obstante, ainda apresenta números muito aquém do estabelecido como meta para aquele ano pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira-INEP. Conforme os dados divulgados, o Estado do Ceará sai dos 3,4, no ano de 2015, para 3,8, no ano de 2017, na avaliação do 3º ano do Ensino Médio. Sabendo que a meta estabelecida para 2017 foi de 4,3, constatamos que os padrões alcançados remetem-se pouco abaixo da meta estabelecida para o ano de 2015 nessa etapa do Ensino, como podemos constatar na tabela a seguir.

Tabela 4 - Escala de notas padronizadas e metas do IDEB para o Estado

3ª ano EM															
	IDEB OBSERVADO							METAS PROJETADAS							
UF	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
CE	3,0	3,1	3,4	3,4	3,3	3,4	3,8	3,0	3,1	3,2	3,5	3,9	4,3	4,5	4,8

OBS: Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=2439816>. Disponível em 21 de jul de 2019.

Bem sabemos que as notas padronizadas do IDEB não levam em consideração os diversos fatores que envolvem o trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas, tais como a violência urbana, o desemprego estrutural que afeta as famílias, as condições de trabalho dos profissionais de educação, dentre outros. Porém consideramos importante mencionar este crescimento da educação do Ceará, embora não seja nosso objetivo aprofundar estes resultados.

O Estado do Ceará, desde a última década do século XX, tem colocado a Educação no centro do debate político, talvez pelo momento em que atravessava o país: Tempos em que a nova ordem mundial do trabalho impunha um novo perfil de profissional, melhor formado e integrado às exigências do mercado. É nesse

contexto que, mesmo antes da aprovação da nova LDB 9394/96, o estado do Ceará apresenta-se como precursor no processo de reestruturação do Ensino Médio, juntamente com São Paulo, Minas Gerais e Paraná, uma postura explicitamente voltada para as exigências deste novo momento (ZIBAS, 2005). No cerne deste processo, está a integração do estado brasileiro à lógica neoliberal, inaugurada no governo de Fernando Collor de Melo e tendo seus desdobramentos nos governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.

Segundo Zibas,

Todas as raízes das iniciativas oficiais podem ser (e já foram) rastreadas em documentos de entidades, tais como os do Banco Mundial (World Bank, 1989) e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – Cepal (1992). O que vale aqui destacar é que a reforma, no Ceará, não foi induzida, integralmente, pelo governo federal, mas teve, também, uma vinculação direta com movimentos de abrangência global, uma vez que as autoridades estaduais tinham bom trânsito (inclusive quanto à obtenção de empréstimos) junto a organismos multilaterais. Na verdade, a Secretaria da Educação do Ceará e suas congêneres de São Paulo, Paraná e Minas Gerais constituíram, nos meados dos anos 1990, simultaneamente, as reformuladoras e implementadoras de políticas educacionais cuja matriz estava situada em organizações internacionais. (ZIBAS, 2005, p. 204-205)

Percebemos, assim, que, desde os primeiros momentos da reorganização do Ensino Médio, nos fins do século passado, quem dava a tônica do discurso e das ações eram os organismos internacionais. A Educação Pública passa lentamente a ganhar contornos de gerenciamento privado quando se passa a exigir dos gestores uma maior transparência no uso dos recursos e dos resultados de aprovação e reprovação dos alunos (ZIBAS, 2005). Seguindo este curso, o estado, imbuído do discurso de que seria necessário melhorar a qualidade da educação, passa a empreender uma mudança significativa no gerenciamento da educação, implantando a municipalização do Ensino Fundamental e a ampliação e universalização do Ensino Médio.

Portanto o discurso em torno do ensino de qualidade aparece cada vez mais na agenda política estadual, mesmo que seja para responder aos interesses diretos dos organismos internacionais, onde a concepção neoliberal de competência direciona os discursos governamentais. Nesse sentido, a ideia de quanto maior a escolaridade maior a possibilidade de competir no mundo globalizado alcançando, assim, condições de entrar e manter-se no mercado de trabalho, transfere para o trabalhador a responsabilidade pela sua própria formação (FRIGOTTO, 2001) e

incute, nas futuras gerações, a mentalidade de que a escola possibilitaria níveis mais elevados de participação cidadã e maiores garantias de empregabilidade, mesmo que superficialmente.

Nesse contexto, o processo de municipalização do ensino fundamental fez com que o Ceará se tornasse, na atualidade, o estado do Brasil com maior participação dos municípios nesta modalidade de ensino (VIEIRA & VIDAL, 2016), direcionando as políticas da Secretaria Estadual de Educação para o Ensino Médio.

Esta modalidade de ensino acomoda uma população de jovens que estão (ou deveriam estar) na faixa etária de 14 a 17 anos de idade, aqui, esta variação pode ser dar até a faixa de 20 anos de idade, dependendo do tempo em que o jovem pode levar para concluir o Ensino Fundamental. Porém a SEDUC tem empreendido um grande esforço junto às escolas estaduais, para reduzir a distorção idade/série, aumentando os esforços da Secretaria de Educação para que os gestores voltassem as atenções para os resultados de aprovação e reprovação. Como professor da rede estadual desde início dos anos 2000, e professor temporário, participamos de alguns debates em torno da temática, e a tônica era de crítica, por parte dos educadores, ao fato de alguns alunos serem promovidos à série seguinte sem, contudo, os padrões mínimos de aprendizagem estarem efetivados.

Em 1992, o estado cria um sistema de avaliação externa que teria como finalidade primeira o acompanhamento da qualidade do ensino público estadual, com vistas, dentro do discurso oficial, ao monitoramento das políticas de educação e a qualidade da oferta. Hoje denominado Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará, o SPAECE é aplicado atualmente às turmas de séries finais de cada etapa da educação básica.

O sistema, a partir de então, norteia tanto as políticas de educação do Estado, como, também, os modelos de gestão das escolas públicas. Assim, os gestores escolares passam a incorporar os dados obtidos através desta avaliação externa na sua prática pedagógica, possibilitando a criação de estratégias para vencer o desafio de melhorar os índices de aprendizagem dos alunos nas disciplinas de Português e Matemática, o que faria mudar lentamente as posturas dos gestores e professores acerca da qualidade do ensino.

É bem verdade que ainda hoje existe muita resistência de uma parcela de professores no reconhecimento destes dados como um indicador de qualidade, haja vista as situações de vulnerabilidade existente em grande parte das escolas, envoltas de mazelas sociais, como violência, pobreza, desemprego, entre outros. O grande argumento é que os dados não analisam as condições nas quais os alunos chegam à escola e nela se mantêm.

Somado a isto, a maioria das escolas estaduais ainda ressentem de estruturas adequadas para o bom desenvolvimento do trabalho pedagógico com vistas na melhoria do desempenho dos alunos, porém é bom destacar os esforços empreendidos pelos gestores e professores para que a escola se torne o lugar da inclusão, da socialização e da aprendizagem. Cientes de que a escola não se constrói como um mundo à parte ou uma ilha da fantasia que esteja livre das mazelas sociais que a rodeiam, não é exagero dizer que a escola é um reflexo da sociedade que a cerca e, para que os jovens estudantes possam sair dos seus muros minimamente preparados para enfrentar os desafios que a sociedade lhes impõe, é necessário ampliar os investimentos em estrutura e projetos pedagógicos consistentes.

Nesse sentido, o grande desafio para a Educação Pública no Brasil tem esbarrado na garantia de recursos que possibilitassem as condições de funcionamento adequado, e, aos professores, fossem empreendidas políticas de valorização profissional e salarial, bem como aquelas voltadas para as melhorias estruturais da escola e para aquisição de material pedagógico, tendo em vista o bom atendimento aos jovens estudantes que dela necessitam. Contudo, é importante destacar que

Os problemas de financiamento do ensino médio só são resolvidos com a aprovação da Emenda Constitucional nº 53/2006, que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), instituído em 2007. Assim, ao assumir o governo, Cid Gomes (2007–2014) depara com um cenário financeiro bastante favorável para o estabelecimento de uma política de ensino médio mais robusta e com a possibilidade de implementação de novas iniciativas. (VIEIRA; VIDAL, 2016, p. 109)

É evidente que não se pode construir um modelo de educação pública de qualidade sem investimento. E o Fundo cria expectativas para a implantação de novas iniciativas para a Educação do Ceará, pois possibilitou ao governo do estado

um melhor planejamento nos investimentos em estrutura e aparato pedagógico às escolas da rede. Como destacam as autoras, o Então Governador Cid Gomes assume a chefia do estado num momento bastante promissor em se tratando de investimentos na escola pública.

A partir deste momento, também, se percebe uma presença mais intensa de diversas organizações de natureza privada nos projetos e políticas da educação do Estado. São compartilhadas experiências e fechadas parcerias com vista na implantação de tecnologias de educação nas escolas públicas dentro de um discurso de melhoria da qualidade do ensino. Aqui podemos citar, sem a preocupação com ordem cronológica, o Instituto Aliança, Instituto Unibanco, Fundação Leman, Instituto Ayrton Senna, dentre outros. Suas presenças demonstram um interesse do capital na Educação Pública do Estado.

No ano de 2007, marcando o início do segundo governo Lula, os debates intensificam-se acerca do dilema da educação brasileira no que diz respeito aos desafios da qualidade da educação e de sua ligação com o trabalho. Assim, o Governo Federal, ao aprovar o decreto 5154/04, aprovar a criação do Fundo de Manutenção da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb¹⁴ e lançar o programa Brasil Profissionalizado, abre espaço para os sistemas estaduais organizarem as suas propostas de educação com vista ao processo de formação profissional.

É neste momento que os novos aportes financeiros possibilitam o governo do Ceará a criar a sua rede de escolas profissionais, ampliando a diversidade de oferta para o Ensino Médio no Estado (VIEIRA; VIDAL, 2016). A partir de então o Estado passa a contar com três modalidades de Ensino Médio, o regular, o profissional de tempo integral e a Educação de Jovens e Adultos.

Nas escolas, a articulação entre Ensino Médio e Educação Profissional organiza-se no sentido de consolidar uma proposta pedagógica que considere a

¹⁴ O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) atende toda a educação básica, da creche ao ensino médio. Substituto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou de 1997 a 2006, o Fundeb está em vigor desde janeiro de 2007 e se estenderá até 2020. É um importante compromisso da União com a educação básica, materializa a visão sistêmica da educação, pois financia todas as etapas da educação básica. (<http://portal.mec.gov.br/fundeb>)

preparação para o trabalho, aos educandos, oferece-se a possibilidade de construir as competências laborais dentro de uma perspectiva integral, ou seja, em consonância com o saber científico e o cultural.

Para Lima (2014),

A política estadual para o desenvolvimento da educação profissional, de nível técnico, vai ao encontro de um esforço do Ministério da Educação - MEC para o desenvolvimento e ampliação da oferta de educação profissional em um plano nacional.

No Estado do Ceará, houve uma ampliação significativa dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), que contemplou não só a capital Fortaleza e região metropolitana, mas também o interior do estado (...).

Do mesmo modo, inicialmente foi investido no Ceará cerca de R\$ 116 milhões através do Brasil Profissionalizado para a ampliação da rede estadual de educação profissional, o que possibilitou a construção, adaptação e ampliação da rede de escolas profissionais do estado. (LIMA, 2014, p.35)

É neste contexto que no ano de 2009, a então Escola de Ensino Fundamental e Médio Presidente Roosevelt é transformada em EEEP Presidente Roosevelt. Localizada na Avenida Bezerra de Menezes, número 435, no Bairro Farias Brito, Fortaleza, a escola se enquadrava nos requisitos básicos para a adaptação, tendo uma estrutura razoável para o funcionamento, boa localização e com indicadores educacionais do IDEB bem aquém dos padrões estabelecidos.

Analisando como parâmetro os resultados do IDEB dos últimos anos (tabela a seguir), podemos perceber como se encontrava a escola na escala de referência desta avaliação. Em 2005, a nota era de 3,6, caindo para 2,6 em 2007. Como a escola foi adaptada para receber a educação profissional em 2009, essa participou novamente do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB em 2017, ano em que as EEEPs passaram a integrar o processo de avaliação.

Tabela 5 - Tabela de metas e notas do IDEB da EEEP Presidente Roosevelt

ESCOLA	IDEB OBSERVADO							METAS PROJETADAS						
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Presidente Roosevelt	3,6	2,6	*	*	*	*	5,7	*	3,6	3,8	4,0	4,4	4,8	5,1

OBS: * Sem média no Saeb (não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado).

Fonte: <http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/23077174..> Disponível em 21 de jul de 2019.

Assim, no Projeto Político e Pedagógico – PPP¹⁵ – da escola, são delineadas as estruturas fundamentais para o seu funcionamento, definindo que

a Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará - SEDUC CE, ao implementar o Ensino Médio nas formas integrada, concomitante ou subsequente à Educação Profissional, reconhece a necessidade de cada vez mais preparar o nosso jovem para conquistar sua própria subsistência, autonomia e, com isso, alcançar dignidade, auto respeito e reconhecimento social como ser produtivo e cidadão. (PPP-PR, 2017, p. 4)

O PPP da escola é bastante explícito no que diz respeito às intencionalidades de formação dos jovens que ingressaram na escola a partir de então, ao comprometer-se com a formação do ser produtivo e cidadão. No discurso oficial, a intencionalidade do Governo do Estado do Ceará foi determinada pelo compromisso em elevar os índices de aprendizagem da escola pública, bem como promover esta articulação curricular com o mundo do trabalho, onde os jovens obtivessem uma boa formação técnica e cidadã. (CEARÁ, 2014).

Porém o PPP é bem claro ao enfatizar a necessidade de preparar o jovem para a conquista da sua própria subsistência, pela qual alcançaria o respeito a partir do momento em que conquistasse a sua autonomia enquanto ser produtivo, ou seja, os jovens estudantes seriam inseridos na lógica do sistema capitalista na medida em que o discurso da preparação e inserção no mercado de trabalho, melhoria das condições de vida e a reversão do quadro de pobreza estaria relacionado diretamente aos grilhões do sistema vigente (MOREIRA, 2017).

Para iniciar as atividades em 2009, funcionando como uma EEEP, foram escolhidos três cursos dentre treze possibilidades para aquele ano¹⁶. Assim, a nova EEEP passa a funcionar, oferecendo os cursos de Informática (que em 2012 foi substituído por Redes de Computadores), Estética e Edificações¹⁷.

¹⁵O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um instrumento que reflete a proposta educacional da escola. É através dele que a comunidade escolar pode desenvolver um trabalho coletivo, cujas responsabilidades pessoais e coletivas são assumidas para execução dos objetivos estabelecidos.

¹⁶Em 2008, foram ofertados 4 cursos nas primeiras 25 unidades inauguradas, a saber: Enfermagem, Informática, Guia de Turismo e Segurança do Trabalho. Em 2009, com a inauguração de mais 26 escolas, a oferta foi ampliada para mais 9 cursos, foram eles: Agroindústria, Aquicultura, Comércio, Edificações, Estética, Finanças, Massoterapia, Meio Ambiente e Produção de Moda. (LIMA, 2014, p.38-39)

¹⁷O curso de Estética compõe o eixo de ambiente e Saúde. Com cargas horárias de 1300h/a de base técnica e 600 horas de estágio, o(a) técnico(a) em Estética deve estar apto(a) ao fim do curso para atuar na proteção, manutenção e/ou recuperação da pele, promovendo o embelezamento da face e do corpo de cliente. Como área de atuação, pode exercer funções em centros de Estética; SPA; Consultórios dermatológicos; Salões de beleza; Farmácia de manipulação; Empresa de cosméticos; Empresas de consultoria e clínicas de foto depilação.

Segundo a Coordenadoria de Educação Profissional – COEDP, a escolha dos cursos obedeceu a orientação, a qual considera a “necessidade dos setores produtivos de cada região onde estava sendo implantada a escola profissional, além da identificação de quais eram os projetos de desenvolvimento do governo previsto para estes locais” (CEARÁ, 2014, p. 35). Percebe-se que, no discurso oficial, existe uma pretensa preocupação tanto com as demandas do mercado na Região, como, também, com a possibilidade de desenvolvimento local determinando o lugar da escola, na lógica das demandas do sistema.

Porém Lima (2014) apresenta critérios diferentes para a escolha dos cursos, assim a autora destaca que,

(...) não houve um estudo para verificar as maiores demandas da economia dos municípios e as possibilidades do mercado de trabalho local, devido à urgência de implantação das escolas e o ineditismo do projeto que, em sua implementação, esbarrou em falta de tempo hábil para a análise dos arranjos econômicos dos municípios. A priori, os cursos foram escolhidos de acordo com o que a secretaria julgava ser mais fácil operar. (LIMA, 2014, p.39)

Mesmo passados onze anos de funcionamento das ETEPs no estado do Ceará, essa prática na escolha dos cursos para as novas unidades parece persistir sem, contudo, fazermos relação com o ineditismo do projeto, pois esse argumento já não se sustenta. O que percebemos é que a escolha dos cursos seguem o mesmo

O curso de Redes de Computadores compõe o eixo de informação e comunicação. Com carga horária de 1300h/a de base técnica e 300 horas de estágio, o técnico(a) em Redes de Computadores deve estar apto(a) ao fim do curso a instalar e configurar dispositivos de comunicação digital e programas de computadores, configurar serviços e implantar segurança em redes de pequeno e médio porte. Como área de atuação pode exercer suas funções em órgão públicos municipais, estaduais e federais; Fábricas de softwares; Empresas de desenvolvimento; Lojas de T.I.; Empresas de suporte e manutenção de computadores; Empresas de telecomunicações; Centro de processamento de dados e empresas de suporte técnico ao usuário. O curso de Edificações compõe o eixo de infraestrutura. Com carga horária de 1300h/a de base técnica e 300 horas de estágio, o(a) técnico(a) em Edificações deve estar apto(a) ao fim do curso a identificar diferentes tipos de solo, ferramentas e instrumentos topográficos, materiais de construção utilizados em obras, especificando e orientando sua correta utilização. Também possibilita ao técnico projetar com o auxílio de programa de computador (CAD), além de fiscalizar e acompanhar projetos e obras civis, fazendo o controle tecnológico da obra. Como área de atuação pode exercer funções em escritórios de projetos de engenharia e arquitetura; Laboratório de análise de solos e de materiais utilizados na construção civil; Construtoras de pequeno e grande porte, públicas e privadas; Empresas de comércio, representação e vendas na área da construção civil; Empresas de construção civil, públicas e privadas; Departamento de manutenção predial de empresas públicas e privadas e concessionárias de serviços públicos e órgãos públicos. (<https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br>)

estilo, atrelado a fatores como custos de manutenção, custos para equipar laboratórios, dentre outros. Não há um estudo contundente acerca da viabilidade ou não de um determinado curso na região onde uma EEEP será instalada.

Da mesma forma, os cursos têm se mantido inalterados na EEEP Presidente Roosevelt, esta parece ser a característica na maioria das escolas, não havendo, assim, uma sistemática para repensar a oferta dos cursos, diversificando a formação técnica dos jovens.

Nesse sentido, a EEEP insere o jovem em um ciclo de formação que tem como finalidade central a preparação para o mundo do trabalho. É notório que o trabalho perpassa toda a formação dos jovens, seja por pressão e orientação dos pais ou por imposição da sociedade, tornando a preparação para o trabalho como uma situação natural, dentro da perspectiva capitalista.

Como destaca Corrochano (2014),

O mundo do trabalho, seja como realidade no tempo presente, seja como projeto de futuro, tem intensa presença na vida dos jovens. Desde muito cedo, eles se deparam com perguntas sobre suas escolhas profissionais ou com a necessidade de trabalhar antes mesmo da idade legal, ainda na infância ou na adolescência.

No Brasil, a relação dos jovens com o trabalho é marcada por muitas desigualdades, e o Ensino Médio parece ser um espaço significativo para evidenciar esse fenômeno. Para uns, o tempo no Ensino Médio é vivido como etapa de formação e preparação para o acesso à universidade, ficando o trabalho como um projeto para depois da conclusão do Ensino Superior. (CORROCHANO, 2014, p. 206)

Neste sentido, os jovens que estudam na EEEP Presidente Roosevelt, em um dos cursos ofertados estão o tempo todo envolvidos a esta discussão, que gira em torno da preparação para o mercado de trabalho e a continuidade nos estudos no Ensino Superior. Porém é evidente que, se esses jovens forem colocados diante da escolha entre trabalhar e estudar, a necessidade econômica vai pesar mais na decisão.

Vale ressaltar que a grande maioria mantém-se na escola durante os três anos de formação apenas como educandos, pois o modelo de escola de tempo integral dificulta que se aventurem pelo mundo do trabalho antes de concluírem seu ciclo de formação, embora, para alguns, não seja fácil manter-se estudando, haja vista que uma parcela dos pais ou estão desempregados ou vivem de subempregos para se manterem e manterem seus filhos na escola. Outros acabam por exercer a

vida profissional de forma concomitante à escola, realizando pequenos bicos à noite ou nos fins de semana.

Compreendemos que este é um período da vida, em que os jovens enfrentam diversas incertezas, e que esses

vão se construindo como tais, com uma identidade marcada pela diversidade nas suas condições sociais, culturais (etnias, identidades religiosas, valores etc.), de gênero e até mesmo geográficas, entre outros aspectos. A juventude se constitui como um momento delicado de escolhas, de definições, no qual o jovem tende a se defrontar com perguntas como: “Para onde vou?”, “Qual rumo devo dar à minha vida?”, questões estas cruciais para o jovem e diante das quais a escola teria de contribuir de alguma forma, no mínimo na sua problematização. (LEÃO; DAYRELL; REIS, 2011. p. 256-257)

Para os autores, a diversidade e a incerteza são questões latentes na vida dos jovens. Estas identidades, gostos, sabores e perspectivas são todas influenciadas direta ou indiretamente pelo ambiente escolar. Aqui, entendemos ser de fundamental importância perceber o que estes jovens que habitam os espaços escolares pensam e projetam para eles mesmos e para a sociedade como um todo.

Como o nosso lócus de pesquisa é a EEEP Presidente Roosevelt, achamos pertinente fazer uma breve caracterização física e pedagógica do espaço escolar. A área construída, de certa forma, bastante irregular, assemelha-se a um trapézio, ou seja, largo na parte da frente e estreito nos fundos. Embora irregular na forma, o terreno plano possibilita uma boa mobilidade no seu interior.

Do ponto de vista de estrutura, a escola é constituída de dez salas de aula, todas climatizadas; dois laboratórios de Informática, com vinte computadores em cada; um laboratório educacional de Ciências; três laboratórios técnicos, sendo um de Edificações, outro de Hardware e um outro de Estética; uma cozinha; uma quadra poliesportiva de pequeno porte; banheiros múltiplos, masculino e feminino; uma sala de multimeios educacional; um auditório e uma área administrativa onde estão sala dos professores, secretaria, coordenação e direção.

Em se tratando de profissionais atuando na escola, encontramos quatro gestores, sendo um diretor e três coordenadores escolares (dois pedagógicos e um de estágio); uma secretária; um assessor administrativo-financeiro; treze professores da Base Geral; sete professores da Base Técnica Profissional; três professores do centro de multimeios; três agentes administrativos; quatro auxiliares de serviço geral; um porteiro; quatro funcionários na cozinha e quatro seguranças. Portanto, podemos

verificar que a escola possui os padrões mínimos para um bom funcionamento das suas atividades pedagógicas.

Segundo Dayrell e Carrano,

Tudo isso ressalta a importância de pensarmos o tema do espaço e do lugar no contexto escolar. Isso nos permite pensar a maneira como os jovens constroem e dão significados aos espaços, seja por meio dos locais que frequentam, dos estilos de vida, da produção de culturas juvenis, dos padrões de consumo, das relações de poder, dos espaços de lazer ou por meio da sociabilidade. Permite-nos também pensar de que forma os espaços vividos, construídos e ressignificados pelos jovens influenciam suas escolhas e seus projetos de vida. (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 119)

Neste sentido, as juventudes que compõem o corpo discente da EEEP Presidente Roosevelt, não ficam alheios aos seus anseios de educação e sociedade, já que a escola se apresenta como um espaço privilegiado do exercício das relações sociais e o fato do funcionamento da escola ser o dia inteiro, facilita a construção de redes de colaboração entre os estudantes.

Durante o período de observação e de pesquisa, percebemos o quanto é pertinente entender os anseios dos jovens nessa política pública de governo. Assim, podemos discutir, de forma mais acintosa, as estruturas educacionais vigentes e os modelos de escola em que as diversidades das juventudes passam e deixam as suas marcas e vice-versa.

3.2 OS JOVENS QUE CHEGAM AO ENSINO MÉDIO NA EEEP PRESIDENTE ROOSEVELT

(...) Não tenho medo do escuro
Mas deixe as luzes acesas agora...
O que foi escondido é o que se escondeu
E o que foi prometido, ninguém prometeu
Nem foi tempo perdido... Somos tão jovens
Tão jovens, tão jovens (Legião Urbana.1986)

O trecho da canção supracitada, composta por Renato Russo, líder da banda Legião Urbana, apresenta um paradoxo entre tempo e juventude. Apesar da conotação do tempo que passa e não mais retorna, nós, como seres humanos, “temos todo o tempo do mundo”. A música exprime bem os sentidos das juventudes ao experimentar, no tempo, as suas vivências sociais na construção sua própria identidade, tempo esse que não é o mesmo para todos, pois cada cultura

experimenta a sua noção de temporalidade, bem como os significados do que é ser jovem.

Juventude categoricamente tem sido caracterizada por uma fase do desenvolvimento humano delimitada a partir de uma certa faixa etária geralmente definida pela idade. Nesse sentido, a partir do senso comum, costumamos pensar a fase da juventude como um momento que vai do início da puberdade às responsabilidades da vida adulta, pois “a juventude findava com a saída da escola, a entrada no mercado de trabalho, a união conjugal, a saída da casa dos pais ou responsáveis e a experiência de paternidade ou maternidade.” (GROPPO, 2017, p. 11).

Na modernidade, podemos constatar que estes parâmetros já não se aplicam às juventudes como um todo, haja vista que as vivências deste momento da vida são experimentadas de diversas formas. Assim, precisar o fim da juventude a partir das responsabilidades adultas é relegar as experiências dos jovens, principalmente das camadas mais carentes, que desde cedo assumem certas responsabilidades em função das condições de sobrevivência nas quais estão inseridos.

Contudo, as divisões etárias para definir o ser jovem, nada mais são do que convenções culturais e que variam de sociedade para sociedade, o que para Doutor (2016), a

noção de juventude, associada a um processo de transição entre estádios ou referente a uma faixa etária, encontra-se cada vez mais desatualizada. Tradicionalmente considerada como o período de vida que se estende da infância ou da adolescência à idade adulta, a noção de juventude sempre significou mais do que uma mera etapa do desenvolvimento físico-psicológico. Atualmente, esta noção encontra-se intimamente relacionada com o estatuto social que os jovens têm vindo a assumir nas sociedades ocidentais e industrializadas. (DOUTOR, 2016, p.160)

É certo que o termo juventude é considerado novo no que se refere à História da Humanidade, sendo desenvolvido a partir do advento da modernidade industrial, e a categoria juventude tem ganho expressões e interpretações das mais diversas e pela sua própria diversidade (DIÓGENES, 1998). Não podemos, portanto, caracterizar essa fase da vida com tanto simplismo ou reducionismo. O ser jovem parece acompanhado de certa mutabilidade, característica dos tempos hodiernos.

É nessa perspectiva que dialogamos com os jovens que ingressaram no Ensino Médio, na EEEP Presidente Roosevelt. Esses jovens, na sua grande maioria, são oriundos do sistema público de ensino e juntam-se a um pequeno grupo que cursaram o Ensino Fundamental em escolas particulares, sendo estas, escolas de pequeno porte, que se encontram localizadas em bairros periféricos de Fortaleza, de Caucaia e de outros municípios do interior.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, aplicamos um questionário, em dezembro de 2018, aos jovens concludentes do 3º ano naquele ano da EEEP Presidente Roosevelt. Eram 119 jovens, alunos e alunas regularmente matriculados(as) nos cursos de Estética, Redes de Computadores e Edificações, dos quais 110 se dispuseram a responder o questionário com perguntas de múltipla escolha, que foram tabulados em gráficos para melhor compreensão analítica. Empreendemos, ainda, conversas/entrevistas com 12 destes jovens durante o mês de maio de 2019, cinco meses após a conclusão do Ensino Médio. Ao dialogar com os entrevistados, manteremos sigilosas suas identidades, denominando-os como aluno(a) A, aluno(a) B e assim, sucessivamente.

A partir desse ponto, iremos iniciar o diálogo com os atores deste estudo, apresentando opiniões expressas a partir das entrevistas, buscando uma correlação com os dados obtidos através dos resultados do questionário aplicados aos jovens da escola pesquisada.

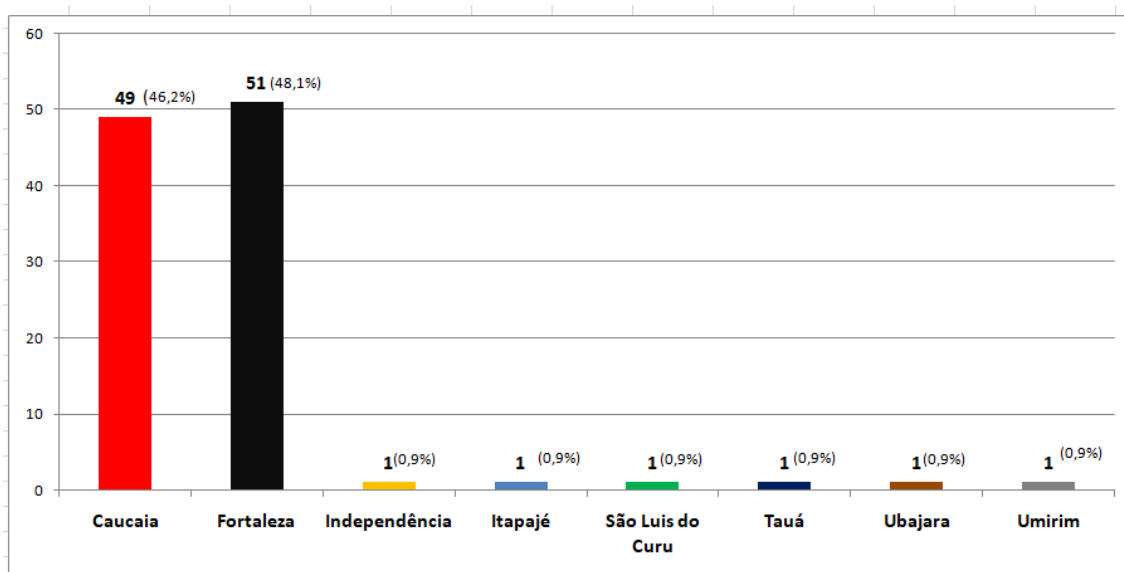
Neste estudo, estamos nos reportando a jovens que buscam ou são incentivados a burlar as suas condições sociais através dos estudos e da sua interação com a escola. Em se tratando de uma EEEP, o processo de matrículas inicia quando o jovem busca, através do processo seletivo, conquistar uma vaga em uma das 122 EEEPs em funcionamento no Estado. Para alguns jovens entrevistados, estudar na EEEP Presidente Roosevelt foi

(...) uma oportunidade(aluna A).

(...) foi realmente onde eu tive oportunidade de saber mesmo que eu queria (aluno E).

(...) uma oportunidade que todo aluno quer (aluno C).

Gráfico 1 - Localidades de origem dos jovens que estudam na EEEP Presidente Roosevelt



Fonte: elaborado pelo autor

A partir do gráfico acima, percebemos que uma pequena maioria dos jovens pesquisados moram ou moravam na cidade de Fortaleza, sendo Caucaia a outra cidade de maior número de alunos. Um dos fatores observados acerca desta divisão de matrículas, predominantemente, entre os municípios de Fortaleza e Caucaia, é fato de a escola estar situada na Avenida Bezerra de Menezes, local estratégico, pois o corredor de ônibus que liga Caucaia ao centro da Capital torna a escola um local de fácil acesso para os estudantes; tanto os que vem de Caucaia, como, também, os que moram em Fortaleza, nos bairros circunvizinhos, como Antônio Bezerra, Barra do Ceará, Jardim Guanabara, Jardim Iracema, Padre Andrade e outros. Os demais que estudaram o Ensino Fundamental nas outras cidades do interior citadas, tiveram que fixar residência em Fortaleza, seja em nova moradia com os pais ou na casa de parentes.

Ao concluir etapa fundamental da Educação Básica, os jovens se deparam com uma nova fase nas suas vidas. Por isso, o Ensino Médio se apresenta como um grande desafio.

Segundo Stoski e Gelbcke,

O Ensino Médio, enquanto última etapa da educação básica, determinado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – 9394/96), apresenta desafios relacionados aos seus objetivos e características que dificultam a definição de uma identidade própria para esta etapa de ensino. Observando

seu histórico é perceptível a dualidade nas concepções de ensino. De um lado, a preparação para o mercado de trabalho e, de outro, o ensino propedêutico, que visa a preparação dos jovens para o ingresso no ensino superior. (STOKI;GELBCKE, 2016, p. 33)

Historicamente o Ensino Médio no Brasil, dentro das suas possibilidades de oferta e acesso, tem se caracterizado por estas duas concepções de ensino. Se, por um lado, os filhos das elites estão em escolas melhores equipadas, com propostas voltadas para o ingresso de seus estudantes no Ensino Superior e com mensalidade acima das condições financeiras da grande maioria dos trabalhadores, aos filhos destes, resta buscar ingressar nesta etapa de Ensino em escolas públicas que entendem ser a de melhor proposta de formação.

Nesse sentido, a EEEP Presidente Roosevelt tem apresentado uma demanda de inscrições bem acima da sua capacidade de vagas. No ano de 2019, por exemplo, foram 1.039 inscritos¹⁸ para 120 vagas, distribuídas nos cursos de Edificações, Estética e Redes de Computadores, sendo 630 originários das escolas públicas e 409, oriundos da rede privada de ensino. Tal fato nos leva a pensar que o modelo de escola de Tempo Integral Profissionalizante tem se tornado uma opção bastante procurada pelos jovens que concluem o ensino fundamental.

Essa procura se dá por diversas vias, como destacam os jovens entrevistados:

(...) desde o sexto ou sétimo ano, na escola que estudava, sempre teve aquele negócio de vir para a Profissional por ter o curso técnico e tal, e que você vai sair empregado e tal...(aluna B).

(...) a diretoria da nossa escola nos incentivou a buscar a escola profissional (aluno I).

(...) eram só coisas boas que a gente ouvia falar em relação aos estágios, que eram bons, a educação que era de qualidade, era integral, o que agradava muito a minha mãe(aluna L).

¹⁸O processo de inscrição não é unificado, ou seja, o candidato pode se inscrever em mais de uma EEEP, na busca de uma vaga. Esta situação gera algumas situações:

1. O candidato pode escolher uma das Unidades caso seja aprovado em mais de uma escola;
2. Um grande movimento de alunos instala-se na rede de escolas, pois necessita-se chamar candidatos do banco de inscritos para preencher vagas remanescentes;
3. As chamadas para os Institutos Federais também gera um movimento de alunos entre escolas, seja regular ou EEEP;

Analisando as falas dos jovens, percebemos que essas se inserem na lógica da preparação para o mercado de trabalho, uma questão que muitos pais já incutem como prioridades para a formação dos filhos. Portanto, percebemos nitidamente que este pensamento de pais, profissionais da educação e jovens corrobora com a ideologia capitalista tão arraigada na sociedade, que coloca a condição da empregabilidade a partir da formação individual de cada um, ideia que tem tomado corpo na sociedade atual e, atrelado à aquisição de competências, juntam-se e contribuem para a construção de um arcabouço ideológico, que marca a sociedade pós-moderna, justificando os problemas sociais a partir do indivíduo (NASCIMENTO; MOURA; DAMASCENA, 2017).

Para Frigotto (2001), essa situação se encontra dentro de um

(...) contexto de crise endêmica do desemprego estrutural, de uma nova (des)ordem mundial com a configuração da geografia humana em blocos econômicos com poder e realidades objetivas assimétricas e a consequente divisão de incluídos, precarizados e excluídos, desmonta-se a promessa integradora, e a função econômica atribuída à escola passa a ser a empregabilidade ou a formação para o desemprego. (FRIGOTTO, 2001, p. 81)

A questão da empregabilidade na Educação Profissional, ou até mesmo nas escolas de Ensino Médio Regular ou Integral, não depende apenas da formação, qualidade da escola ou do jovem. É uma questão que está no cerne do sistema Capitalista, principalmente na sua atual fase de desenvolvimento.

Ao analisar a atual fase do Sistema Capitalista, Tonet (2012) discute que a

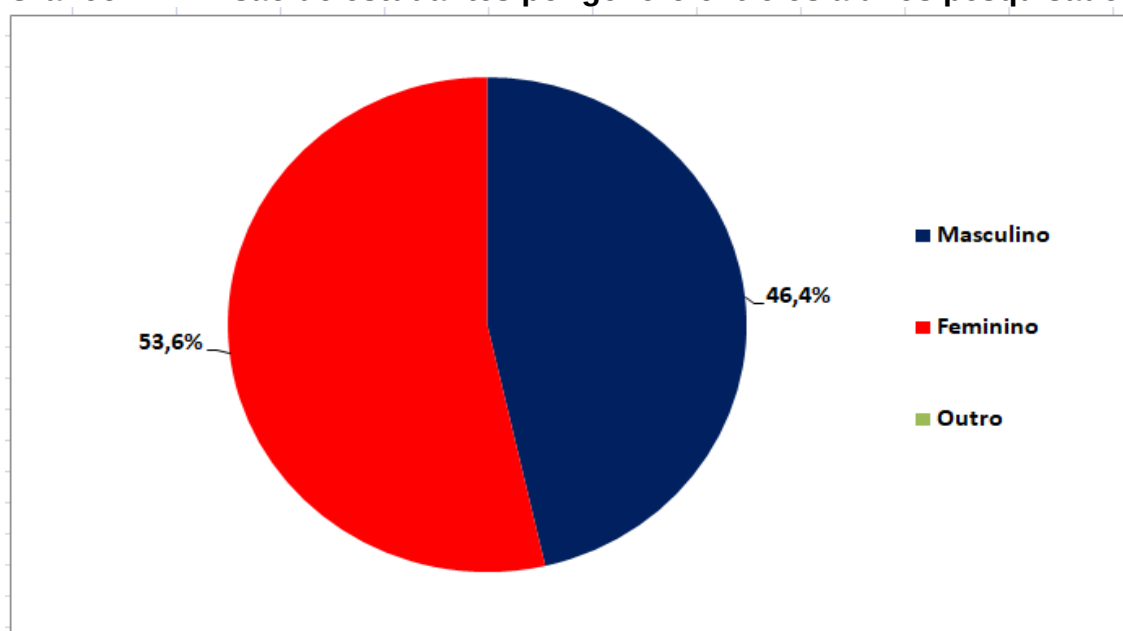
(...) introdução crescente de novas e avançadas tecnologias levou aquelas determinações normais do processo capitalista a um nível sem precedentes. Em consequência, todo o processo produtivo sofreu e continua a sofrer uma enorme e profunda reestruturação. Como resultados, temos o aumento do desemprego, porém agora de uma forma avassaladora e irreversível; a precarização do trabalho; a corrosão dos direitos trabalhistas e sociais; a ampliação do trabalho informal; o processo de mercantilização das empresas e serviços públicos; uma produção cada vez mais destrutiva, ou seja, obrigada a tornar os bens cada vez mais rapidamente obsoletos; uma competição cada vez mais violenta entre as empresas e entre os Estados nacionais; a submissão mais direta dos Estados aos interesses do capital e inúmeros outros fenômenos. (TONET, 2012, p. 30)

As novas e avançadas tecnologias têm transformado as relações sociais e, consequentemente, a formação do trabalhador. Nestes novos tempos, a fluidez do

sistema aprofunda ainda mais o fosso existente entre os donos dos meios de produção e a massa de cidadãos que possuem apenas a sua força de trabalho para garantir a sobrevivência. Essa é a realidade de grande parte dos jovens que chegam ao Ensino Médio, nas escolas públicas do Ceará, sendo a Educação Profissional responsável por esta preparação técnica que tende a reproduzir os ditames do sistema.

Nesse cenário, sondamos acerca da procura por gênero e constatamos que o número de meninas é bem superior ao número de meninos. Percebemos que, entre os alunos pesquisados na EEEP Presidente Roosevelt, o número de jovens do sexo feminino é superior ao número de jovens do sexo masculino. Bom destacar que existe uma procura bastante acentuada de meninas para o curso de Estética, sendo o número de meninos e meninas equivalente nos outros dois cursos.

Gráfico 2 - Divisão de estudantes por gênero entre os alunos pesquisados

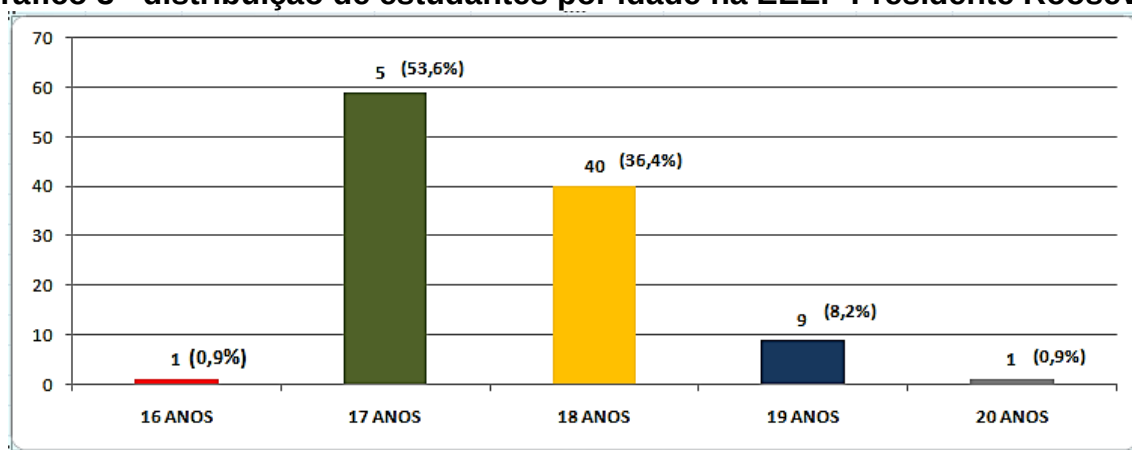


Fonte: Elaborado pelo autor

Em se tratando de faixa etária, os jovens pesquisados possuem idades entre 16 e 20 anos. Sendo apenas 0,9% com dezesseis anos, 53,6% com dezessete anos completos, 36,4% com dezoito anos, 8,2% com dezenove anos e 0,9% com vinte anos. Isso significa que estes jovens, ao ingressarem na escola, tinham, em sua maioria, 14 anos de idade, mostrando-se, assim, muito jovens para escolher uma profissão, porém nem tanto para pensarem na vida produtiva, haja vista as

condições sociais do qual estão inseridos obrigam-nos a lutar desde cedo por uma formação que lhes garanta uma boa qualificação, seja para o trabalho, seja para a continuidade nos estudos.

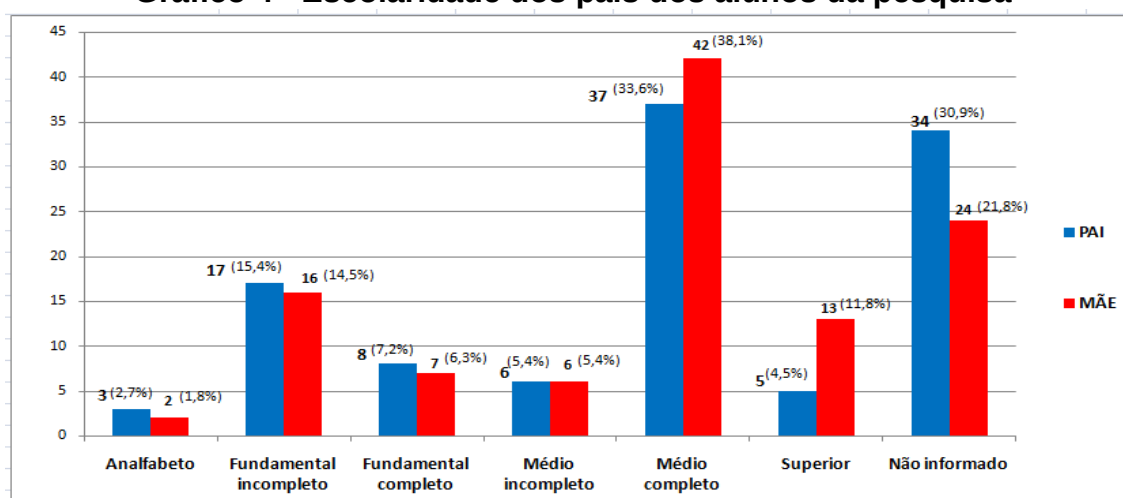
Gráfico 3 - distribuição de estudantes por idade na EEEP Presidente Roosevelt



Fonte: Elaborado pelo autor

Para melhor compreender as condições destes jovens procuramos fazer um levantamento acerca da escolaridade dos pais, bem como a situação dos mesmos no mercado de trabalho. Em uma sociedade em que se impõe ao trabalhador cada vez mais a qualificação para o trabalho, percebemos que muitos jovens, ao concluírem o Ensino Médio, já passam a ter uma escolarização mais elevada do que a dos pais.

Gráfico 4 - Escolaridade dos pais dos alunos da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor

A partir dos dados coletados, conforme gráfico acima, percebemos que a maioria dos pais possuem até o Ensino Médio completo. Chama a atenção os índices dos não informados, o que através das fichas individuais constatamos que parcela considerável dos jovens não convivem com pai ou mãe, não os conhecem ou já não possuem. Esses dados nos leva a perceber o quão é diverso os modelos de famílias dos jovens pesquisados, reflexos dos tempos hodiernos e, também, das sociabilidades contemporâneas.

A partir da observação e do acompanhamento destes jovens no cotidiano da escola, percebemos que mesmo se tratando de uma instituição pública, o fato de a escola estar localizada longe das residências dos alunos aumenta o sacrifício dos pais para mantê-los estudando.

Para Krawczyk (2014),

Para muitas famílias, o simples ato de mandar os filhos para a escola já é um esforço grande: é mais uma despesa, é alguém que vai ficar algumas horas estudando em vez de tratar de ganhar algum dinheiro seja lá como for, é tempo subtraído da luta pela sobrevivência. Ao mesmo tempo, esse afluxo das camadas populares ao Ensino Médio significa que o Brasil está agora diante de uma geração de jovens mais escolarizada que seus pais. (KRAWCZYK, 2014, p. 90-91)

Como destaca a autora, manter o filho na escola não é nada fácil quando se precisa aumentar a renda familiar. Ainda mais em se tratando de uma escola de tempo integral, em que o período de permanência na escola não possibilita ao jovem sair em busca de alguma atividade remunerada, para complemento de renda ou manutenção dos seus estudos.

(...) minha mãe, meu tio e minha vó foram as três pessoas que me ajudaram, me ajudaram com o curso, trabalho, tudo que eu precisava eles me ajudavam. Até mesmo essa questão da passagem e tudo mais (aluno C).

(...) meus os pais me ajudaram (aluna L).

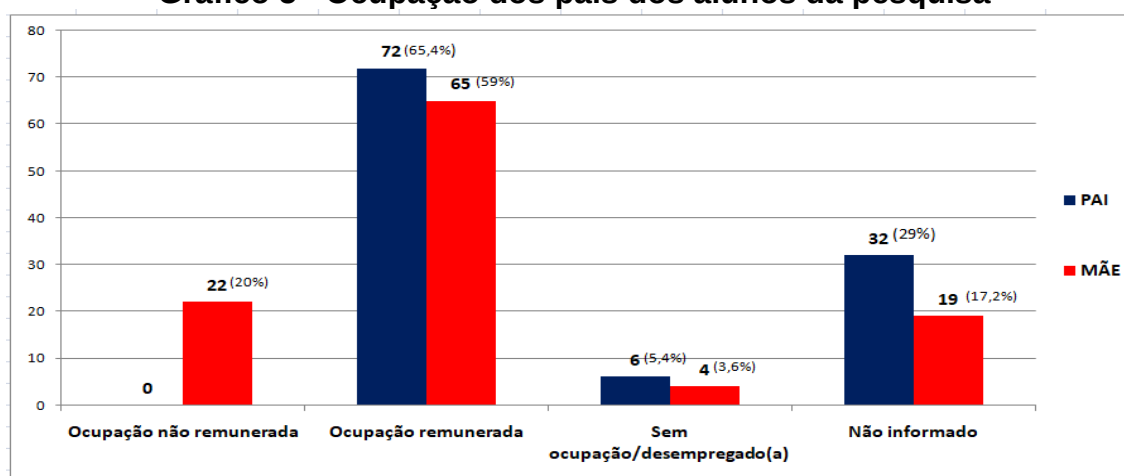
Graças a Deus eu tive o privilégio de me locomover pra escola com transporte particular, né, da minha família (aluna H).

No começo ela (mãe) queria ainda que eu trocasse de escola mas depois que ela viu que eu estava interessado, ela me deu apoio. Aí desde então ela sempre me deu apoio por parte de estudo, tudo que eu queria na parte dos estudos, não importasse a quantidade de dinheiro, aonde fosse, ela ia atrás comigo e se precisasse ela ainda faria mais (aluno E).

Percebemos, nas falas dos jovens, o esforço dos pais para que os filhos concluam os seus estudos, ainda mais sabendo que estão o dia inteiro na escola. As despesas com alimentação acabam sendo canalizadas para a manutenção das passagens e de outros gastos que venham a aparecer neste percurso, conforme relataram os estudantes.

Ao analisar os dados referentes a ocupação dos pais, percebemos que o índice daqueles com ocupação remunerada é bastante significativo. Com uma parcela considerável de pais com Ensino Médio completo e Nível Superior, chama atenção o considerável número de mães com Ensino Médio e Superior. Porém, de acordo com as informações dispostas nos dados socioeconômicos catalogados nas fichas individuais de matrícula, a renda da maioria dos pais gira em torno de um salário mínimo per capita, quando os dois trabalham. No gráfico, abaixo, podemos observar os percentuais de pais que possuem uma determinada renda.

Gráfico 5 - Ocupação dos pais dos alunos da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor

A importância de analisar os níveis de escolaridade e empregabilidade dos pais é perceber a situação em que estão inseridos os jovens neste contexto socioeconômico imposto pelo Sistema Capitalista, no qual a educação se abre como alternativa para melhoria de condições de vida e a educação profissional acaba sendo encarada como uma possibilidade para os jovens saírem do Ensino Médio com uma qualificação que os habilite para o mercado de trabalho, já que, na nossa compreensão, a grande maioria destes jovens são filhos de trabalhadores assalariados.

4 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA EEEP PRESIDENTE ROOSEVELT SOB O OLHAR DOS JOVENS

4.1 ESTUDAR NUMA ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, POR QUÊ?

No Brasil, os jovens encerram a formação Básica após concluírem os 14 anos de estudos preconizados no Parágrafo 1º do art. 208 da Constituição Federal e a partir da Emenda Constitucional 59/2009¹⁹, que torna a educação básica obrigatória dos 04 aos 17 anos de Idade. Neste sentido, esta emenda constitucional, garante aos jovens o direito à educação pública e gratuita da pré-escola ao Ensino Médio.

Portanto, podemos constatar que o reconhecimento legal do Ensino Médio, enquanto direito e obrigação do Estado e das famílias para os jovens brasileiros, é relativamente recente. Nesse sentido, é preciso pensar esta etapa da educação básica tendo como parâmetro as necessidades dos jovens e os desafios que a sociedade lhes impõe.

A partir do ano de 2017, o País passa por um processo de implantação de uma nova reforma do Ensino Médio, que vem seguida de diversos questionamentos por parte dos educadores acerca das suas intencionalidades para a formação dos jovens. Porém sabemos que numa sociedade Capitalista, espera-se que os jovens se acomodem nas suas estruturas, evitando os abalos ou possíveis contestações à ordem estabelecida.

É sempre bom lembrarmos que o Ensino Médio, desde a redemocratização nos anos de 1980, foi palco de debates acerca da sua função na formação dos jovens, pois a orientação propedêutica e preparação para o prosseguimento dos estudos no Ensino Superior eram voltados, historicamente, para as classes mais abastadas, e o Ensino Profissional, voltado para os filhos dos trabalhadores; impasse esse que se luta para superar ainda hoje (GROSBAUM; FALSARELLA, 2017). Porém, diante das indefinições do novo governo, iniciado em

¹⁹ De acordo com a emenda, os alunos entre 04 e 17 anos terão o apoio de programas suplementares do MEC, na época, destinados apenas aos matriculados no ensino fundamental e médio. Portanto, recursos do transporte e da alimentação escolares, dos programas do livro didático e de assistência à saúde foram estendidos a todos os estudantes da educação básica pública. (<http://portal.mec.gov.br>)

janeiro de 2019, acerca dos rumos da Educação no País, com a troca do Ministro da Educação em menos de seis meses de governo e diversas nomeações e exonerações do Ministério da Educação e órgãos da sua estrutura, as diretrizes para essas questões estão bastante obscuras.

Assim, o movimento que ora se desdobra com a recente reforma do Ensino Médio tem reafirmado o compromisso do atual governo brasileiro com os interesses do grande capital internacional em detrimento da construção de uma modelo de educação que integre os conhecimentos científicos e culturais à perspectiva emancipatória do trabalho. (ARAÚJO; SILVA. 2017)

Procurando identificar quais as motivações que levaram os jovens a escolherem estudar em uma escola de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, observamos que o fato de possibilitá-los a uma profissão ao fim do Ensino Médio foi bastante relevante, como podemos verificar nas falas seguir:

Meu objetivo sempre foi uma boa oportunidade de um ensino qualificado para preparação do Enem e que eu pudesse sair do ensino médio com uma boa qualificação para o mercado de trabalho (aluna A).

No começo foi pela promessa de que quando saísse poderia entrar facilmente no mercado de trabalho e poder ter terminar o ensino médio com um curso(aluno F).

Influência da família e desejo em entrar no mercado de trabalho cedo (aluno J).

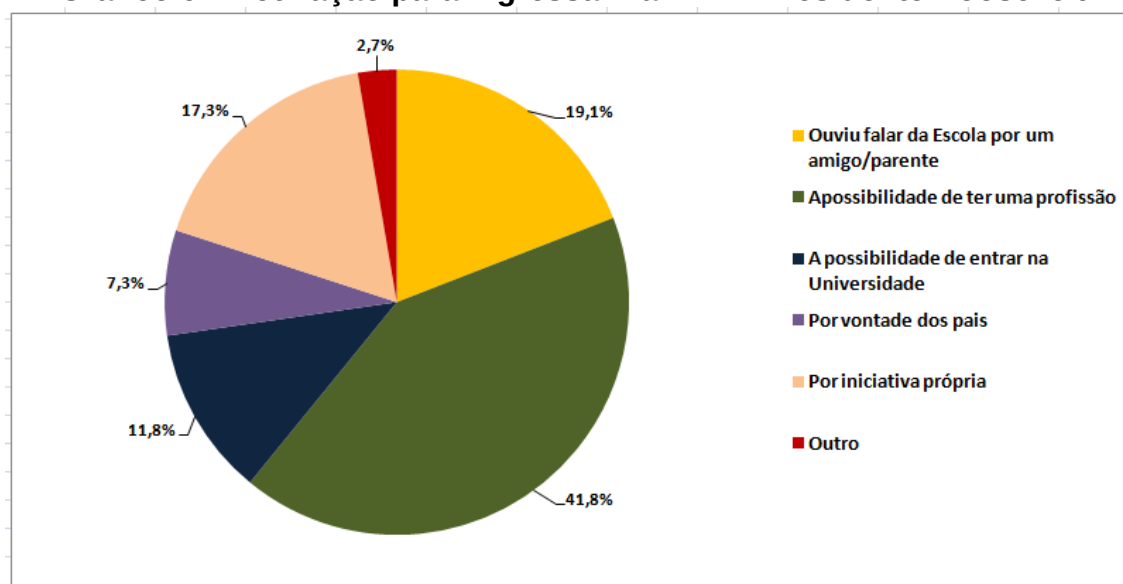
Eu já conhecia alguns amigos que inclusive uma delas tinha estudado aqui e outros tinha estudado em outras escolas profissionalizantes (aluno D).

Ter uma melhor preparação para o vestibular e posteriormente ingressar na universidade, já que as ETECs tinham um melhor ensino (aluna L).

Como podemos perceber no gráfico a seguir, as falas dos jovens entrevistados se relacionam com as respostas obtidas através dos questionários, das quais destacamos 41,8%, que direcionam as motivações para o Mercado de Trabalho e 11,8%, que citaram o interesse pelo ingresso na Universidade como motivação principal. Essa percepção, disseminada entre os jovens, parece ser resultado das experiências exitosas de ex-alunos que socializaram as suas vivências com os colegas, das propagandas do governo e da postura da gestão das escolas, que afirmam ser “esse projeto de educação profissional, no Estado do Ceará, que objetiva não somente facilitar o acesso dos jovens estudantes ao mercado de

trabalho, mas também contribuir para que estes dêem continuidade aos estudos” (MELO, 2015, p.29).

Gráfico 6 - Motivação para ingressar na EEEP Presidente Roosevelt



Fonte: Elaborado pelo autor

Nesta direção, a escola é representada como um espaço privilegiado, que possibilita a conquista de ascensão social e econômica, e, à educação, atribui-se a função promotora de crescimento, seja através da conquista de uma melhor qualificação para o trabalho, seja para a continuidade nos estudos. Nos anos de 1970, a teoria do capital humano conferia à escola a função formadora de mão de obra qualificada para o mercado. Assim, percebe-se, na atualidade, esta retomada, e a essas são acrescidas as exigências do mercado nestes tempos de acumulação flexível, como nova fase da globalização da economia (FRANCO; NOVAES, 2001)

Em se tratando de uma Escola de Ensino Médio Profissionalizante e inserida no sistema educacional de um país que, historicamente, é submetido aos interesses das classes dominantes, a EEEP Presidente Roosevelt não está isenta à submissão do mercado, na construção do modelo de formação dos jovens que nela estudam. Essa situação nos leva a compreender que a “superação desse enfoque nos interesses do mercado, que imprime profundas marcas na educação brasileira, especialmente de nível médio, consiste no maior desafio a ser enfrentado” (GUIMARÃES; KING, 2017, p.58).

Neste sentido, corroboramos com RAMOS e CIAVATTA, ao defenderem a

(...) necessidade de se construir um projeto de ensino médio que supere a dualidade entre formação específica e formação geral e desloque o foco de seus objetivos do mercado de trabalho para a formação humana, laboral, cultural e técnico-científica, segundo as necessidades dos trabalhadores. (RAMOS; CIAVATTA, 2011 p. 31)

Embora possamos identificar que a criação das EEEPs partia do pressuposto de que a formação dos jovens passaria, necessariamente, por “uma concepção integral do ser humano, que agregue suas diferentes dimensões constituintes, com vistas à formação omnilateral dos sujeitos” (CEARÁ, 2014). Referindo-se, portando, à junção entre ciência, cultura e trabalho no processo de formação, o que se tem percebido é a submissão ao mercado de trabalho e à lógica do Sistema Capitalista, que se encontra imbricado no cerne dessa proposta Educacional, o que não está fora da realidade, diga-se de passagem, haja vista a situação de precariedade em que estão submetidos a grande maioria dos jovens no Brasil, e no Ceará não é diferente.

É bem verdade que esses ingressaram na escola majoritariamente com 14 anos, portanto, bastante novos para escolherem uma profissão ou definirem os seus projetos de vida. A famosa pergunta “o que vai ser quando crescer?”, que abre os sonhos de todos os jovens, esbarra nas condições precárias em que vivem. Muitas vezes, é necessário optar por um emprego, mesmo que não seja na área de formação, para garantir a sobrevivência ou complemento da renda familiar.

Porém os jovens atualmente querem participar dos processos e deixar claro as suas escolhas. Dayrell (2007), ao definir as características dos jovens, descreve que

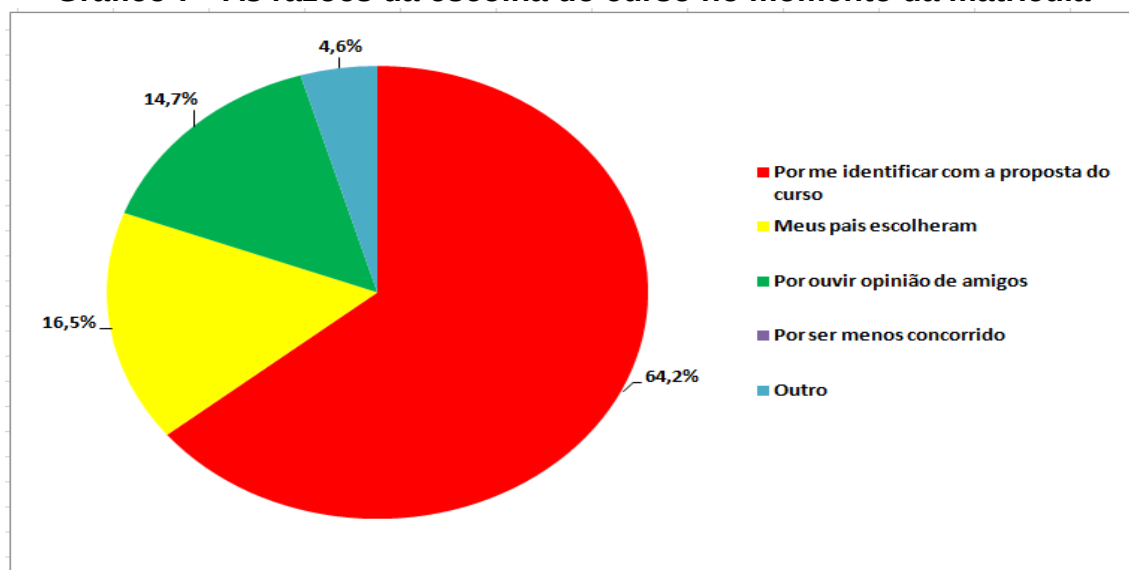
(...) eles são seres humanos, amam, sofrem, divertem-se, pensam a respeito de suas condições e de suas experiências de vida, posicionam-se, possuem desejos e propostas de melhoria de vida. Acreditamos que é nesse processo que cada um deles vai se construindo e sendo construído como sujeito: um ser singular que se apropria do social, transformado em representações, aspirações e práticas, que interpreta e dá sentido ao seu mundo e às relações que mantém. (DAYRELL, 2007, p. 160-161)

Concordando com o autor, consideramos as juventudes com um olhar mais sensível aos seus desejos e perspectivas de futuro ou construção de sociedade. Os jovens são muito mais do que uma fase da vida, pois os sonhos e aspirações juvenis perpassam o estado biológico e assumem uma postura ativa nas próprias estruturas da sociedade. Mesmo diante dos mais diversos estereótipos,

como rebeldia, agressividade, irresponsabilidade ou preguiça, os jovens da atualidade tendem a buscar, cada vez mais, a atuação e a participação nas lutas pelas verdades nas quais acreditam.

Quando perguntados sobre as razões que os levaram a escolher o curso no momento de inscrição, os jovens são bem incisivos ao apontar as razões da escolha do curso. 64,2% dos jovens pesquisados indicaram que essa se deu por uma identificação com a proposta da área técnica.

Gráfico 7 - As razões da escolha do curso no momento da matrícula



Fonte: Elaborado pelo autor

Escolher uma formação na idade em que chegam à escola não é nada fácil, porém as falas dos jovens entrevistados se alinham a essa perspectiva apresentada acima, como podemos observar nas falas abaixo:

Eu venho de uma família em que meu pai, meu vô, meus primos trabalham na construção civil. E eu me identifiquei naquilo. Nasci, cresci dentro da construção civil. E a gente estava olhando uns cursos técnicos, faculdade, com relação a isso. Foi quando eu vi que tinha o curso de Edificações e somente duas escolas em Fortaleza teria. Então eu me inscrevi em uma delas, que foi a Presidente Roosevelt, e eu consegui passar (aluno E).

Eu vim, pedi inscrição aqui e fiquei na lista de espera, né. Quando eu ia começar já a estudar em outra escola, me chamaram pra eu vim fazer a matrícula aqui. Aí eu fiquei animada e vim. Era o curso de Estética, uma coisa que eu queria muito (aluna F).

(...) eu conheci uma vizinha que fazia Edificações aqui, ela pegou e falou: Ah, vai pro Presidente Roosevelt, é técnico e tal, tem o curso de

Edificações, é um dos melhores, tu não tá trabalhando... E aí eu peguei e vim (aluna B).

Percebemos, na fala do aluno E, que a escolha do curso está ligada a sua história familiar e das condições de vida. O mesmo, em outras conversas, comentara que estudar o Ensino Médio Profissional e no curso de Edificações era um diferencial para ele que, aos fins de semana ajudava o pai na obra que o mesmo estivesse trabalhando. Sendo assim, a identificação com o curso escolhido relaciona-se diretamente com a com a atividade familiar.

A aluna F, que ficou na lista de espera, sendo chamada posteriormente, não hesita em falar que aquele era mesmo o seu curso de preferência. Já a aluna B, refere-se a sua escolha à propaganda feita por uma ex-aluna do curso. Assim, os dados obtidos corroboram com Melo (2015), em seu estudo sobre a proposta pedagógica das EEEPs, em que se constata que mais de 60% dos jovens escolhem o curso por se identificar com esses.

Um outro grupo, composto por 16,5% dos jovens, declarou que foram os pais que definiram, no ato da inscrição, qual dos cursos gostaria de matricular o seu filho. Vale ressaltar que, antes da matrícula, acontece o processo de seleção, e se escolhe o curso ao qual o jovem vai concorrer a vaga. Por fim, outros 14,7% alegaram a influência de amigos na referida escolha. Como uma parcela considerável de alunos vem do município de Caucaia e, portanto, de escolas com grande incidência de ex-alunos na EEEP Presidente Roosevelt, presumimos que os contatos com colegas da mesma escola no Ensino Fundamental torne-se preponderante.

Em uma sociedade em que as desigualdades sociais só aumentam, resultado do acirramento do Sistema Capitalista que encontra, nas elites dominantes, sustentáculos que contribuem para a reprodução cada vez mais intensa da sociedade entre ricos e pobres, os jovens encontram-se, assim, submetidos a situações de exclusão a partir dos padrões impostos por essa mesma sociedade.

O que outrora se caracterizava-se pela concepção de jovem como aquele que desenvolve a sua aprendizagem a partir dos mais velhos, Groppo (2017) vai dizer que,

(...) as transformações de ordem econômica, tecnológica, política e cultural são tão rápidas que impedem a cristalização de distintas identidades geracionais. Reforça-se, assim, a obsolescência daquele modelo de

socialização no qual as gerações mais velhas transmitiam experiências passadas às mais novas para ordenar e domesticar o futuro. Em seu lugar, aparece um modelo mais “configurativo” de socialização, baseado no aprendizado comum pelos diferentes grupos etários, diante de um mundo mutante. Jovens e adultos se veem diante de desafios e dilemas semelhantes, ainda que enfrentados com diferentes experiências de vida acumuladas. (GROPPO, 2017, p.11-12)

Nos tempos hodiernos, as distâncias entre as fases da juventude e a adulta caracterizam-se por certa hibridez, dessa maneira, as experiências parecem ser mais no sentido de troca do que aquelas em que os mais velhos transmitiam as suas experiências e visões de mundo, contribuindo assim, para a socialização dos mais jovens.

Sendo a escola um espaço de vivências e construção de identidades, os jovens pesquisados buscam construir, durante o ciclo de formação, as alternativas que os façam romper com as condições sociais do qual estão inseridos, embora tendo que se submeterem à ordem estabelecida pelo sistema capitalista, que se inclina muito mais à exclusão do que à inclusão desses ao acesso às benesses que as elites usufruem. E nesta relação com a escola e com a educação, procuramos perceber os sentidos da Educação Profissional para os jovens pesquisados, assunto que debateremos no tópico seguinte.

4.2 OS JOVENS E A ESCOLA: OS SENTIDOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O artigo 22 da LDB 9394/96, ao dispor sobre esta primeira e mais longa etapa da formação educacional brasileira, define que a “educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”(BRASIL,1996, p.8). Na realidade,isso não tem sido assegurado à grande maioria dos jovens que concluem o Ensino Médio em nosso país.

No Ceará, as EEEPs tem sido o Lócus de integração do Ensino Médio com o mundo do trabalho, no âmbito do sistema estadual de educação. Assim, como já relatado anteriormente, o Governo do Estado desenvolve, desde o ano de 2008, a sua política de Educação Profissional, que hoje conta com uma rede de 122 escolas espalhadas por 98 municípios do Estado.

Como Política Pública de governo, as EEEPs continuam mantidas como proposta educacional no âmbito da Secretaria Estadual de Educação. Embora, esta política já tenha completado 10 anos de implantação e demonstrado a sua funcionalidade, não podemos, ainda, considerá-la uma Política de Estado, haja vista, que não houve ruptura em relação ao grupo político encabeçado pelos Ferreira Gomes. Vencedor nas eleições de 2006, Cid Ferreira Gomes deu início ao processo de implantação desta rede de Ensino Público e, em 2014, o grupo consegue eleger o seu sucessor, Camilo Santana, que permanece no seu segundo mandato, neste ano de 2019.

Quando comparamos o processo de implantação das EEEPs na capital e no interior do Estado, percebemos que a sua maior expansão se deu nos dois governos de Cid Gomes (2006-2014), com a criação de 106 Unidades Educacionais, enquanto no Governo de Camilo Santana (a partir de 2015) somam-se outras 16 unidades (ver tabela 02). O Projeto inicial do Governo Cid Gomes era implantar 140 EEEPs até o fim do seu governo, o que não foi concretizado. Já com Camilo Santana, a política não foi abandonada, mas sofreu um recrudescimento com a proposta governamental de ampliar a Educação de tempo Integral no Ensino Médio sem atrelá-lo à educação profissional.

Assim, são 122 unidades, localizadas em 94 municípios, ofertando 52 cursos técnicos. Bom lembrar que outros 4 municípios são acrescidos aos demais devido ao sistema de consórcio em duas Unidades Educacionais. A EEEP Wellington Belém Figueiredo, que atende aos jovens dos municípios de Nova Olinda (sede), Santana do Cariri e Altaneira, e a EEEP Giselda Teixeira, que atende aos jovens das cidades de Palmácia (sede), Guaramiranga e Pacoti, perfazendo um total de 98 municípios do Estado do Ceará atendidos por esta política educacional. (Ver Anexo III)

Assim, é comum algumas EEEPs dividirem matrículas, pois, como o sistema de seleção não é integrado, os pais inscrevem seus filhos em mais de uma Unidade, na busca por uma vaga neste modelo de escola. Na EEEP Presidente Roosevelt, não é diferente. Como já comentado anteriormente, os jovens que efetivam a matrícula na escola são originários de alguns municípios, predominantemente de Fortaleza e Caucaia.

A organização da EEEP Presidente Roosevelt preconizada no seu PPP e fundamentada na LDB 9394/96,

elege, dentre seus princípios, a integração da Educação Profissional às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia; como também a integração da educação profissional com o processo produtivo, com a produção de conhecimentos e com o desenvolvimento científico-tecnológico, criando a possibilidade legal e necessária aos jovens de assegurar-lhes a formação geral e o desenvolvimento da habilitação profissional técnica no Ensino Médio nas modalidades presencial ou à distância, elegendo em sua oferta as formas integrada, concomitante e/ou subsequente.(PPP-PR.2017. p. 4)

Como vemos, a EEEP Presidente Roosevelt, na sua organização educacional, oferece a Educação Profissional tanto na modalidade presencial e integrada, como na modalidade concomitante. Em agosto de 2017, iniciou o curso de Redes de Computadores para alunos matriculados em escolas públicas regulares, findando em julho de 2019. Ainda não foi autorizado pela Secretaria de Educação nenhum curso subsequente ou à distância. Porém a forma integrada de educação mantém-se como a base de oferta desta escola.

No âmbito desta pesquisa, procuramos perceber qual o sentido de uma escola de educação profissional para as juventudes. Assim, os jovens pesquisados poderiam expressar qual a contribuição deste modelo de escola para sua formação, tendo como base de análise as suas próprias vivências durante o período de estudo, como as que vemos à seguir:

Além de pra vida, também pro ambiente de trabalho, é uma coisa integrada (aluno M).

A Profissional ajuda muito o jovem em questão de tempo, porque tipo assim, antes um jovem terminava o ensino médio e depois ia fazer um curso. Na Profissional o tempo é encurtado, digamos assim, ele faz os dois juntos, de graça, o que melhora muito (aluna B).

Na minha formação eu tive muito pensamento crítico em relação a questionar sobre o que eu iria fazer, o por que eu iria fazer, como eu iria fazer. E muitas pessoas saem também como pesquisadoras, não saem só como uma máquina pro mercado de trabalho, que só vão fazer aquela determinada função (aluno E).

Você tá colocando ali o certificado no seu currículo, você tá à frente de pessoas que só tem o ensino médio, o básico (aluna G).

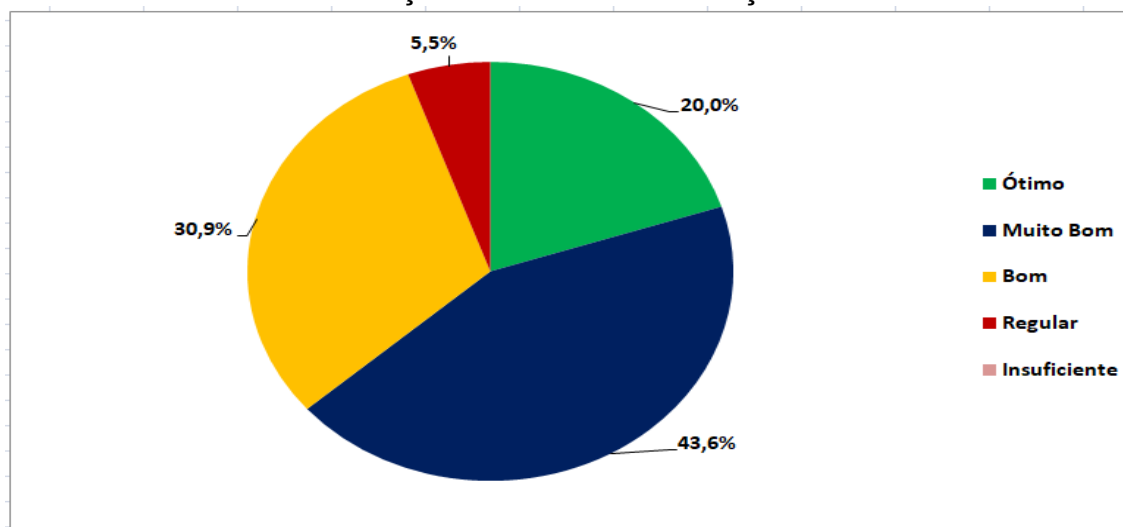
Podemos perceber que os jovens enfatizam a formação profissional gratuita, bem como o fato de estarem à frente dos outros jovens que estudam em

escolas regulares, aqui demarcamos a percepção de educação construída no interior da escola. Destacamos o relato do aluno E, que percebe o desenvolvimento do pensamento crítico na sua formação, e que o jovem não sai da escola apenas como uma *máquina para o mercado*, mas como um pesquisador, ciente do seu papel na sociedade. Mesmo não rompendo com as amarras do sistema, entendemos que essa postura é bastante significativa na perspectiva da formação do trabalhador.

Muito tem-se falado que a qualidade da escola pública está aquém dos padrões mínimos de qualidade, isso levando em consideração os índices do IDEB/2017, no 3º ano do Ensino Médio, pois o país atingiu 3,8 na escala de proficiência, o Ceará 3,8, considerando os resultados do 3º ano nas escolas públicas e 5,7, considerando os 3º anos das escolas particulares, já a EEEP Presidente Roosevelt atingiu 5,7 pontos de proficiência neste mesmo ano.

Isso significa que a escola apresenta índice bem acima do Brasil e do Estado do Ceará, igualando-se ao nível da média de escolas particulares, embora tenhamos a percepção de que, na aferição desses resultados, não são levadas em consideração as condições sócio-econômicas dos alunos e alunas que frequentam a escola; consideramos que esses dados podem servir de parâmetro de qualidade se comparados com outras realidades. Partindo destes dados, sugerimos para os jovens avaliarem o modelo de educação desenvolvido na EEEP Presidente Roosevelt e obtivemos os seguintes resultados.

Gráfico 8 - Avaliação do nível de satisfação com a escola



Fonte: Elaborado pelo autor

Neste sentido, observamos que 63,6% consideraram o nível de satisfação com a escola entre ótimo e muito bom. Enquanto outros 36,4% se posicionaram que a EEEP Presidente Roosevelt possui uma proposta educacional entre boa e regular. Esses dados vão de encontro ao estudo de Melo(2015), que obteve como resposta dos jovens um índice de satisfação quanto a proposta de Educação Profissional, tomando apenas os alunos de 3º ano à semelhança desta pesquisa, de 31% (MELO, 2015). Muitos fatores podem corroborar com esta discrepância de dados, dentre eles o momento e as circunstâncias das pesquisas, as trajetórias diferentes dos jovens em escolas, também, diferentes, dentre outros.

Observando as histórias de vidas na EEEP Presidente Roosevelt, são inúmeras as barreiras e obstáculos enfrentados por jovens que ingressam no Ensino Médio atualmente; questões que perpassam às condições econômicas e sociais dos quais estão envoltos, como, também, aquelas que sofrem, de forma velada, as violências, os abusos, as vulnerabilidades sociais, dentre outras. A escola parece ser um refúgio, um lugar de afirmação e construção das mentalidades juvenis, da mesma forma que recheadas de conflitos, mas que pode possibilitar a transformação dos jovens como atores que participam ativamente do seu processo de formação.

O vencer na vida para estes jovens é conseguir um emprego que os faça contribuir com a renda familiar, nutrindo também o desejo de ingressar no Ensino Superior. Ambos, muitas vezes, não se dão de forma imediata ao fim do 3º ano. É preciso sair da escola e ir à luta na busca do seu espaço, o que não é nada fácil para quem é jovem e apresenta pouca experiência profissional, além de estarmos vivenciando um agravamento da falta de empregos (WELLER, 2014).

Na perspectiva do Sistema Capitalista, o que conta além da experiência é

(...) a informação – especialmente o domínio das novas tecnologias – continua a ser importante, mas agora o trabalhador precisa aprender a pensar, a resolver problemas novos e imprevistos; precisa ter uma formação polivalente, ou seja, uma formação que lhe permita realizar tarefas diversas e, além disso, a transitar com mais facilidade de um emprego a outro, pois a estabilidade já não faz parte desta nova forma de produção. (TONET, 2012, p. 14)

Assim, neste momento de precarização do trabalho, a escola mantém-se envolta às questões inerentes às exigências do sistema, formando as novas gerações de trabalhadores, alinhados com as exigências do mercado. Contudo, nos documentos oficiais da EEEP Presidente Roosevelt, encontramos alusão ao

compromisso na formação de jovens cidadãos e autônomos; essa cidadania e autonomia está atrelada à inserção ou não no mercado de trabalho, após o ensino Médio ou no Ensino Superior, com a aprovação para Universidades públicas ou Faculdades privadas, a partir dos resultados do ENEM.

Neste sentido, observamos os dados de inserção ao Ensino superior através do ENEM e a absorção ao mercado de trabalho ao final do ciclo de formação dos jovens pesquisados. Importante destacar que estes dados se referem ao número absoluto de jovens matriculas e concludentes do ano de 2018. A tabela abaixo ilustra os números da escola nestes dois aspectos, considerando que a taxa de conclusão do Ensino Médio foi de 100% neste ano.

Tabela 6 - Tabela de inserção no Ensino Superior e mercado de trabalho na EEEP Presidente Roosevelt em 2018

ALUNOS MATRICULADOS	EXCLUSIVAMENTE ENSINO SUPERIOR	EXCLUSIVAMENTE MERCADO DE TRABALHO	ENSINO SUPERIOR E MERCADO DE TRABALHO
119	33	16	14
100%	27,7%	13,4%	11,8%

Fonte: elaborado pelo autor

Observando os dados acima, percebemos que, embora os jovens entendam a importância do modelo de escola profissional para a sua qualificação, o percentual daqueles que ingressam no Ensino Superior e no mercado de trabalho, logo após a conclusão do Ensino Médio, reflete bem o atual momento de crise do sistema capitalista, em que mesmo o trabalhador qualificado não tem encontrado emprego com facilidade, reflexo do atual quadro de desemprego estrutural (SANTOS, 2017).

Segundo Plano de Gestão 2008-2014, organizado pela COEDP, a EEEP Presidente Roosevelt, assim como as demais EEEPs do estado, tem trabalhando para potencializar a formação profissional com o desenvolvimento da construção do cidadão crítico e reflexivo, preparado para intervir como agente ativo na sociedade do qual está inserido (CEARÁ, 2014).

Contudo, fazendo um contraponto ao discurso oficial, Moreira atesta que neste cenário de submissão da escola aos interesses do sistema, “o que está em jogo mesmo é a formação de um trabalhador amansado, que veste a camisa da empresa sem questionar sua existência de homem explorado e sem conhecer o que seu trabalho produz” (MOREIRA, 2017, p.93-94). Partindo desta perspectiva,

algumas falas dos jovens entrevistados vão na direção contrária a essa tese quando falam acerca da contribuição da EEEP para a sua formação.

Eu consegui um emprego com cinco meses depois de ser maior de idade. Vendo o meu redor, como é que está hoje em dia, em que até pessoas mais velhas do que eu estão brigando para ter um emprego isso já foi um ponto muito bom, estar empregado com 18 anos. Eu também consegui entrar na faculdade, 100%, no curso que eu queria. Se eu não tivesse entrado nessa escola aqui, tipo uma escola regular, eu não ia ter emprego, ia estar como a maioria do pessoal da minha infância (aluno I).

Foi aqui que eu descobri a carreira que eu quero seguir, o lado profissional que eu quero tá. Foi aqui que eu descobri a universidade que eu queria, foi aqui que eu descobri o que eu queria da minha vida. Então me ajudou nisso (aluno D).

Relação da gente ir lutar pelos nossos direitos, lutar pelos direitos dos outros. Tipo, a gente não se calar diante de certas coisas, tem que lutar mesmo pra gente conseguir algo. E que a gente não deve desistir fácil (aluna F).

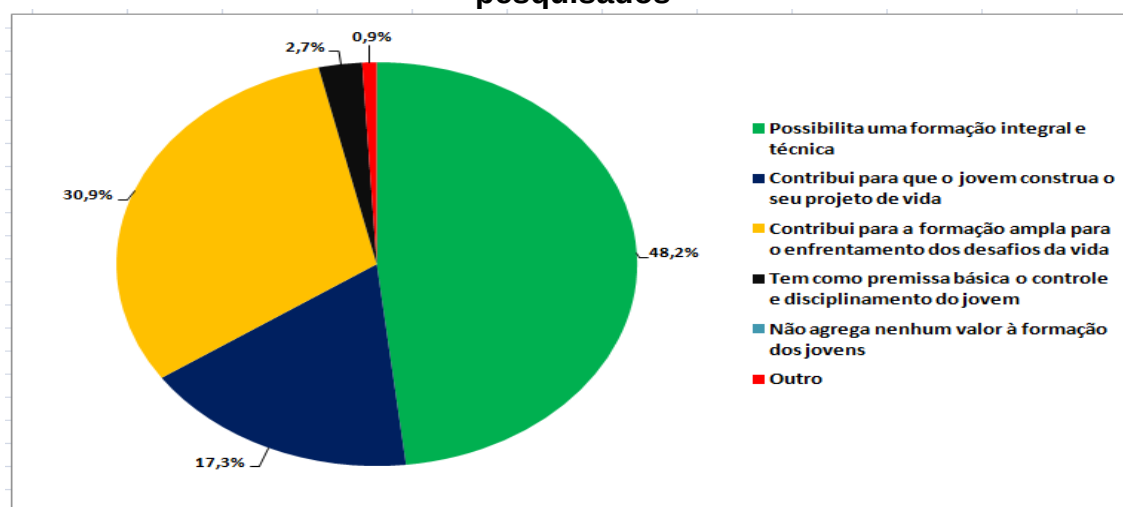
Lutar pelo que eu quero, de correr atrás dos meus sonhos, apesar das dificuldades, de desenvolver um pensamento científico antes de qualquer opinião, de eu ir atrás, escutar várias opiniões, mas acima de tudo ter a minha (aluna H).

Diante das falas de alguns jovens, podemos perceber que, à revelia da crise estrutural do sistema, em que a situação do desemprego assola os trabalhadores e reestrutura as relações trabalhistas, os jovens buscam afirmar-se e encontrar caminhos para conquistarem o seu espaço, e a escola, na óptica destes jovens, desempenha um papel fundamental nesse processo.

Podemos, nesta direção, afirmar que estes jovens estão na contramão do que o Sistema lhes impõe. A fala do aluno I, destacando que conseguiu emprego logo que completou 18 anos e ainda entrou a faculdade de Engenharia Civil, com bolsa de 100%, pelo ProUni, fê-lo construir uma história através da escola, que destoa da situação dos seus amigos de infância. O aluno D, destaca a importância da escola na definição da sua carreira universitária e profissional, em Engenharia de Telecomunicações. A aluna F destaca a importância de ter aprendido a lutar pelos seus direitos e dos demais, numa clara alusão a função social do qual a escola deve priorizar. Por fim, a aluna H enaltece o fato de ter tido a oportunidade de aprender a lutar pelos seus sonhos, a partir de uma análise científica, pois o pensamento é sistematizado e racionalizado em prol do que se acredita e luta, apesar de todas as adversidades.

Corroborando com estas falas acima, quando perguntados sobre o que representa o modelo de educação proposta pelas EEEPs para os jovens, obtemos um resultado que vai relativamente na mesma direção; esses sentem-se envolvidos a um processo de formação que vai além da técnica, embora que não proponha um rompimento com as estruturas do sistema, o que não é, pelo menos, neste momento, projeto da escola ou do sistema público de ensino no Estado do Ceará.

Gráfico 9 - O que representa este modelo de educação para os jovens pesquisados



Fonte: Elaborado pelo autor

Observando os dados obtidos, constatamos que 48,2% dos jovens entrevistados declaram que a escola possibilita ao jovem uma formação integral e técnica. Podemos mensurar que a percepção de formação integral na visão dos jovens diz respeito ao fato da escola oferecer atividades durante todo o dia, embora alguns aspectos identificados nas falas possam indicar um fortalecimento para a formação das potencialidades humanas e o desenvolvimento da criticidade.

Assim, a Escola de Tempo Integral confunde-se, na visão dos alunos, com a Educação de Tempo Integral. E, nesta perspectiva, a Educação integral propõe-se ao ensino das Linguagens, Ciências, Matemática, além dos saberes técnicos e diversificados e não se separa da educação emocional e da formação para a cidadania (GADOTTI. 2009). Seria, pois, um processo para além dos saberes escolares estabelecidos, contribuindo para a formação completa do ser humano. Portanto, os sentidos que os jovens entrevistados dão à escola têm se aproximado consideravelmente desta perspectiva de educação.

A seguir, discutiremos um pouco sobre as relações e embates travados pelos jovens no seu processo de formação na EEEP Presidente Roosevelt, evidenciando a experiência estudantil na educação profissional, as dificuldades, os aspectos da formação e a importância da construção do projeto de vida para os jovens.

4.3 A PERCEPÇÃO DOS JOVENS ACERCA DO SEU ITINERÁRIO FORMATIVO NA EEEP PRESIDENTE ROOSEVELT

A escola é o lugar onde os jovens consolidam a sua formação e prepararam-se para o mundo que os aguarda fora da instituição. Sabemos que este processo não é tão fácil como aparenta ser, é permeado de encontros, desencontros, alegrias, tristezas e muitos recomeços.

Os jovens estudantes, na sua grande maioria, “não são beneficiados por políticas públicas suficientes que lhes garantam o acesso a bens materiais e culturais, além de espaços e tempos, onde possam vivenciar plenamente essa fase tão importante da vida” (DAYRELL; CARRANO, 2014, p.105). Em se tratando de uma EEEP, essa realidade não é diferente. O dia a dia na escola é bastante desafiador, tanto pela carga de estudos nas nove aulas diárias, como nas experiências compartilhadas no cotidiano escolar.

Considerando a jornada diária em uma EEEP, em que os jovens passam o dia em atividades pedagógicas, cumprindo 45 horas aulas semanais, longe dos seus familiares, fortalece o desenvolvimento de uma nova sociabilidade junto aos seus pares e aos membros da comunidade escolar. Nesse processo de interação, podemos perceber que os jovens vão construindo as suas concepções acerca dos sentidos da escola e a sua função na construção de seus projetos.

Segundo Dayrell e Carrano (2014), este momento em que os jovens vivenciam as experiências no Ensino Médio é, também,

o momento que os jovens iniciam uma ampliação das experiências de vida, quando alguns deles começam a trabalhar, quando passam a ter mais autonomia para sair de casa à noite e poder escolher as formas de diversão. É quando procuram romper com tudo aquilo que os prendem ao mundo infantil, buscando outros referenciais para a construção da sua identidade fora da família. É o momento privilegiado de se descobrirem como indivíduos e sujeitos, buscando um sentido para a existência individual. (DAYRELL; CARRANO, 2014, p.117)

É neste processo de construção de independência que os jovens vão interagindo com o saber escolar e com a proposta pedagógica da EEEP Presidente Roosevelt. Tendo uma visão privilegiada como gestor, temos percebido que está claro para os professores a apresentação para os jovens que a escola procura ampliar as suas potencialidades tanto para a formação técnica para o mercado de trabalho, como para a continuidade nos estudos, sendo esta uma estratégia de possibilitar aos jovens outros horizontes para o pós-Ensino Médio. Assim, temos percebido que “cada vez mais estes almejam inserir-se no mercado de trabalho e no ensino superior, após o término do curso” (MELO, 2015, p. 91).

Importante, neste sentido, a fala de alguns dos jovens entrevistados que relatam um pouco das suas experiências como estudantes na EEEP pesquisada:

Minha vida na EEEP foi muito boa, aprendi muito. No começo não sabia o que realmente era uma EEEP, achava que só tinha pessoas de um único padrão social e de aparência, mas é totalmente diferente, existe uma diversidade cultural e étnica, diferentes realidades sociais. Isso foi muito importante para a minha vida pessoal (aluna L).

Foi uma experiência na qual eu tive oportunidades que, se estivesse em uma regular talvez não teria. A experiência mais enriquecedora que tive foi fazer parte de um projeto científico e viajar para defender ele fora do Estado, já que minha escola me dava oportunidade para fazer isto (aluno J).

Então a minha experiência aqui (na EEEP), além de ter me reformulado, porque eu sou uma outra pessoa, diferente da pessoa que eu entrei aqui. Ela me deu outra visão da vida. O que eu tenho que dar ou não valor, responsabilidades, interesses, amigos, porque eu sei que eu não conseguiria lá fora (aluno M).

Foi uma experiência que só quem já foi da escola profissional sabe: eu acho que a escola regular nem se comprara com a escola profissional, o dobro de coisa pra estudar... Mas eu sempre fui aquilo, eu sempre tive responsabilidade, sabia o que eu tinha que fazer (aluno I).

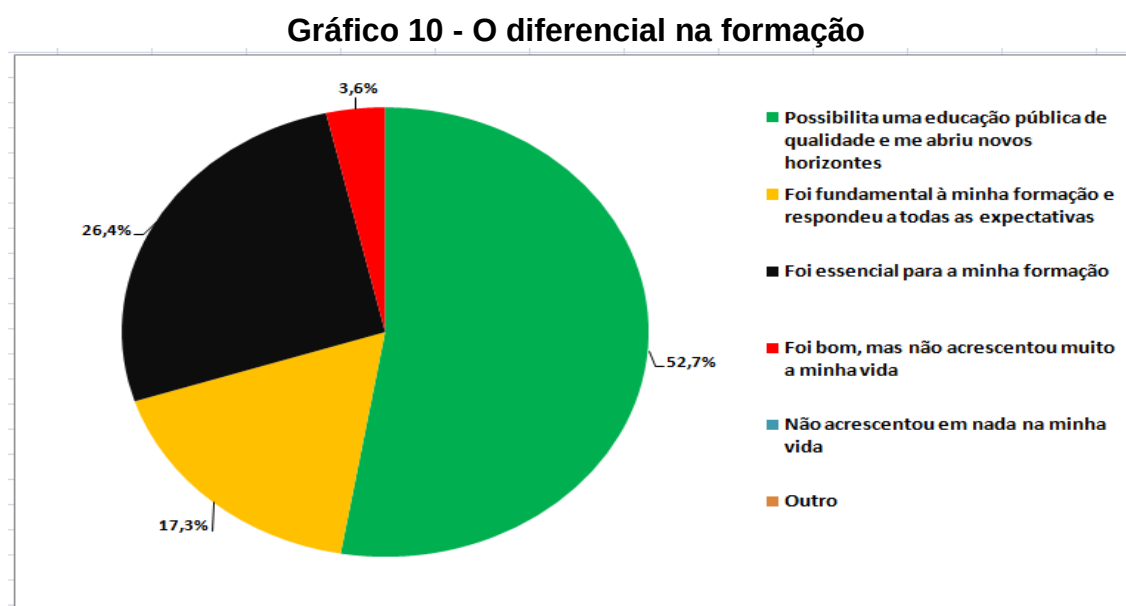
Eu cheguei aqui com o pensamento de criança, com uma mente de criança pode-se dizer assim, de pré-adolescente, e que eu saí daqui outra pessoa, totalmente mudada com outro pensamento de vida fora daqui (Aluna F).

Embora possamos encontrar levemente uma adequação, nas falas dos jovens entrevistados, a uma a ideia de que as EEEPs “foram criadas na intenção de formar para o mercado de trabalho” (MOREIRA, 2017, p.118), percebemos, também, que outros aspectos são relevantes para os jovens nas suas experiências na escola, tais como a importância dada à concepção plural de sociedade e às oportunidades de desenvolvimento de pesquisas científicas durante o Ensino Médio, possibilitando

a socialização com outras instituições, como foi o caso de viagens para apresentar os resultados dos trabalhos em Feiras Científicas para além dos muros da escola.

Porém outras falas reafirmam a acomodação disciplinar exigida pelo mercado para o bom trabalhador. Percebemos isso quando os jovens citam a questão de afirmação de valores e responsabilidades, características que farão diferença no mundo pós-escola. São aspectos desenvolvidos pela escola que se fundamentam nas características da sociedade como: submissão, acomodação e adaptação. Estas são qualificações que acomodam-se ao mundo do trabalho e que serão exigência para os futuros profissionais. (CORTI, 2014)

Em contrapartida, ao perguntarmos aos jovens acerca do diferencial de terem estudado numa EEEP, a partir das suas percepções obtivemos os seguintes dados, expressos no gráfico abaixo:



Fonte: Elaborado pelo autor

Corroborando com as falas supra citadas, percebemos que 70% dos jovens entrevistados avaliam a proposta da EEEP Presidente Roosevelt como uma escola que possibilita aos jovens a ampliação para novos horizontes gerando uma sensação de satisfação em relação às expectativas em relação à escola. Em outra perspectiva, 30% dos jovens entrevistados declararam que a proposta da escola foi essencial a sua formação e que consideram pouco relevante a formação adquirida durante o Ensino Médio. Neste sentido, a maioria dos jovens pesquisados sentem-

se satisfeitos e contemplados com a proposta pedagógica da escola, proporcionando-nos a compreensão de que, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas nas escolas para manter uma escola pública comprometida com a qualidade da educação dos jovens, a EEEP Presidente Roosevelt tem possibilitado aos jovens estudantes, na sua maioria, um ambiente pedagógico propício à aprendizagem e à mudança de perspectivas de vida.

Bom deixarmos claro que nem nas falas dos jovens entrevistados e nem entre os pesquisados encontramos indícios de crítica ao modelo de formação empreendido pela escola. Dentro do Sistema capitalista, a escola apresenta-se, neste sentido, como “uma das responsáveis por ensinar as competências necessárias para sustentação desse sistema que forma os discentes para a conformação do que está em voga” (MOREIRA, 2017, p. 112).

Contudo os jovens trazem no seu cerne a semente da transgressão e, nesse sentido, os jovens da EEEP presidente Roosevelt têm apresentado, nas suas falas, visão de mundo e colocações que vão de encontro ao que o sistema espera deles como potenciais trabalhadores e cidadãos. Não estaríamos falando de jovens se a premissa fosse de submissão total aos padrões estabelecidos.

Anteriormente, discutimos os sacrifícios que muitos pais enfrentam para manter os filhos estudando. Porém, ao iniciar seus estudos na EEEP, os jovens não irão aprender apenas as disciplinas curriculares que lhes são apresentadas. Não é apenas a técnica e a sistematização de saberes que vão ser importantes nessa etapa de formação. É, conseqüentemente, um momento em que os jovens se deparam com diversos questionamentos acerca dos aspectos como identidade, gênero, sexo, profissão, cognitivo, dentre outros. (WELLER, 2014).

Quando se deparam, ao chegar no primeiro ano na escola, com a dinâmica de aulas, somada à nova realidade que lhes é apresentada, numa etapa de ensino mais complexa do que a anterior, os jovens apresentam algumas dificuldades nesse processo, como as citadas a seguir:

As dificuldades que eu tive foi só de adaptação, porque a rotina é muito pesada! Ainda mais quando é assim no 2º ano, que no meu caso o curso técnico acarreta muito a gente e as disciplinas do 2º ano são as mais, digamos, importantes do ensino médio. Porque vai cair no ENEM, com certeza (aluna L).

O aluno deve estar disposto, e saber, que irá exigir do seu corpo. Tem o cansaço, pois passamos o dia na escola e de seu psicológico. A

adolescência é uma fase conturbada onde tudo muda muito rápido e as coisas acontecem sem o nosso controle (aluno C).

Porque eu era acostumada a descansar depois da hora de almoço, antes de ir fazer minhas atividades e estudar para as provas. Então você ter que almoçar e ainda ficar tipo, uma hora assim, é um período de descanso mas não é um descanso físico (aluna H).

Logo no início eu tinha dificuldade porque eu era acostumado a acordar um pouquinho mais tarde né, porque a escola que eu estudava durante a manhã era um pouco mais próxima da minha casa. Eu tive que passar a acordar 5h40min, Mas a maior dificuldade que eu encontrei logo no início foi isso. A questão da adaptação do horário de acordar (aluno J).

Ficar o dia inteiro e não poder descansar tanto, ficar longe da minha casa e família podendo vê-los apenas à noite ou quando amanhece para ir novamente para a escola”(aluna G).

Os jovens demonstram que a principal dificuldade enfrentada durante a sua formação na EEEP está relacionada à questão do cansaço acumulado durante todo um dia de atividades pedagógicas. Essa situação parece ser recorrente a todos os jovens que iniciam os estudos numa EEEP, pois a maioria das escolas do Ensino Fundamental mantém a organização seriada em turnos de 4 ou 5 aulas diárias. Então, hábitos, como dormir após o almoço, dormir até mais tarde, são readequados para a nova realidade escolar.

Segundo Melo (2015),

a extensa carga horária, que contempla a formação geral, formação técnica e parte diversificada, não necessariamente indica um currículo integrado, podendo tratar-se talvez de uma sobreposição de currículos. A preocupação com os aspectos teóricos, expressos no rol de disciplinas de cada curso, se não mantiver um estreito diálogo com a prática, pode mesmo cansar os estudantes que passam nove horas em sala de aula.(MELO, 2015, p. 73)

A autora amplia a discussão acerca da extensiva carga horária desenvolvida nas EEEPs, indicando que talvez não aconteça a integração curricular e sim uma sobreposição de conteúdos ministrados nas diversas disciplinas, o que tem contribuído, na visão da autora, para aumentar consideravelmente o cansaço entre os jovens estudantes. O que temos escutado dos jovens é que há a sensação de que a noite sempre é encurtada com a iminência da aula no dia seguinte, após um dia inteiro na escola.

Quando discutimos acerca das dificuldades enfrentadas pelos jovens pesquisados, relacionamos com um dos grandes problemas que ainda aflige as juventudes no Ensino Médio, a Evasão Escolar. Na EEEP Presidente Roosevelt,

porém não encontramos registros de evasão, haja vista que os jovens que solicitam transferência durante um determinado momento do ano letivo, sempre apresentam uma situação que justifique a saída, não caracterizando abandono escolar. Porém essas transferências dão indícios da não adaptação dos jovens à proposta da escola, em que eles, juntamente com suas famílias, buscam uma adequação as suas aspirações pessoais.

Assim, não é somente o cansaço físico que torna a trajetória estudantil enfadonha. Os jovens buscam interagir com o presente e com as coisas que os tornam felizes e satisfeitos naquele momento. Não é um desinteresse com a proposta da escola ou com as exigências estabelecidas a ele, como parâmetros mínimos para a promoção à série seguinte. O jovem, como ser social, busca dialogar com a escola a partir dos seus interesses pessoais e de grupo, em se tratando da turma ou curso de formação (DAYRELL, 2007)

Nesta perspectiva, os jovens percebem que a EEEP apresenta algumas fragilidades em relação aos seus interesses formativos, que vão para além da estrutura organizacional, como podemos perceber nas falas a seguir:

Acho que não podem somente olhar para os alunos que estão na escola. Pois, ex-alunos muitas vezes se confiam no curso técnico, porém não conseguem emprego na área. Portanto, deveria haver um programa de inclusão de ex-alunos no mercado de trabalho para não termos investimentos em vão (aluna A).

Minhas frustrações são a de que a estrutura da escola é muito melhor do que as escolas regulares, porém existem vários problemas estruturais (aluna L).

Os alunos que não tiveram um bom ensino fundamental e querem algo melhor para a formação acadêmica, normalmente não consegue uma vaga em uma EEEP, já que, a entrada é pelas notas (aluno D).

A escola às vezes não entende que o aluno tem 16, 17 anos e está passando por uma fase bem difícil, né? Essa parte emocional eu acho que deveria ser mais bem trabalhada (aluno I).

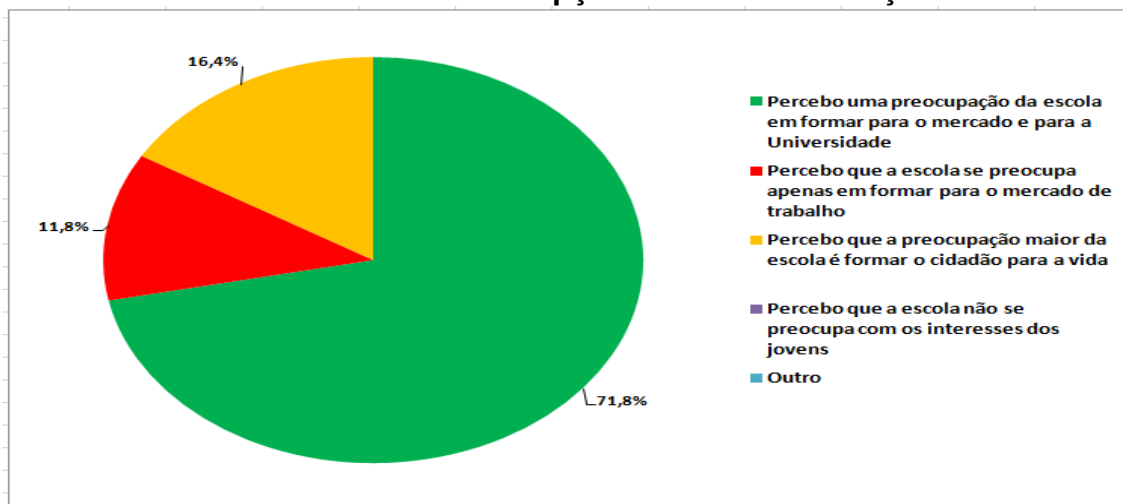
Percebemos, nestas falas, que os jovens distribuem as suas preocupações para os seus interesses e demais estudantes. Como a entrevista foi realizada no mês de maio de 2019, 5 meses após a saída deste grupo de alunos da escola, sentimos que as angústias pós-conclusão do ensino médio, misturam-se com o desejo de melhorias para os que ainda nem chegaram a escola.

Assim, a aluna A coloca que a escola não dá a devida atenção aos ex-alunos que concluem e não conseguem se inserir no mercado de trabalho, demonstrando uma certa frustração com as expectativas geradas em torno da qualificação técnica para o trabalho, tema comentado anteriormente. Por outro lado, o aluno D mostra-se insatisfeito com o processo de seleção que não oportuniza aqueles jovens, que não tiveram a oportunidade de cursar um bom Ensino Fundamental, de conquistarem uma vaga na escola e obtiverem uma formação mais qualificada, discordando, nesse sentido, do processo de seleção desenvolvido pelas EEEPs para a admissão de novos alunos;

Apresentando outros aspectos que, na percepção dos jovens entrevistados, pouco contribui para a formação numa EEEP, a aluna L destaca que os problemas estruturais da escola, mesmo reconhecendo ser um pouco melhor do que a estrutura das escolas regulares, causa um certo desconforto e atrapalha o processo aprendizagem. Já o aluno I, coloca o despreparo da escola em compreender as dificuldades emocionais dos jovens. Estas ideias abrem a reflexão de que a escola precisa reconhecer a essência do sujeito jovem na construção de sua proposta pedagógica, haja vista que os tempos conjugados e vividos pelos jovens são bem distintos dos que são propostos pela escola (KRAWCZYK, 2014).

Quando pensamos a formação das juventudes, não podemos deixar de considerar o que pensam os jovens a este respeito. Assim, o gráfico abaixo apresenta as percepções dos jovens pesquisados acerca do itinerário formativo na EEEP presidente Roosevelt,

Gráfico 11 - Percepção acerca da formação



Fonte: Elaborado pelo autor

A partir dos dados acima, podemos destacar que 71,8% dos jovens percebem que a formação na EEEP pesquisada está voltada tanto para ao mercado de trabalho como para a Universidade. Apenas 11,8% destacam a intencionalidade da formação para o mercado de trabalho, enquanto 16,4% percebem a sua formação voltada para a formação do jovem cidadão. Assim, percebemos que a escola tem contribuído, dentro dos limites estabelecidos pelo sistema, possibilitar uma educação em que o jovem “torna-se capaz de refletir e de se ver como um indivíduo que participa da sociedade, que recebe e exerce influências, fazendo com que esse momento da juventude seja, por excelência, do exercício de inserção social” (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 122)

Quando discutimos acerca dos jovens e o Ensino Médio, percebemos que a escola desempenha um papel muito importante nesta fase de construção dos projetos de vida. É neste momento que as questões que envolvem o mundo dos adultos se entrelaça com os desejos e sonhos dos jovens. Assim, esta questão

(...) remete a um plano de ação que um indivíduo se propõe a realizar em relação a alguma esfera de sua vida (profissional, escolar, afetivo em um arco temporal mais ou menos largo. Tais elaborações dependem sempre de um campo de possibilidades dado pelo contexto socioeconômico e cultural no qual cada jovem se encontra inserido e que circunscreve suas experiências. (LEÃO;DAYRELL;REIS. 2011. p. 1071-1072)

Na matriz curricular para de cada um dos 52 cursos ofertados nas EEEPs do Ceará, já comentado anteriormente, as disciplinas se dividem eixos estruturados em Base Geral, Base Técnica e Base Diversificada. Integrando o terceiro eixo, existe uma disciplina intitulada Projeto de Vida. Segundo o relatório de Gestão da Secretaria de Educação, “o Projeto de Vida foca no “sujeito estudante”, na sua qualidade de vida e na construção estruturada e paulatina de seu projeto de vida” (Ceará, 2014, p. 20), procurando apreender a opinião dos jovens acerca dos seus projetos de vida, que se apresenta como um desafio durante e após o Ensino Médio, porém em uma perspectiva mais ampla do que o conteúdo programático de uma disciplina pensada na perspectiva da TESE, (LINHARES, 2015) portanto, dentro de uma visão gerencial e mercadológica.

Tem Projeto de Vida, tem matérias que são diferentes de um ensino médio normal. É isso que é diferente, isso que ajuda muito, isso vai preparando o jovem além da vida estudantil, vai preparando pra vida profissional e pra vida pessoal (aluno D).

Aqui mudou muito meus pensamentos do que eu era antes. Isso foi me amadurecendo mais. E que eu já posso tomar minhas decisões sozinha, já posso pensar naquilo que eu quero futuramente (aluna F).

Eu estudei minha vida inteira na verdade em escola pública, nunca nem pisei numa escola particular. E da visão que eu tinha no meu ensino fundamental em que eu estudei com pessoas que digamos assim, tinham o passado bem difícil, tinham traficantes na minha sala, então era algo assim, a maioria do pessoal que estudou comigo ou tá morto ou tá preso. E quando eu cheguei aqui, eu praticamente dei de cara com uma realidade totalmente diferente. Uma realidade que parecia que eu estava em outro canto (aluna A)

Aumenta o olhar dos jovens que terminam o ensino médio sobre o futuro, mostra que existe algo mais importante do que simplesmente terminar o ensino médio. Dá aos jovens uma força enorme para aqueles que querem buscar uma vaga no mercado de trabalho (aluna G).

Tudo aqui fez parte do meu projeto de vida, o que eu queria seguir. E no 3º ano eu consegui me tornar uma pessoa mais responsável do que eu era antes (aluna B).

Como observamos nessas falas acerca da contribuição da escola na construção ou aprimoramento dos seus projetos pessoais, os jovens fazem algumas observações em relação ao crescimento ou amadurecimento no momento em que chegaram à escola ou a realidades do qual estavam inseridos. Podemos destacar o caso da aluna A, que relata o fato de ter encontrado na EEEP Presidente Roosevelt uma realidade diferente da que tinha na escola que cursou o Ensino Fundamental, pois a maioria dos seus ex-colegas estão presos ou mortos, encontrando, na escola, um ambiente propício à construção de uma outra realidade.

Nesse sentido, mesmo diante de toda uma crise estrutural do sistema capitalista e da atual situação política e econômica do país, diante do futuro que se apresenta permeado de incertezas, entendemos que a “escola faz diferença na vida daqueles que a frequentam, dependendo do significado que tem para eles e das respostas que apresenta às suas necessidades, seus anseios e seus projetos de futuro”(BERNARDIM, 2016, p.182).

Segundo Azevedo (2017),

o educando como protagonista e sujeito na construção do conhecimento pode, pelo exercício da investigação, começar a forjar gradativamente os contornos de um projeto de vida: construindo sua autonomia intelectual; localizando-se como cidadão; e, no âmbito da formação básica, identificando-se com determinados campos do conhecimento; conhecendo o funcionamento de setores da sociedade que lhe despertam interesse; e

delineando suas possibilidades profissionais, seja na profissionalização imediata ou em nível superior.(AZEVEDO, 2017, p. 230)

Neste sentido, são diversas as manifestações dos sonhos e dos desejos que vão de encontro as imposições da sociedade, como a necessidade da escolarização e inserção no mercado de trabalho. Estas questões adentram o espaço escolar, interferindo nas motivações dos jovens alunos, como, também, mantendo clara a realidade inerente à sociedade de consumo, e que uma imensa parcela de cidadãos não conseguirão romper com os entraves que impedem a mobilidade social em uma sociedade cada vez mais desigual (DAYRELL; MOREIRA; STENGEL, 2011.). Estes jovens buscam, na escola, os fundamentos que sedimentam as suas escolhas, seja para a vida profissional, seja para a continuidade nos estudos. Nesse sentido, os jovens estudantes da EEP Presidente Roosevelt posicionaram-se com bastante otimismo em relação à importância da EEEP na educação de um jovem, prestes a enfrentar os desafios de uma sociedade capitalista e excludente.

Segundo Tonet (2012), vivemos sob numa sociedade burguesa, e

a hegemonia desta classe impõe que a educação tenha dois objetivos fundamentais: a formação para o trabalho (mão-de-obra para o capital) e a educação para a cidadania e a democracia (a estruturação de uma concepção de mundo, de ideias, de valores adequados para a reprodução desta ordem social). (TONET,2012, p.54)

Nessa sociedade fundamentada na divisão social e econômica em classes sociais, a escola, enquanto instituição, está a serviço do ideal burguês na preparação dos jovens para a adequação às estruturas vigentes. Embora desenvolvendo a pesquisa e o pensamento crítico entre os jovens, a formação para a cidadania alinha ao ideário burguês do que seja um cidadão e os jovens, nesse sentido, acabam por reproduzir nos seus projetos de vida aquilo que a sociedade espera dele.

No tópico seguinte, iremos discutir sobre os alcances da EEEP Presidente Roosevelt na formação integral dos jovens que completam o ciclo formativo da Educação Básica, com vistas à relevância do modelo de Educação Profissional no Ceará, para esta categoria, destacando as percepções dos jovens acerca da

formação para o mercado e para o Ensino superior, o lugar do estágio obrigatório no processo de formação e a respeito da questão da integração.

4.4 A FORMAÇÃO NA EEEP PRESIDENTE ROOSEVELT: A VISÃO DOS JOVENS APÓS A CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO

A Educação Profissional oferecida na rede de educação pública do Estado do Ceará formou, ao longo dos dez anos de funcionamento, aproximadamente, 90 mil jovens, em 52 cursos, distribuídos nas 122 EEEPs, espalhadas em 98 municípios do Estado. Já na EEEP Presidente Roosevelt, lócus central desta pesquisa, foram 935 jovens formados em nível técnico nos cursos de Redes de Computadores (Informática até 2012), Estética e Edificações, até o ano de 2018. (INEP, 2010-2018)

Como proposta, estas escolas foram pensadas para responder ao Programa Brasil Profissionalizado, tendo por objetivo desenvolver uma formação técnica mais abrangente, em que se consolide os eixos acadêmico, profissional e diversificado, promovendo a integração do currículo e, neste sentido, oferecendo às juventudes uma formação para além do mercado de trabalho (LIMA, 2014).

Segundo Ramos (2017),

a vida humana é constituída por múltiplos processos sociais de produção material e simbólica, esses podem ser a referência do currículo. No caso da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio, os próprios processos produtivos, relativos às profissões, para as quais os estudantes são formados, podem ser essa referência. Por mais que esses sejam particularidades produtivas, que implicam em dimensões científicas e em técnicas específicas, eles guardam determinações da totalidade social que são de ordem econômica, política, histórica, cultural, ambiental dentre outras. (RAMOS, 2017, p.35)

Conforme propõe a autora, a Educação Profissional deve voltar-se para desenvolver a integração dos saberes, envolvendo as várias perspectivas que tornam os homens e mulheres em seres sociais. Embora tenhamos a compreensão de que a formação do trabalhador dificilmente venha a romper com as exigências do sistema, entendemos que esta formação pode contribuir para a construção de uma mentalidade entre os jovens voltada para o fazer coletivo, mesmo cientes que esta não é a premissa do sistema capitalista no qual estamos inseridos.

Assim, procuramos compreender qual a visão que os jovens elaboraram acerca da sua formação, quando colocamos as duas instâncias no processo formativo da EEEP Presidente Roosevelt: mercado de trabalho e ensino superior. Acerca desses aspectos, selecionamos as seguintes falas dos jovens entrevistados:

A escola é voltada para os dois. Porque ela mostra pra gente o principal, uma coisa que a gente nunca deve deixar de fazer que é estudar. Então ela mostra sim uma visão de trabalho, mas ela mostra também que a gente tem que cada dia buscar mais conhecimento (aluno C).

Eu acho que aqui fica bem dividido. Porque quando a gente tem muitas aulas da base comum, os professores focam mais na parte acadêmica, na parte universitária. Mas quando a gente vai pra base técnica, os professores já focam mais na parte profissional, então tem essa divisão assim (aluno D).

Esse modelo além de preparar para que o aluno ingressar no ensino superior, também propõe uma experiência e vivência profissional qualificada. Fazendo com que o indivíduo tenha opções após o término (aluno M).

Ter uma melhor preparação para o vestibular e posteriormente ingressar na universidade, já que as EEEP's tinham um melhor ensino. Fora isso queria terminar o ensino médio com uma profissão que somente as Escolas Profissionais poderiam me oferecer (aluna L).

Observamos nas falas dos jovens a percepção de que a proposta de formação ofertada pela escola está voltada tanto para a formação profissional como para a preparação para o Ensino Superior. Ramos (2017) defende que a proposta da escola de Educação Profissional deve partir de uma concepção problematizada do processo de educação, na medida em que a formação técnica e a formação geral estiverem inseridas nas diversas esferas da sociedade.

Os jovens analisam as suas experiências na escola numa perspectiva, ora como dividida entre as instâncias acadêmicas e profissionais, como relata o aluno D, ora como compreendendo os saberes como complementares, destaque dos alunos L, M e C. Assim, os três últimos parecem compreender a importância do currículo escolar integrado, possibilitando aos jovens estudantes uma maior preparação a vida pós-escola.

Nesta mesma perspectiva, Guará (2006) amplia a discussão afirmando que a

educação deve, portanto, considerar esses saberes que garantem aos homens sua sobrevivência, seus relacionamentos pessoais e sociais, seu trabalho produtivo e o sentido para sua vida. Essas são tarefas de toda uma vida. Para dar conta delas, há um conjunto de conhecimentos

sistematizados e organizados no currículo escolar e também há as práticas, habilidades, costumes, crenças e valores que conformam a base da vida cotidiana e que, somados ao saber acadêmico, constituem o currículo necessário à vida em sociedade (GUARÃ ,2006, p. 17)

Este, na visão da autora, parece ser o papel da escola: possibilitar a apropriação, por parte do ser humano, de um conjunto de saberes que o possibilite a uma vida em sociedade. Sustentamos a ideia de que a escola está inserida numa sociedade dita capitalista e, no atual momento político do país, encontra-se sob a (des) orientação de um governo de extrema direita, limitando o seu poder transformador da sociedade.

Contudo corroboramos com Mészáros, ao defender que “a nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora” (MÉSZÁROS, 2008, p. 76), enquanto educadores, acreditamos que a fagulha desta transformação social se faz presente nas vidas dos jovens que conseguem construir, a partir da escola, espaços de transformação das suas vidas.

No segundo semestre do terceiro ano de formação, todos os jovens devem cumprir o estágio curricular obrigatório. Para os cursos do Eixo Saúde são 600 horas a serem cumpridas numa empresa concedente e para os demais eixos tecnológicos, são 300 horas em campo e outras 100 horas desenvolvendo um projeto social.

Conforme Alencar (2015),

O estágio curricular é realizado em diferentes instituições, tanto privadas quanto públicas, oportunizando ao estudante a convivência e a vivência da realidade que constituirá o cenário de sua atuação no futuro como profissional. Os alunos em campo de estágio são assistidos por um professor orientador e supervisionados por um responsável designado diretamente pela instituição concedente. A avaliação do estagiário envolve a apuração de frequência e a análise das competências técnicas, observadas/coletadas nas situações do campo de estágio. (ALENCAR, 2015, p. 44)

De acordo com o autor, é neste momento que o jovem estudante vai vivenciar, em uma empresa pública ou privada, a atuação profissional que desenvolverá futuramente. Neste período, os estudantes recebem uma bolsa estágio que, para o autor, tem a função de apoiar o jovem no cumprimento desta Unidade Curricular (ALENCAR, 2015).

Importante destacar que o componente curricular do Estágio nas EEEPs é obrigatório e regulamentado pelo Decreto de nº 30.933, de 29 de junho de 2012²⁰. Os jovens recebem bolsa-estágio no valor de R\$ 3,88/hora e auxílio transporte para os que necessitam de deslocamento no trajeto escola/estágio/casa, no valor de R\$ 3,20/dia.

Observando os momentos que antecedem o início do estágio curricular, percebemos que os jovens ficam bastante apreensivos com o que os aguarda na empresa concedente. Os professores orientadores, assessorados pela coordenação de estágio da escola, preparam-nos para este momento, organizando os currículos profissionais, agendando as entrevistas e dando as orientações acerca desta primeira etapa do processo.

Como componente curricular obrigatório, o estágio acaba sendo a primeira experiência profissional para a maioria dos jovens alunos, e é quando o espaço da escola passa a ser dividido com o espaço da empresa, os jovens, geralmente, desenvolvem uma pequena confusão no que diz respeito ao ser e fazer-se estudante, ou seja, o estágio e as funções desenvolvidas na empresa passam a ser priorizadas em detrimento da dedicação nos estudos.

Eu decidi que queria o curso com o estágio, é mais o ponto da qualidade do estágio. Eu soube que eu queria fazer engenharia civil porque eu estava estagiando na área: antes de estagiar na área eu só conhecia a parte teórica, que eu odiava. Aquilo ali me incentivou a ir pra Engenharia Civil. (aluno I).

E a experiência final é o estágio, onde você tem que pôr os seus conhecimentos em prática e no meu estágio eu fui muito bem recebida, parecia que eu já era de casa há tempos. A empresa que estagiei nunca tinham recebido pessoas de colégio profissionalizante, mas eles recebiam estagiários de faculdade e aí eles falaram assim: “Não, eu achei essa ideia maravilhosa! Porque vocês tão aprendendo pra ver se realmente é isso que vocês querem pra vida de vocês”. E aí tem essa questão que o colégio profissional ajuda a gente. Já pensou se eu fosse fazer engenharia civil? E depois que eu entrei no colégio, eu falei: “Não, não é isso que eu quero pra mim. Eu gosto da área, mas eu não quero passar minha vida toda” (aluna G).

²⁰De acordo com a **Lei Federal 11.788**, o poder público não tem obrigação de oferecer estágios remunerados aos estudantes das escolas de educação profissional. No entanto, o governo do Ceará, reconhecendo a importância dos estágios para a formação técnica dos alunos, assumiu esse compromisso, tornando o estágio curricular remunerado, conforme estabelece o **Decreto n. 30.933**, de 29 de junho de 2012. Todos os custos que envolvem o processo de estágio são financiados pelo Governo Estadual. Não há ônus financeiro para as empresas e instituições concedentes de estágios. (<https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br>)

É muito útil pois o aluno irá aprender mais, não apenas, as matérias base do ensino médio mas também uma com foco profissional que ajudará ele a decidir seu futuro (Aluno D).

O contato com o mercado de trabalho é essencial para colocar em prática aquilo que aprendeu e para avaliar se realmente é essa a profissão que você quer seguir (Aluna H).

No começo do estágio tem um certo nervosismo, a gente sente aquele cansaço porque a gente vê como é estudar e trabalhar ao mesmo tempo. Então ele deu tipo uma luz pra gente, deu como é a noção, vê como é importante saber dividir os dois tempos. A gente tem que ter foco em estudar e foco em desenvolver nosso estágio (aluno C).

A falsa ilusão de capacitação frente a um mercado muito exigente atualmente (Aluna A).

Podemos perceber, nas falas destacadas acima, que o estágio curricular apresenta significados diferentes para os jovens entrevistados. Os quatro primeiros relatam que, embora tenham concluído o Ensino Médio, seguindo um itinerário formativo fixo, foi durante o estágio que decidiram qual a área profissional que iriam seguir. O Aluno I, que cursou Edificações, decidiu por seguir na área e entrar para o curso de Engenharia Civil, após a experiência adquirida no campo de estágio. Na mesma direção, segue o aluno D, que decidiu por engenharia das telecomunicações. Já as alunas G e H comentam que o estágio mostrou que aquela não era a área que desejavam trabalhar. A primeira optou por ingressar no curso de Nutrição e a segunda Letras/Espanhol, carreiras bem distintas do itinerário formativo profissionalizante trilhado no Ensino Médio.

Segundo Melo (2015),

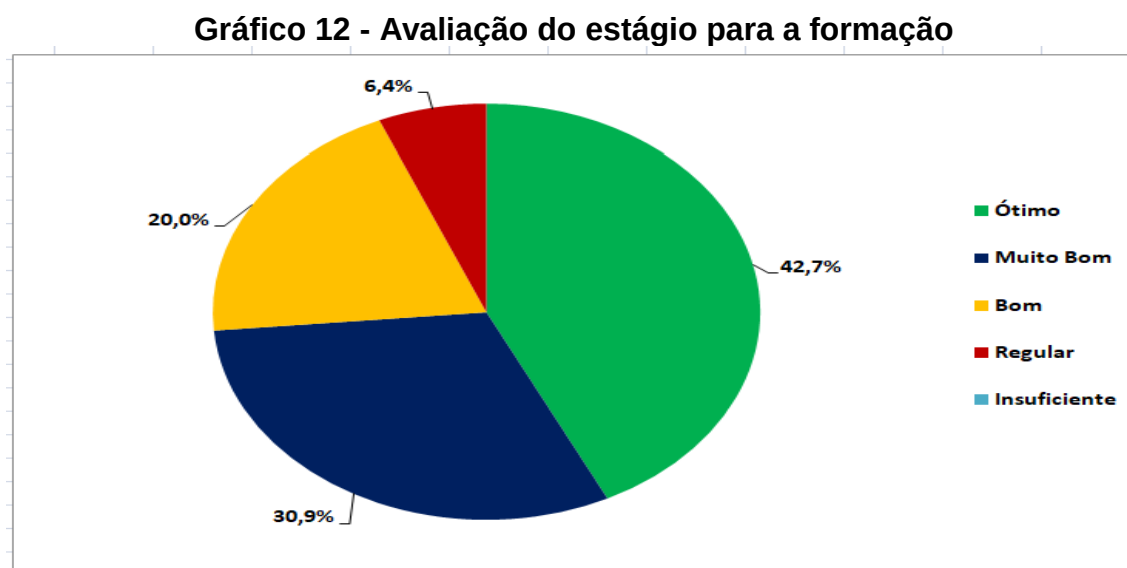
O estágio faz parte do projeto pedagógico de cada curso e integra o itinerário formativo do estudante, desenvolvendo as competências próprias da atividade profissional. Visa promover o desenvolvimento do estudante para a vida cidadã, refletindo na sua atuação profissional. (MELO, 2015, p.51).

Embora o estágio reflita uma pequena experiência profissional, possibilita uma reflexão acerca dos projetos pessoais dos jovens alunos. Na perspectiva da autora, é um contato direto com o universo profissional, no qual o jovem se depara, na prática, com as exigências do mercado de trabalho. É nesse momento de interação que os jovens repensam os seus projetos e encaminham a busca de novos horizontes e oportunidades.

Chama a atenção a fala da aluna A que defende a ideia de que o estágio nada mais é do que uma *falsa ilusão de capacitação*, demonstrando uma certa

compreensão do atual momento do Sistema Capitalista, marcado pela precarização do trabalho e pela função educativa da instituição escolar voltada para uma formação para a empregabilidade ou para o desemprego (FRIGOTTO, 2001), atingindo os jovens se preparam para a vida profissional após a conclusão do Ensino Médio. Neste sentido, é importante deixar claro que as empresas não desembolsam nenhum custo neste processo, transformando o estágio em um serviço do Estado que responde aos desígnios do Capital (MONTEIRO, 2015; NASCIMENTO, 2016; MOREIRA, 2017). Não são raras as vezes que os jovens se referem ao estágio como uma experiência de escravidão e exploração do seu trabalho.

Quando nos reportamos à pesquisa com os demais alunos e alunas da EEEP Presidente Roosevelt, ao serem questionados, ao final do curso, sobre a avaliação que fazem do estágio obrigatório no processo de formação, encontramos os resultados expressos no gráfico abaixo:



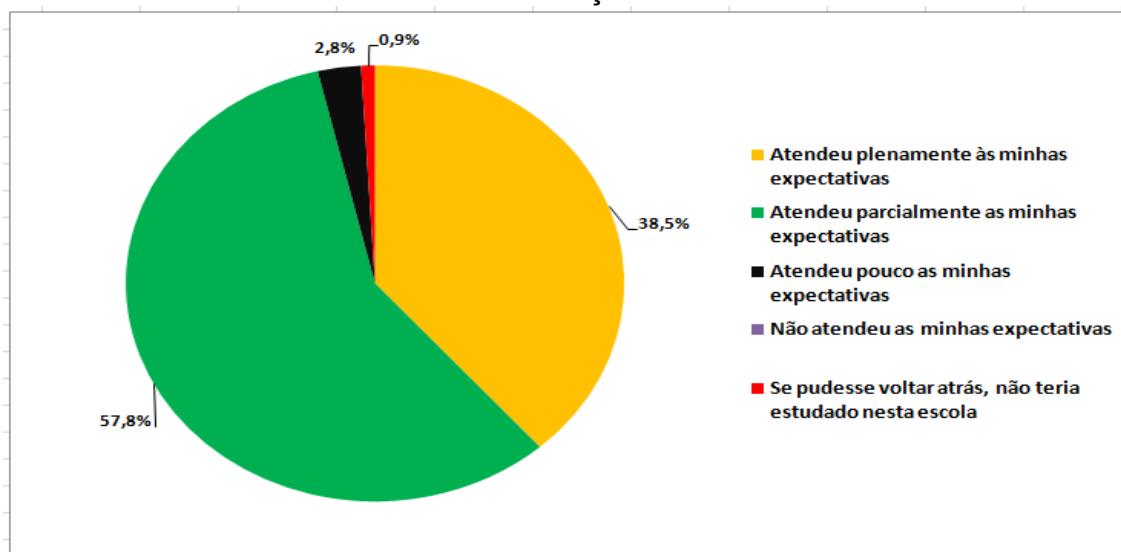
Fonte: Elaborado pelo autor

Observando o gráfico, constatamos que os jovens pesquisados avaliam positivamente o estágio. Numa escala de bom a ótimo, percebemos um percentual de 93,6% de satisfação dos jovens em relação a importância do estágio para a formação técnica na EEEP Presidente Roosevelt. Apenas 6,4% assinalaram que é regular, não tendo muita interferência no que querem seguir após a conclusão do curso.

Esses dados refletem as falas dos jovens entrevistados quando na sua maioria entendem que a experiência no estágio corrobora para a definição do que desejam para suas vidas ao concluir o Ensino Médio e seguir a vida na construção dos seus projetos. Podemos afirmar que esse momento contribui para que os jovens experimentem a profissão através da prática, na interação com o trabalho e, assim, potencializando novas descobertas que os auxiliam nas suas escolhas (DAYRELL; CARRANO, 2014).

Por fim, interessa-nos compreender o que os jovens estudantes pensam das suas expectativas ao entrar na escola e como eles avaliam a sua proposta para as juventudes. Nesse sentido, perguntamos se a proposta educacional da EEEP Presidente Roosevelt atendeu às expectativas dos jovens alunos e alunas no que diz respeito à formação técnica e profissional, científica e cultural.

Gráfico 13 - Nível de satisfação acerca das expectativas sobre o ciclo de formação



Fonte: Elaborado pelo autor

Como podemos observar nos dados do gráfico acima, os jovens pesquisados manifestaram-se bastantes céticos com a formação construída durante os três anos de estudo na EEEP Presidente Roosevelt. Assim, 57,8%, não se sentiram atendidos nas suas expectativas. É importante destacar que, no decorrer da pesquisa, os jovens se mostraram satisfeitos com a qualidade do ensino desenvolvido pela escola, conforme dados analisados anteriormente.

Partimos do pressuposto que as relações estabelecidas no Sistema Capitalista, marcadas pela exploração do capital sobre o trabalho, indicam-nos que a

ideia de Formação Integral, nos moldes pensados por Marx, Engels, Gramsci, dentre outros, não encontra condições materiais nesse modelo de sociedade (MOURA; FILHO; SILVA, 2015). Desta forma, consideramos que as expectativas dos alunos não foram atingidas na medida em que as estruturas sociais e econômicas não possibilitam o pleno desenvolvimento integral do sujeito.

Do total de alunos pesquisados, 38,5% sentiram-se plenamente contemplados nas suas expectativas e 2,8% manifestaram-se pouco satisfeitos nas suas expectativas em relação à escola e a sua proposta de educação integral. Importante registrar que 0,9%, que concluiu o Ensino Médio na EEEP Presidente Roosevelt, declara que, se pudesse, não teria estudado neste modelo de escola.

Observando o cotidiano dos jovens pesquisados, percebemos que entre os estudantes é disseminada ideia de que este modelo de escola é diferenciado em relação às outras escolas públicas, por oferecer uma qualificação técnica. Assim, muitos jovens “apostam em sua formação como porta de entrada privilegiada ao mercado de trabalho, o que não acontece na realidade, sobretudo, nas circunstâncias atuais em que o desemprego assume patamar elevado” (MOREIRA, 2017, p. 119).

Nesta perspectiva, perguntamos qual a compreensão deles a respeito do modelo de escola que integra Ensino Médio à Educação Profissional e, nesta direção, algumas falas são bastante esclarecedoras acerca do que pensam os jovens estudantes:

Bom, enquanto todos alunos de uma escola regular estiver apenas concluído o ensino médio, um aluno de escola integral estará concluindo o ensino médio e também um curso profissionalizante, este é o principal motivo (aluna A).

Alunos de escolas profissionais podem adentrar no mercado de trabalho com um curso técnico em seu currículo, desenvolver um empreendedorismo, pode escolher cursar uma universidade, ou até mesmo os dois ao mesmo tempo. Tendo assim indivíduos "completos" (aluna F).

As escolas de educação profissional preparam os alunos para os 3 grandes caminhos após o ensino médio, concurso público, Enem e vaga no mercado de trabalho (aluna M).

Faz com que os jovens tenham menos tempo livre para ter qualquer envolvimento com o mundo do crime. Além de os ajudarem com um emprego posteriormente a sua conclusão do ensino médio, já que o mesmo tem a oportunidade de sair com uma profissão (aluno J)

É uma ótima oportunidade, principalmente para os alunos cuja as famílias necessitam que comecem a trabalhar cedo, pois é uma opção de terminar os estudos e ter um curso técnico na área profissional, para que depois do ensino médio tenham algo que possa guia-los (Aluno I).

Estudar numa EEEP é bastante cansativo por ter que equilibrar o estudo regular do ensino médio com o ensino técnico. Mas saber lidar com esse ritmo mais pesado ajuda a estar mais preparado para a vida(aluna H).

Nesse sentido, os jovens que ingressam nestas instituições passam a conviver com os saberes científicos e técnicos durante todo um ciclo de formação. Para autores como Monteiro (2015), Nascimento (2016) e Moreira (2017) assim como outros, estas instituições submetem os jovens à lógica do Sistema Capitalista, formando-os para o Mercado.

Contudo, ao analisarmos as falas dos entrevistados, podemos constatar que estas escolas podem representar bem mais. Podem proporcionar uma melhoria das condições de vida nas quais estão inseridos, como, também, uma ideia de segurança acerca do que podem encontrar ao fim do Ensino Médio.

É claro que não negamos as condições conjunturais de crise da atual fase do sistema, mas compreendemos que a Educação não perde a sua característica primeira que é a de possibilitar os caminhos para a conquista da autonomia dos jovens cidadãos que dela dependem, para obter uma boa formação, seja técnica ou científica. Contudo, acreditamos “numa educação que não vise apenas a formar indivíduos para a reprodução direta e imediata desta ordem social, que não os prepare apenas para servirem de mão-de-obra para o capital, mas que sejam trabalhadores e cidadãos”(TONET,2012, p.33).

Embora a maioria dos jovens pesquisados terem declarado que foram parcialmente contemplados nas suas expectativas (figura 19), em se tratando da visão dos jovens acerca da temática da integração entre Ensino Médio e Educação profissional, percebemos nas falas dos estudantes uma visão bem clara acerca da escola e da sua proposta educacional.

Assim, a aluna A destaca a importância do jovem de concluir o Ensino Médio na EEEP, pois passa a ter, também, o ensino profissionalizante. A aluna F, destaca a importância de possuir uma qualificação técnica, que a possibilita entrar mercado de trabalho ou desenvolver uma atividade como autônoma, desenvolvendo o empreendedorismo e ainda cursar uma Universidade. Na mesma direção o aluno

M, comenta que a escola profissional prepara o aluno para o mercado, para a faculdade e, também, para concursos.

Mesmo numa condição de crise endêmica do desemprego estrutural (FRIGOTTO, 2001), os jovens e suas famílias apostam na formação técnica no ensino médio, mesmo estando posto pela sociedade atual que “esse processo não garante ao jovem com Ensino Médio e com cursos de aperfeiçoamento um melhor lugar no mercado de trabalho, mas reforça o discurso da importância da educação escolar”(KRAWCZYK, 2014, p. 80).

Continuando a análise do diálogo com os jovens, observamos a fala do aluno J, que entende que a importância das ETECs se dá pelo fato de preencher o tempo dos jovens durante todo o dia, evitando que estes se envolvam *com o mundo do crime*. Esta observação é importante devido a situação de vulnerabilidade a qual eles estão expostos nos bairros onde moram, na sua grande maioria, situados na periferia de Fortaleza e Caucaia. O aluno I e a aluna H destacam que a formação em nível médio e profissionalizante na ETEC possibilita uma oportunidade de qualificação para aquele jovem que precisa trabalhar cedo, como, também, preparar o jovem para o ritmo intenso e pesado da vida fora da escola.

Percebemos que eles têm visões limitadas da formação integral, pois um grupo valoriza os aspectos da formação técnica e científica que possibilita o ingresso na Universidade, o que parece significar uma verdadeira formação integral; e outro grupo percebe a integração na perspectiva do tempo que é passado na escola que, ao livrar o jovem dos males da delinquência, também, prepara-o para o mercado de trabalho.

A dualidade tão marcante na educação brasileira parece persistir, sendo perceptível na fala dos alunos a função instrumentalizadora da escola para a formação dos filhos dos trabalhadores. Os diversos estudos (MOURA, 2007; PEREIRA e RAMOS, 2006; STOKI e GELBCKE, 2016; RAMOS e CIAVATTA, 2011; KUENZER, 2011; FRIGOTTO; 2001; RAMOS, 2017; dentre outros) que apontam a necessidade da superação da concepção dual na educação brasileira como um caminho para a emancipação da classe trabalhadora parece encontrar um grande entrave, neste momento, com a implantação por decreto da nova Reforma do Ensino Médio.

Com esta reforma, o Ensino Médio passa a ser constituído por aspectos da mesma dualidade tão combatida entre os educadores e caracterizado pela fragmentação na formação já vivenciada em outros momentos da História da Educação em nosso país (RAMOS, 2017). O atual momento político e institucional brasileiro não tem apresentado maiores expectativas quanto à construção de uma Educação Integral para as nossas juventudes. Encerramos este estudo com a seguinte indagação: Se o jovem é o futuro do país, o que esperar deste futuro?

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa ora apresentada permitiu discutir o modelo de Educação Profissional implementada no Estado do Ceará a partir do de 2008, quando o então Governador Cid Ferreira Gomes inaugurou as primeiras 25 Unidades escolares, organizadas em regime de tempo integral.

Importante destacar que o projeto inicial do Governo Cid Gomes previa a implantação de 140 EEPs até o ano de 2014, quando findaria o seu segundo governo, fato que não aconteceu. Mesmo não sendo objeto deste estudo, observamos um recrudescimento na instalação de novas Unidades no governo de Camilo Santana, que entre 2015 e 2019, inaugurou apenas 16 novas EEEPS. Portanto, o número de escolas profissionais no estado do Ceará estaciona em 122 unidades e, neste sentido, não temos encontrado sinais de que este número venha a aumentar nos próximos anos.

Como uma política pública de governo, as EEEPs passaram a representar uma possibilidade educacional diferenciada para parcela considerável das juventudes cearenses, na busca por melhores alternativas às suas condições sócio econômicas, na medida em que ingressavam no Ensino Médio integrado à formação profissional em nível técnico.

Nesse sentido, buscamos como objetivo geral compreender a formação educacional de tempo integral como Política Pública no Estado do Ceará, na perspectiva das juventudes e, a partir da análise dos dados, percebemos que os jovens que estudam na EEEP Presidente Roosevelt percebem este modelo de escola como um espaço de preparação que vai além da formação técnica, ampliando essa formação para o amadurecimento emocional e educando para a cidadania (GADOTI, 2009).

Assim, a pesquisa foi desenvolvida a partir dos olhares e percepções dos jovens que concluíram o Ensino Médio na EEEP Presidente Roosevelt no ano de 2018. Nesse ano, a escola possuía 119 jovens matriculados nos cursos de Redes de Computadores, de Estética e de Edificações, dos quais 110 aceitaram participar da pesquisa e, dentre estes, 12 concederam entrevista semiestruturada.

Para melhor compreensão da política de educação profissional no estado do Ceará, dialogamos com estes jovens, orientados por quatro objetivos específicos.

Primeiramente, entendemos ser importante compreender a Educação Profissional como política pública para as juventudes, sua implantação no Estado do Ceará e os sentidos deste modelo de escola para as juventudes na EEEP pesquisada.

Posteriormente, dialogando com estes jovens, procuramos compreender a se a experiência de formação numa EEEP possibilita aos jovens a construção dos seus projetos de vida, na perspectiva das suas expectativas ao ingressar no Ensino Médio na Unidade Escolar pesquisada, e detectamos que uma parcela considerável dos jovens que participaram da pesquisa entendem que a escola possibilitou uma formação de qualidade, mesmo que saibamos que esta constatação não, necessariamente, indique que todos os jovens entrem no mercado de trabalho ou no Ensino Superior.

Compreendemos que foi grande o desafio de discutir com estes jovens as suas expectativas, impressões acerca deste modelo de escola e as suas representações do ponto de vista social, tomando a formação dos filhos dos trabalhadores não apenas como a reprodução do sistema de exploração, mas como uma possibilidade de qualificar a educação desta camada social, há séculos, explorada e subjugada nesta sociedade Capitalista.

Percebemos que os jovens estudantes da EEEP pesquisada, buscam uma oportunidade de profissionalização, inserção no mercado de trabalho e, se possível, dar continuidade aos estudos, ingressando no Ensino Superior, o que nos faz compreender a importância dada à escola por esta categoria, em uma perspectiva de concebê-la como um passaporte para a melhoria das suas condições de vida.

Importante destacar, nesse sentido, que o fato de encontrarmos uma parcela considerável de pais com nível de escolarização média e alguns, com nível superior, possibilita à escola um trabalho mais sistematizado, envolvendo as expectativas dos pais na formação dos filhos.

Contudo, o estudo nos mostra que a escola acaba sendo submetida à lógica do sistema capitalista, seja pela tendência do Estado em direcionar a formação dos jovens na Educação Profissional para o mercado de trabalho ou para o Ensino Superior, seja na expectativa expressa pelos jovens ao iniciar o ciclo de formação na EEEP.

Assim, as experiências dos quais estes jovens passam durante o Ensino Médio, na EEEP Presidente Roosevelt, leva-os ao encontro dos desafios impostos pela sociedade, e, a partir do processo formativo, veem-se diante de um universo econômico de crise política, institucional e econômica.

Atualmente, vivemos tempos obscuros e incertos quanto à formação dos jovens filhos dos trabalhadores. Com a aprovação do Novo Ensino Médio e sua implantação em curso, a educação no país parece estar sendo concebida aos moldes burgueses, oferecendo à classe trabalhadora uma formação fragmentada e incompleta, sob a égide do discurso da modernidade e da integração à sociedade global (RAMOS, 2017), situação em que, a nosso ver, tende a aumentar a exclusão e a pobreza, que já apresentam, historicamente, índices alarmantes em nosso país.

Lutar por uma escola pública de qualidade deveria ser a bandeira de todos os que comandam a nação. Contudo o que vemos é o crescimento de um projeto de sociedade cada vez mais excludente e segregador.

Nesta perspectiva, apresentamo-nos bastante pessimistas quanto ao futuro das novas gerações envolvidas em projetos de poder que não leva em consideração a formação do ser completo, e sim fragmentado e submetido a um modelo de trabalho precarizado que não possibilita a verdadeira autonomia do sujeitos.

Os jovens pesquisados, porém, tem a percepção de que ao estudarem neste modelo de escola acabam concluindo um Ensino Médio de melhor qualidade em relação aos jovens que estudam nas escolas públicas regulares, demonstrando que, apesar da lógica de exploração do sistema, a EEEP Presidente Roosevelt proporciona o desenvolvimento de um pensamento crítico, contribuindo para que os jovens consigam sistematizar os seus projetos de vida, ainda em construção após a conclusão do Ensino Médio.

Esses jovens compreendem a sua formação para além da técnica, gerando um vínculo com a proposta institucional, com os membros da comunidade docente e com os colegas numa perspectiva de empreender a concepção de uma sociedade diversa e permeada de desafios aos jovens recém-egressos da Educação Básica.

Educar para o trabalho é educar para a vida; é possibilitar a uma parcela de jovens a construção de um pensamento reflexivo, para que compreendam a

complexidade do sistema capitalista, do qual estamos inseridos, buscando alternativas de vida que se apresentam para além da vida produtiva.

Contudo, o que pensar da formação dos jovens e das juventudes neste contexto de incertezas quanto ao futuro da educação no país? Em meio às falas apresentadas pelo atual governo, em que a tônica do discurso é de cortes no orçamento da Educação Básica, de desestruturação das Universidades e Institutos Federais, de diminuição do aparelho estatal, de reforma da previdência, de reforma trabalhista, enfim, de subjugação do Estado Brasileiro à lógica perversa do Sistema de exploração Capitalista, mantemo-nos apreensivos e pessimistas quanto à formação que será oferecida ao jovens que chegarão ao Ensino Médio nos anos vindouros.

Esperamos, ao final deste estudo, ter contribuído de maneira assertiva para a ampliação da discussão acerca da importância das Políticas Públicas para as juventudes no Brasil e no nosso Estado, bem como contribuir para uma maior compreensão acerca da função social e econômica das Escolas Estaduais de Educação Profissional no Ceará, na perspectiva das juventudes, dentro deste contexto de crise de sistema capitalista, que gera incertezas e escassez de trabalho e que afeta diretamente as juventudes que buscam o seu espaço social.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

ABRAMOVAY, Míriam e CASTRO, Mary Gracia. Ser jovem no Brasil hoje: políticas e perfis da juventude brasileira. In: **Juventudes no Brasil**. São Paulo: Cadernos Adenauer, 2015. Disponível em: <<http://flacso.org.br/?publication=ser-jovem-no-brasil-hoje-politicas-e-perfis-da-juventude-brasileira>>. Acesso em: 30 jan.2018.

ALENCAR, Antônio Idilvan lima. e LIMA, Vagna Brito de. O Ensino Médio entre consensos e dissensos nas Políticas Educacionais: um olhar sobre a educação cearense. In: **Educação em pauta: uma agenda para o país**. Brasília: Athalaia, 2018.

_____. **A política de educação Profissional do Ceará na perspectiva da responsabilidade social**.2015. 110f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015. Disponível em: <<http://www.mestrado.caedufjf.net/a-politica-de-educacao-profissional-doestado-do-ceara-na-perspectiva-da-responsabilidade-social/>>. Acesso em: 13 abr.2018.

ARAÚJO, Adilson Cesar; SILVA, Cláudio Nei Nascimento da. Ensino Médio Integrado: uma formação humana para uma sociedade humana. In: **Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília: Ed.IFB, 2017.

AZEVEDO, José Clóvis de. Política educacional e politécnica: a experiência do Rio Grande do Sul.In: **Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília: Ed.IFB, 2017.

BARBOSA, Regina Marcia; ALOFORADO, Joaquim Luís Medeiros. Possibilidades e expectativas sobre a educação profissional: uma aproximação entre realidades observadas no Brasil e em Portugal. **Crítica e Educativa**, Sorocaba, v.3,n.3, p.245-262, 2017. Disponível em: <<http://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/278>>. Acesso em: 21 fev.2019.

BEZERRA, Fábio Aparecido Martins. Institutos Federais: inovação, contradições e ameaças em sua curta trajetória. In: **Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília: Ed.IFB, 2017.

BERNARDIM, Márcio Luiz. Ensino médio e educação profissional: quem são e que sentido dão à escola os alunos da oferta noturna. In: **Juventude e ensino médio: sentidos e significados da experiência escolar**. Curitiba : UFPR/Setor de Educação, 2016.

BRASIL. Ministério Da Educação. **Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio - Documento**

Base 2007. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>. Acesso em: 22 maio 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Ensino Médio Inovador-Documento Orientador.** Brasília: MEC/SEF, 2016. Disponível em: <portal.mec.gov.br/docman/novembro-2016-pdf/50311-documento-orientador.../file>. Acesso em: 22 maio 2017.

_____. Lei 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez.1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 22 maio 2017.

_____. **Competências, conhecimentos e valores na concepção curricular do novo ensino médio.** Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/competencias.pdf>. Acesso em: 22 maio 2017.

_____. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Profissional de nível técnico.** Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <portal.mec.gov.br/component/docman/?task=doc_download&gid=11663>. Acesso em 22 maio 2017.

_____. Decreto 2.208/1997. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1997. Disponível em portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em 22 de mai. de 2017.

_____. Decreto Nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a. 41 da Lei nº 9.394. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 jul. 2004. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 22 maio 2017.

_____. **Subsídios para o processo de discussão da proposta de anteprojeto de lei da educação profissional e tecnológica.** Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/subs_02fev05.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2017.

_____. Constituição Dos Estados Unidos Do Brasil de 10 de novembro de 1937. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 nov. 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 18 jul. 2017.

CEARÁ. **Plano integrado de educação profissional e tecnológica do Estado do Ceará.** Brasília: ESMEC, 2017. Disponível em: <http://esmec.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2010/09/pi_educacao_profissional.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2017.

_____. Lei Nº 14.273, De 19 De Dezembro De 2008. Dispõe sobre a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP, no âmbito da Secretaria da Educação, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, CE, 2008. série 2, Ano 11, n.245, p.23.

_____. Secretaria da Educação. **Relatório de Gestão**: o pensar e o fazer da educação profissional no Ceará 2008-2014. Fortaleza: SEDUC-CE, 2014. Disponível em: <
http://www.educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/images/relatorio_de_gestao_2008_2014/re_latorio_de_gestao_2008_a_2014.pdf>. Acesso em: 12 maio 2018.

_____. Portaria nº1305 de 20 de novembro de 2018. Dispõe do processo de matrículas na rede estadual de ensino para o ano letivo de 2019. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, 2018, série 3, ano 10, n.216.

ClAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-40, jan./jun. 2011. Disponível em:
 <http://www.cncte.org.br/images/stories/retratos_da_escola/retratos_da_escola_08_2011.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2018.

CORROCHANO. Maria Carla. Jovens no Ensino Médio: qual o lugar do trabalho? In: DAYRELL, Juarez ; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares. **Juventude e ensino médio**: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte : EdUFMG, 2014.

CORTI, Ana Paula. Ser aluno: um olhar sobre a construção social deste ofício. In: DAYRELL, Juarez ; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares. **Juventude e ensino médio** : sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte : EdUFMG, 2014.

DAYRELL, Juarez ; CARRANO, Paulo. Juventude e Ensino Médio: quem é este aluno que chega à escola. In: DAYRELL, Juarez ; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares. **Juventude e ensino médio**: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: EdUFMG, 2014.

_____. O jovem como sujeito social. In: **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007.

_____. **Juventudes contemporâneas**: um mosaico de possibilidades. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011.

DIÓGENES, Glória Maria dos Santos. **Cartografias da cultura e da violência**: gangues, galeras e o movimento hip hop. 1998. 143 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Centro de Humanidades. Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 1998. Disponível em:
 <http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/4060/1/1998_Tese_GMSDiogenes.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2019.

DOUTOR, Catarina. Um olhar sociológico sobre os conceitos de juventude e de práticas culturais: perspectivas e reflexões. **Última década**, Santiago, v. 24, n. 45, p. 159-174, dez. 2016 . Disponível em:

<https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S071822362016000200009&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 10 out.2018.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. A política de Educação Profissional no Governo Lula :um percurso histórico controvertido. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n.12, p. 1087-1113, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000300017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 ago.2018.

_____. **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

_____. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71-87, jan. 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

_____, CIAVATTA, M.; RAMOS, M. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. In: COSTA, H.; CONCEIÇÃO, M. **Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional**. São Paulo: CUT, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Educação Integral no Brasil: inovações em processo**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. É imprescindível educar integralmente. **Cadernos Cenpec, Nova série**, v. 1, n. 2, p.33-37, ago. 2006. Disponível em: <<http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/168>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

GUIMARÃES, Iza Manuella Aires Cotrim. KING, Janylle Rebouças Ouverney . Por dentro do sistema educacional finlandês: elementos para se repensar o Ensino Médio Integrado no Brasil. In: **Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília: Ed. IFB, 2017.

GRABOWSKI, Gabriel; KUENZER, Acácia Zeneida. A produção do conhecimento no campo da Educação profissional no Regime de Acumulação Flexível. **HOLOS**, v. 6, p. 22-32, out. 2016. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4983>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

GROPPO, Luís Antonio. Juventudes e políticas públicas: comentários sobre as concepções sociológicas de juventude. **Desidades**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 9-17, mar. 2017 . Disponível

em:<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-92822017000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 out. 2018.

_____. Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis. **Em Tese**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p.22-28, jan./jul., 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/issue/view/2289>>. Acesso em: 18 out.2018.

_____. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista Brasileira de Educação**, v.7, n.24, p.22-28, set./dez., 2003. Disponível em: <<https://www.redemetodista.edu.br/revistas/revistascogeime/index.php/COGEIME/article/view/629>>. Acesso em: 19 jan. 2019.

_____. Condição juvenil e modelos contemporâneos de análise sociológica das juventudes. **Última década**, Santiago, v. 18, n. 33, p. 11-26, dez. 2010. Disponível em:<https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S07182236201000020002&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 10 fev.2019.

_____. Sentidos de juventude na Sociologia e nas políticas Públicas do Brasil contemporâneo. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 20, n 1, p. 383-402, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5062>>. Acesso em: 20 mar.2019.

GROSBAUM, Marta Wolak; FALSARELLA, Ana Maria. Condição jovem: juventude e ensino médio no Brasil. **Cadernos Cenpec - Nova série**, v. 6, n. 2, p.10-22, jun. 2017. Disponível em: <<http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/368>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Senso 2010**.Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=12>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Censo Escolar**. Brasília:INEP, 2010. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

_____. **Censo Escolar**.Brasília:INEP,2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

_____. **Censo Escolar**.Brasília:INEP,2012. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

_____. **Censo Escolar**.Brasília:INEP, 2013. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

_____. **Censo Escolar**.Brasília:INEP, 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

_____. **Censo Escolar**. Brasília:INEP, 2015. Disponível em:
<<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

_____. **Censo Escolar**. Brasília:INEP, 2016. Disponível em:
<<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

_____. **Censo Escolar**. Brasília:INEP, 2017. Disponível em:
<<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

_____. **Censo Escolar**. Brasília:INEP, 2018. Disponível em:
<<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

KUENZER, Acácia Zeneida. O Ensino Médio agora é para a vida. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.21, n.70, p.15-39, 2000.

_____. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. **Educ. Soc.**, v.27, n.96, p.877-910, 2006. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000300012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 jun. 2018.

_____. GRABOWSKI, Gabriel. Educação Profissional: desafios para a construção de um projeto para os que vivem do trabalho. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 297-318, abr. 2006. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10762>>. Acesso em: 04 set. 2018.

KRAWCZYK, Nora. Uma roda de conversa sobre os desafios do Ensino Médio. In: DAYRELL, Juarez ; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares. **Juventude e ensino médio**: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: EdUFMG, 2014.

LEAO, Geraldo; DAYRELL, Juarez Tarcísio; REIS, Juliana Batista dos. Jovens olhares sobre a escola do ensino médio. **Cad. CEDES**, Campinas , v. 31, n. 84, p. 253-273, ago. 2011 . Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132622011000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 fev. 2019.

_____. Juventude, projetos de vida e ensino médio. **Educ. Soc.**, Campinas , v.32, n. 117, p. 1067-1084, dez. 2011 .Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302011000400010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 mar. 2019.

LIMA, Ana Léa Bastos. **Escolas estaduais de educação profissional**: a experiência de ensino médio integrado à educação profissional no Ceará a partir de 2008. 2014. 156 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Faculdade de Educação. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014. Disponível em:

<<http://www.mestrado.caedufjf.net/escolasestaduais-de-educacao-profissional-a-experiencia-de-ensino-mediointegrado-a-educacao-profissional-no-ceara-a-partir-de-2008/>>. Acesso em: 16 maio 2018.

LINHARES, Naedja Pinheiro Rodrigues. **Escolas estaduais de educação profissional do Ceará**: uma reflexão sobre o modelo de gestão de tecnologia empresarial socioeducacional. 2015. 119f. Dissertação (Mestrado Profissional em em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1379>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

MANACORDA, Mario A. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas: Alínea, 2007.

_____. **O princípio educativo em Gramsci**: americanismo e Conformismo. São Paulo: Alínea, 2008.

MELO, Maria Alves de. **A proposta pedagógica das escolas estaduais de educação profissional do estado do Ceará**. 2014. 126f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Faculdade de Educação. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014. Disponível em: <<http://www.mestrado.caedufjf.net/a-proposta-pedagogica-das-escolasestaduais-de-educacao-profissional-do-estado-do-ceara/>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MONTEIRO, Raquel Araújo. **Escolas estaduais de educação profissional do Ceará e a tecnologia empresarial socioeducacional**: a transposição da lógica empresarial para a escola pública. 2015. 176f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/13039>>. Acesso em: 21 fev. 2019.

MOREIRA, Damares de Oliveira. **Pedagogia das competências e escolas estaduais de educação profissional do Ceará**: formando para o mercado. 124f. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/24659>>. Acesso em: 21 fev. 2019.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e Educação Profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **HOLOS**, v. 2, n.6, p. 4-30, mar. 2007. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>>. Acesso em: 16 ago.2018.

_____. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educação e Pesquisa**, v.6, n.39, p. 22-27, jul. 2013. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=29827632012>>. Acesso em: 16 jan.2019.

_____; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro. Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da

educação brasileira. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 63, p. 1057-1080, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782015000401057&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 jun. 2019.

_____. **Educação profissional: desafios teórico-metodológicos e políticas públicas.** Natal : IFRN, 2016.

NASCIMENTO, Ana Carolina Veras do. **Ensino médio integrado à educação profissional (2008-20014): crítica à concepção empresarial em escolas de Educação profissional Cearense.** 2016. 156f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

_____. MOURA, Dante Henrique. DAMASCENA, Edilza Alves. Ideologia Empresarial nas Escolas Estaduais Educação Profissional cearenses. In: **Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios.** Brasília: Ed. IFB, 2017.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. SBARDELOTTO, Denise Kloeckner. A escola unitária: Educação e trabalho em Gramsci. **Revista HISTEDBR**, Campinas, v.21, n.30, p.275-291, jun.2008. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/30/art17_30.pdf>. Disponível em: 17 jan. 2018.

PEREIRA, I.B.; RAMOS, M.N. **Educação profissional em saúde.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

PORTO, Walter Costa. **1937.** 3. ed. Brasília : Senado Federal, 2012. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137571/Constituicoes_Brasileiras_v4_1937.pdf>. Acesso em: 23 maio 2019.

RAMOS, M. N.; CIAVATTA, Maria. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Retratos da Escola**, v. 5, n.4, p. 27-41, 2011. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/45/42>>. Acesso em: 20 jan.2019.

_____. Educação tecnológica como política de estado. In: **Jovens, ensino médio e educação profissional: políticas públicas em Debate.** Campinas: Papirus, 2012.

_____. Ensino Médio Integrado: lutas históricas em tempos de regressão. In: **Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios.** Brasília: Ed. IFB, 2017.

SANTOS, Deribaldo; MENDES, José Ernandi; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. Educação profissional: crítica à implantação do projeto ensino médio integrado do Ceará. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v.25, n.3, p. 189-205, set-dez.2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/issue/view/447>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

_____. **Educação e precarização profissionalizante: crítica à integração da escola com o mercado.** São Paulo: Instituto Lukács, 2017.

SILVA, Mônica Ribeiro da; PELISSARI, Lucas Barbosa ; STEIMBACH, Allan Andrei. Juventude, escola e trabalho: permanência e abandono na educação profissional técnica de nível médio. **Educ. Pesqui.**, v.39, n.2, p.403-417, nov. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022013000200008&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 27 dez.2017.

SILVA, Roselani Sodré da; SILVA, Vini Rabassa da. Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. **Cad. CRH**, Salvador , v. 24, n. 63, p. 663-678, dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 ago. 2018.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo - 1964-1985.** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, v.12, n.24, p.16-39, 2003.Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03>>. Acesso em: 30 jan.2018.

_____. Estudos sobre juventude em educação. **Revista Brasileira de Educação**, v.6, n.5, p.34-42, dez.1997. Disponível em: <https://www.feis.unesp.br/Home/DSAA/DSAA/ProjetoGQTSCM/documentos/educacao/educa%e7%e3o%20e%20juventudeMARILIA_PONTES_SPOSITO.pdf>. Acesso em: 23 jan.2019.

STOKI. Patricia. GELBCKE, Vanessa Raianna. Juventudes e escola: os distanciamentos e as aproximações entre os jovens e o Ensino Médio. In: SILVA, Monica Ribeiro da; OLIVEIRA, Rosangela Gonçalves. **Juventude e ensino médio: sentidos e significados da experiência escolar.** Curitiba: EdUFPR, 2016.

STRYHALSKI, Patrícia Murata. GESSER, Ver nica. FISCHER, Gabriela Maia. Trabalho e empregabilidade na Educação profissional: reflexões a partir do materialismo Histórico. **Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau, v. 11, n.1, p. 23-40, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/4362>>. Acesso em: 20 jun.2019.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital.** 2.ed.São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

URBANA, Legião. **Tempo Perdido.**  lbum: Dois. Abril coleções, 1986.

WELLER, Wiviam. Jovens no Ensino Médio: Projetos de vida e perspectivas de futuro. In: DAYRELL, Juarez ; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares. **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo.** Belo Horizonte: EdUFMG, 2014.

VIEIRA, Sofia Lecher. VIDAL, Eloísa Maia. Organização e políticas de ensino médio no Ceará. In: **Políticas de ensino médio no Ceará: escola, juventude e território.** Fortaleza : EdCEnPEC, 2016.

____ VIEIRA, Sofia Lecher. VIDAL, Eloísa Maia. Ensino médio no Ceará: igualdade versus qualidade na implementação do direito à educação. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, v.6, n.2, p.106-130, jul./dez. 2016. Disponível em: <<http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/issue/view/21>>. Visualizado em: 18/08/2108.

ZIBAS, Dagmar M. L. A reforma do ensino médio no Ceará e suas contradições. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 35, n. 124, p. 171-199, Apr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742005000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 set. 2018.

ANEXOS

ANEXO A– Questionário aplicado aos estudantes

QUESTIONÁRIO A SER APLICADO AOS JOVENS

OBSERVAÇÃO: Marque apenas uma única opção; nas questões 13 e 20 assinale de acordo com o que se pede.

1. Nome:

2. Idade:

3. Sexo:

a) Masculino

b) Feminino

c) Outro: _____

4. Curso:

a) Edificações

b) Estética

c) Redes de Computadores

5. Rede Educacional de Origem

a) Sistema Público Municipal

Escola: _____

Município: _____

b) Público Estadual

Escola: _____

Município: _____

c) Privada

Escola: _____

Município: _____

d) outra

Escola: _____

Município: _____

6. Qual a formação e profissão dos Pais, atuam na área que são formados?

Mãe:

Formação: _____

Profissão: _____

Atua na área de formação SIM () NÃO ()

Pai:

Formação: _____

Profissão: _____

Atua na área de formação SIM () NÃO ()

7. Qual a sua motivação para ingressar numa Escola de Educação Profissional?

a) Ouviu falar da escola por um amigo/parente e se interessou;

b) A possibilidade de ter uma profissão;

c) A possibilidade de entrar na Universidade;

d) Por vontade dos pais

e) Por iniciativa própria

f) Outro(a): _____

8. Quanto a escolha do seu curso, como se processou?

a) Por me identificar com a proposta do curso;

b) Meus pais escolheram;

c) Por ouvir opinião de amigos;

d) Por ser menos concorrido;

e) Outro(s)

9. O que você procurava ao ingressar nesta Escola de Educação Profissional em tempo integral?

a) Apenas concluir o Ensino Médio

b) Concluir o Ensino Médio e conseguir um emprego;

c) Concluir o Ensino Médio e ingressar na Universidade;

d) Concluir o Ensino Médio, ingressar na Universidade e conseguir um emprego;

e) Outro(s)

10. Para você, qual a importância das Escolas de Educação Profissional para a juventude cearense?

- a) Contribui para a formação geral e profissional dos jovens;
 - b) Possibilita ao jovem aos jovens a oportunidade de uma formação profissional;
 - c) Contribui para a formação atuante do jovem em sociedade;
 - d) Matem o jovem ocupado, encerrando o seu ciclo de formação;
 - e) Não cumpre com a função educacional dos jovens;
 - f) outro(s)
-
-
-

11. O que representa para as juventudes este modelo de Educação?

- a) Uma oportunidade de estudar em uma escola pública de qualidade;
 - b) A formação de identidades juvenis mais atenta aos direitos e deveres do cidadão
 - c) Uma grande oportunidade de vencer na vida;
 - d) Nada além de conclusão do Ensino Médio
 - e) outro(s):
-
-
-

12. Ainda sobre o ser jovem, qual a contribuição deste modelo de Educação para as juventudes do Ceará?

- a) Possibilita uma formação integral e técnica
 - b) Contribui para que o jovem construa o seu projeto de vida
 - c) Contribui para a formação ampla para o enfrentamento dos desafios da vida;
 - d) Tem como premissa básica o controle e o disciplinamento do jovem
 - e) Não agrega nenhum valor a formação dos jovens
 - f) Outros:
-
-
-

13. Dentre os aspectos elencados abaixo, conceitue de acordo com o número correspondente: 1- ótimo 2- muito bom 3- bom 4- regular 5- insuficiente

- a) Rotina diária de nove aulas ()

- b) Alimentação oferecida na escola ()
- c) Integração entre as juventudes na escola ()
- d) Relacionamento com professores ()
- e) Relacionamento com a Gestão ()
- f) Clareza nas regras escolares ()
- g) Clima escolar propício à aprendizagem ()
- h) Atividades propostas pelos professores ()
- i) Sistema de avaliação da escola ()
- j) Limpeza do ambiente escolar ()

14. Como você avalia este modelo de educação para os jovens do Ceará?

- a) Excelente
- b) Ótimo
- c) Bom
- d) Regular
- e) Insuficiente

15. Sobre a proposta pedagógica (forma de ensino) da escola, qual a sua opinião?

- a) É interessante e incentivadora
- b) É desafiadora e construtiva
- c) É estimulante e participativa
- d) É desafiadora e pouco interessante
- e) É desmotivadora e sem sentido
- f) outra (s)

16. Acerca da participação dos jovens estudantes nas tomadas de decisão na escola, a EEEP:

- a) Possibilita uma formação crítica e participativa
- b) Faz consultas sobre assuntos de interesse dos jovens
- c) Em poucos momentos os estudantes são consultados
- d) Tudo acontece de acordo com a direção da escola
- e) Não existem momentos de escuta aos estudantes
- f) outro(s)

17. Estudar numa EEEP, foi diferencial na sua formação e respondeu as suas expectativa e da sua família?

- a) Possibilitou uma educação pública de qualidade e me abriu novos horizontes
- b) Foi fundamental à minha formação e respondeu a todas as expectativas
- c) Foi essencial para a minha formação
- d) Foi bom, mas não acrescentou muito a minha vida
- e) Não acrescentou em nada na minha formação
- f) outro(s)

18. Em algum momento você pensou em desistir de estudar na EEEP?

() Sim

() Não

Por que:

19. Quanto à formação, você percebe que a experiência de estudar em uma EEEP, faz o jovem crescer nos aspectos sociais, profissionais e cognitivos?

- a) Percebo uma preocupação da escola em formar para o mercado e para a Universidade
- b) Percebo que a escola se preocupa apenas em formar para o mercado de trabalho
- c) Percebo que a preocupação maior da escola é formar o cidadão para a vida
- d) Percebo que a escola não se preocupa com os interesses dos jovens estudantes
- e) Outro(s)

20. Quanto aos ambientes pedagógicos da escola citados abaixo, conceitue de acordo com o número correspondente no que diz respeito a estrutura, atendimento e/ou qualidade: 1- ótimo 2- muito bom 3- bom 4- regular 5- insuficiente

- a) Centro de Multimeios ()
- b) Laboratório de Informática ()
- c) Laboratório de Ciências ()

- d) Laboratórios técnicos ()
- e) Quadra ()
- f) Auditório ()
- g) Salas de Aula ()

21. A proposta educacional da EEEP atendeu as suas expectativas de formação técnica, científica e cultural?

- a) Atendeu plenamente às minhas expectativas
- b) Atendeu parcialmente as minhas expectativas
- c) Atendeu pouco as minhas expectativas
- d) Não atendeu as minhas expectativas
- e) Se pudesse voltar atrás não teria estudado nesta escola

22. Ainda sobre o circuito de formação, qual o aspecto você considera mais fortalecido na proposta da escola:

- a) Incentivo à pesquisa e a busca do conhecimento
- b) Preocupação com a formação ética e cidadã do estudante
- c) Busca pela qualidade no processo de formação
- d) Formação básica para o mercado de trabalho
- e) Não há organização no sistema formativo

23. A educação oferecida na EEEP, atende aos anseios das juventudes que busca neste modelo de escola? Classifique

- a) Ótimo
- b) Muito bom
- c) Bom
- d) Regular
- e) Insuficiente

24. Quanto ao estágio curricular obrigatório, qual a sua avaliação do ponto de vista da sua formação?

- a) Ótimo
- b) Muito bom
- c) Bom
- d) Regular
- e) Insuficiente

25. Quanto ao Exame Nacional do Ensino Médio, qual a sua avaliação em relação a preparação feita na escola para esta avaliação?

- a) Ótimo
- b) Muito bom
- c) Bom
- d) Regular
- e) Insuficiente

26. Tomando como base a matriz curricular do seu curso, qual a(s) disciplina(s) que você mais se identificou?

- a) opção 1 _____

b) opção 2 _____

c) opção 3 _____

27. O que falta na escola para que tenha uma educação que atenda aos anseios das juventudes?

28. O que a Escola possui que contempla os anseios educacionais das juventudes?

Agradeço a participação!

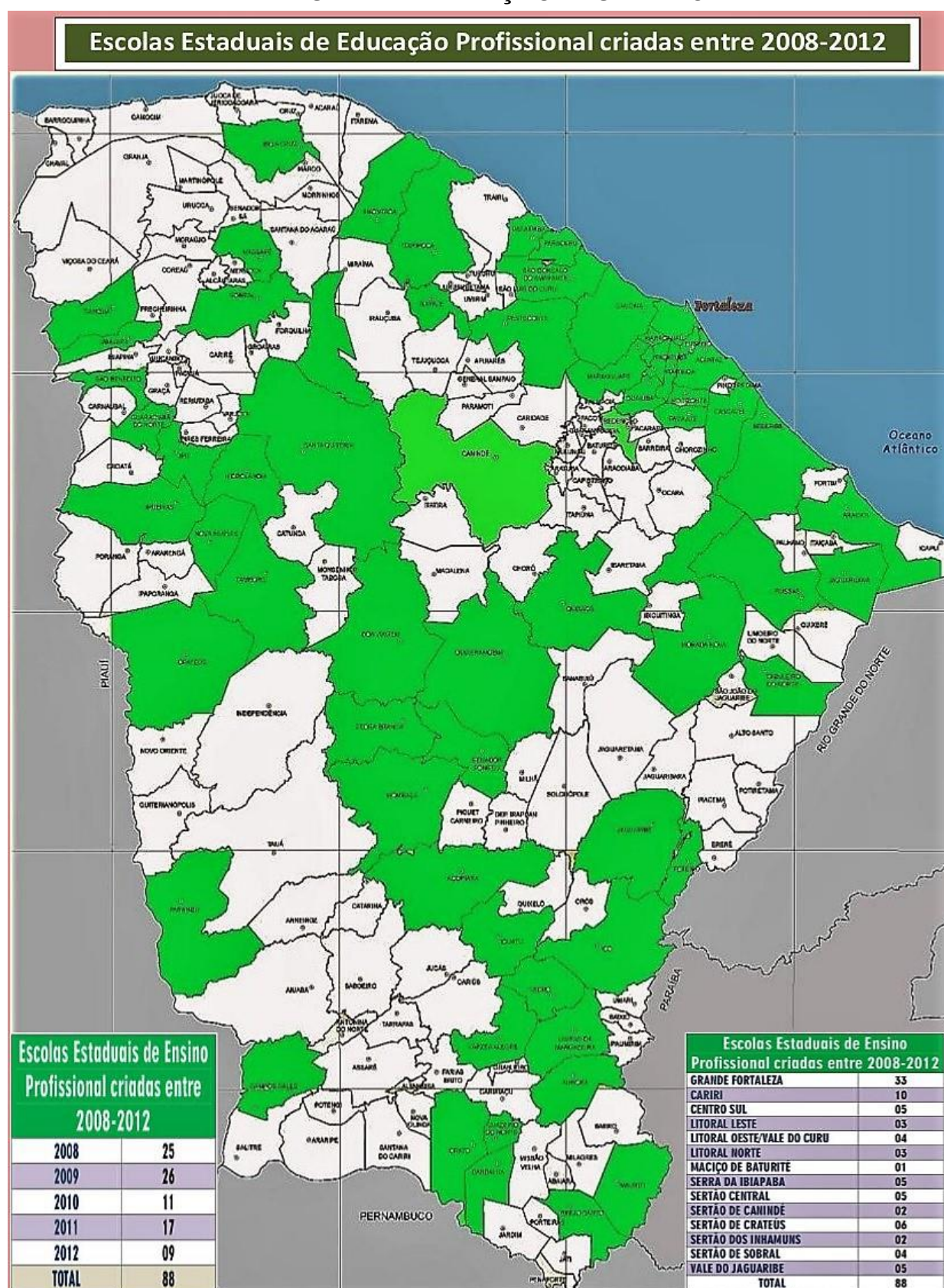
ANEXO B - Entrevistas

ENTREVISTA

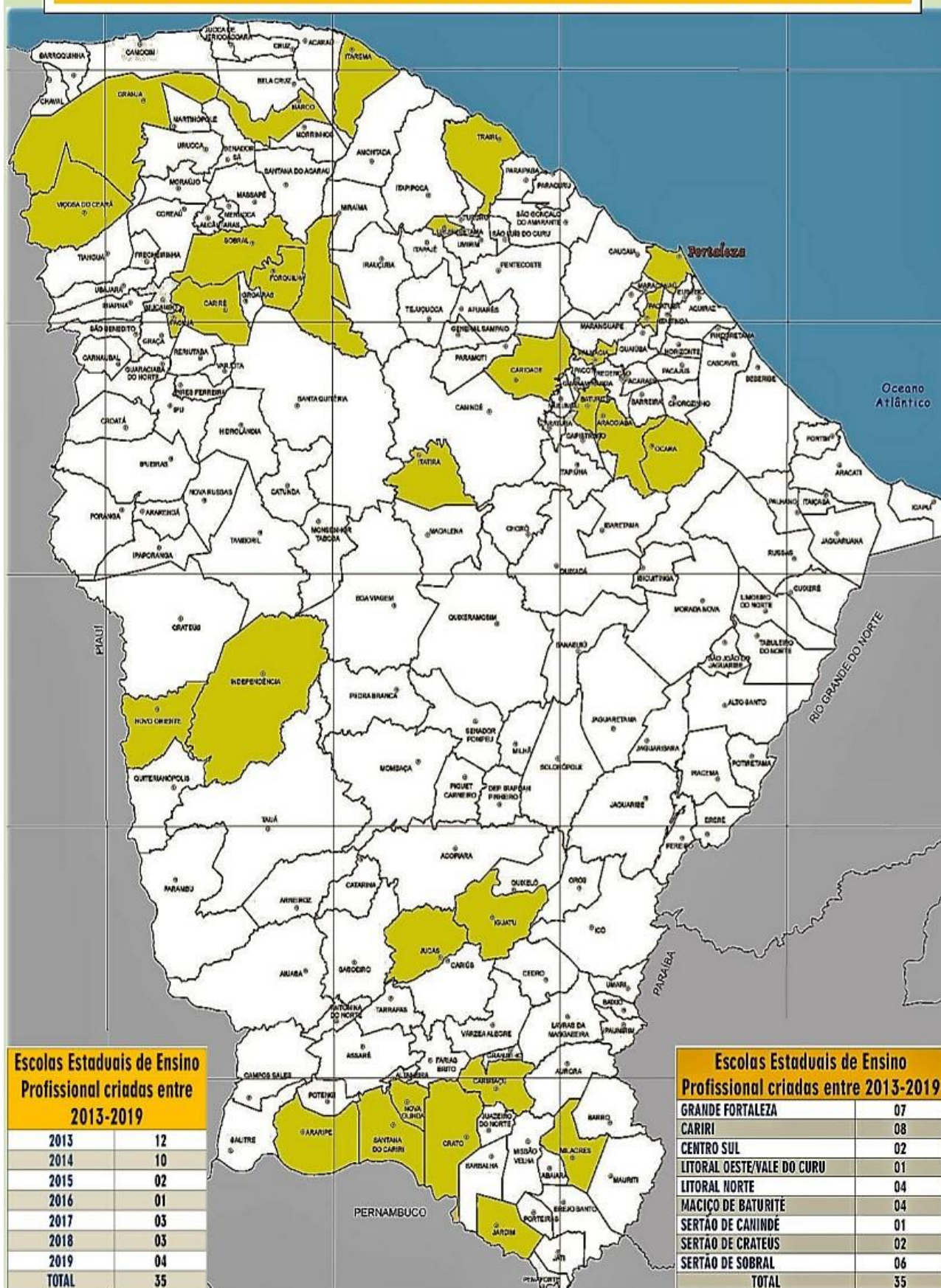
01. Fale sobre a sua experiência de estudar numa EEEP:
02. Na sua opinião, como a proposta da EEEP contribui para a formação dos jovens que nela estudam?
03. Pensando no mercado de trabalho e no ingresso ao Ensino Superior, como você percebe a proposta da EEEP?
04. Em quais aspectos estudar na EEEP Presidente Roosevelt contribuiu para a sua formação?
05. Sobre o estágio, como você o avalia no seu processo de formação.
06. Sobre o seu projeto de vida, comente como a escola contribuiu para a sua construção ou aprimoramento.
07. Enquanto proposta de Educação pública, como você avalia o ensino na EEEP?
08. O que você pensa sobre a integração do Ensino Médio com a educação Profissional na EEEP Presidente Roosevelt.

ANEXO C – Mapas de implantação das EEEP's

MAPAS DE IMPLANTAÇÃO DAS EEEP's



Escolas Estaduais de Educação Profissional criadas entre 2013-2019



Escolas Estaduais de Educação Profissional criadas entre 2008-2019

